

**Prospecto Definitivo da Primeira Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do
MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
– CRÉDITO CONSIGNADO I**

CNPJ/MF nº 08.870.284/0001-89

Cedente dos direitos creditórios

[INCLUIR LOGO DO BANCO MÁXIMA]

no montante de até

R\$ 50.000.000,00

Classificação de Risco Preliminar das cotas seniores da primeira série:

Fitch AA(bra)

Código ISIN para cotas seniores nº BRMXMCCTF006

Oferta de cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 6 de junho de 2007. O Fundo e a distribuição de suas cotas foram registrados na CVM em 19 de junho de 2007, sendo que as cotas seniores da primeira série foram registradas sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/032.

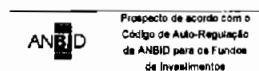
Distribuição pública de até 50.000 (cinquenta mil) cotas seniores da primeira série do MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.284/0001-89 (“Fundo”), com valor inicial de R\$1.000,00 (mil reais) para cada cota. Os direitos e demais características das cotas seniores da primeira série estão descritos neste prospecto e no regulamento consolidado do Fundo (“Regulamento”) e em seu suplemento, que integram este prospecto como o Anexo I e VI, respectivamente.

O Fundo foi constituído em 6 de junho de 2007 tendo seu ato de constituição e Regulamento registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 6 de junho de 2007, sob o nº 731698. O Regulamento foi alterado por deliberações realizadas em 11 de junho, 4 de setembro e 4 de outubro de 2007 e registradas, nas mesmas datas de realização, sob nº 731933, nº 739710 e nº 742174, respectivamente, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 36.113.876/0001-91.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas a serem distribuídas.”

“Os investidores devem ler o capítulo Fatores de Risco, nas páginas 28 a 39.”

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos neste Prospecto, podem adquirir cotas do Fundo.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.”

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Coordenador

MAXIMA DTVM

Instituição Administradora

OLIVEIRA TRUST

Custodiante



Agência de Rating

Fitch Ratings
KNOW YOUR RISK

Auditoria



Assessoria Legal

LEVY & SALOMÃO
ADVOGADOS

A data deste Prospecto Definitivo é 5 de outubro de 2007.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

AVISOS – ANBID

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	7
IDENTIFICAÇÃO DO DISTRIBUIDOR, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA	16
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS	18
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	18
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO	19
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	20
PÚBLICO ALVO	21
CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO	22
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO	22
CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA	23
INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO	23
<i>Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição</i>	24
<i>Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação</i>	24
<i>Modificação, Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta</i>	24
<i>Devolução e Reembolso aos Investidores</i>	25
DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS	26
DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO	26
<i>Custo Unitário de Distribuição</i>	27
FATORES DE RISCO	28
RISCOS DE MERCADO	28
RISCOS DE CRÉDITO	28
RISCOS DE LIQUIDEZ	31
RISCOS PROVENIENTES DO USO DE DERIVATIVOS	32
RISCOS ESPECÍFICOS	32
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	40
OBJETO DO FUNDO	40
FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO	40
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	40
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	41
<i>Aplicação em Direitos Creditórios</i>	41
Critérios de Elegibilidade	41
Condições de Cessão	42
Consignantes	43
Limites de Concentração de Direitos Creditórios por Consignante	45
Consignantes Restritos	46
<i>Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo</i>	46
<i>Operações em Mercados de Derivativos</i>	47
<i>Demais Informações</i>	49
TAXA DE DESCONTO	50
ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	51
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	52
COTAS DO FUNDO	52
<i>Características Gerais</i>	53
<i>Classes de Cotas</i>	53
<i>Cotas Seniores da Primeira Série</i>	53
<i>Relação Mínima</i>	53
<i>Da negociação das Cotas Seniores da Primeira Série</i>	54

<i>Valorização das Cotas</i>	54
<i>Novas Emissões</i>	58
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	59
<i>Amortização das Cotas Seniores</i>	59
<i>Amortização das Cotas Seniores da Primeira Série</i>	59
<i>Amortização das Cotas Subordinadas</i>	60
ÍNDICES E RESERVAS	60
<i>Reserva de Liquidez</i>	60
<i>Reserva de Amortização</i>	61
<i>Índice de Liquidez</i>	62
<i>Índice de Atraso</i>	63
<i>Índice de Perda Acumulada</i>	64
<i>Índice de Pré-pagamento</i>	65
<i>Informações Gerais sobre os Índices</i>	66
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E COTAS	66
<i>Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios</i>	66
<i>Metodologia de Avaliação das Cotas</i>	67
<i>Metodologia de Avaliação dos Outros Ativos</i>	67
ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS	68
<i>Competência</i>	68
<i>Procedimento de Convocação</i>	69
<i>Nomeação de Representante dos Condôminos</i>	70
<i>Direito de Voto e Critérios de Apuração das Deliberações</i>	70
<i>Divulgação e Eficácia das Deliberações</i>	71
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	72
<i>Eventos de Avaliação</i>	72
<i>Eventos de Liquidação Antecipada</i>	76
<i>Procedimentos para Liquidação Antecipada</i>	78
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	79
<i>Despesas e Encargos do Fundo</i>	79
<i>Informações Obrigatórias e Periódicas</i>	80
<i>Demonstrações Financeiras</i>	83
<i>Publicações</i>	83
<i>Atendimento ao Cotista</i>	83
DIREITOS CREDITÓRIOS	85
CARACTERÍSTICAS	85
<i>Natureza</i>	85
<i>Processo de Origem</i>	85
<i>Política de Concessão de Crédito do Banco Máxima</i>	85
<i>Cobrança dos Direitos Creditórios</i>	86
<i>Cobrança Ordinária dos Direitos Creditórios Cedidos</i>	86
<i>Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplentes</i>	87
ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DOS EMPRÉSTIMOS COM CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	88
<i>Aposentados e pensionistas do INSS</i>	88
<i>Servidores do Estado de Goiás</i>	89
<i>Militares da Marinha</i>	89
<i>Servidores da Prefeitura Municipal de Macaé – RJ</i>	90
<i>Demais Legislações</i>	90
PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO MÁXIMA	90
<i>Inadimplimentos, Perdas e Pré-pagamentos</i>	91
<i>Metodologia</i>	91
PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORMA DE REMUNERAÇÃO	94
DISTRIBUIDOR	94
<i>Histórico</i>	94

<i>Obrigações e Remuneração do Distribuidor</i>	95
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	96
<i>Histórico</i>	97
<i>Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora</i>	98
<i>Remuneração da Instituição Administradora</i>	103
<i>Substituição da Instituição Administradora</i>	104
<i>Contratação de Terceiros</i>	106
CUSTODIANTE	106
<i>Histórico</i>	106
<i>Obrigações, Vedações e Responsabilidades do Custodiante</i>	108
<i>Remuneração do Custodiante</i>	109
<i>Substituição do Custodiante</i>	110
FIEL DEPOSITÁRIO	110
AUDITOR	111
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	111
CONSULTORIA ESPECIALIZADA	111
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	112
CONTRATO DE CESSÃO	112
CONTRATO DE COLOCAÇÃO	113
CONTRATO DE CUSTÓDIA	114
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE	115
REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO	116
BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCS	116
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO	116
<i>Tributação do Fundo</i>	116
<i>Tributação dos Cotistas</i>	116
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO MÁXIMA	118
SUMÁRIO	118
HISTÓRICO	118
ATIVIDADES	119
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS	121
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	121
ADMINISTRAÇÃO	121
<i>Diretoria</i>	122
ANEXO I	125
ANEXO II	126
ANEXO III	127
ANEXO IV	128
ANEXO V	129
ANEXO VI	130
ANEXO VII	131

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda, agência de classificação de risco, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1470, Conjunto 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33 ou sua sucessora.
Agente Cobrador	Banco Máxima, contratado como agente de recebimento e repasse dos Direitos Creditórios e de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes.
Assembléia Geral	Assembléia geral de Cotistas.
ANBID	Agência Nacional de Bancos de Investimento, entidade que representa instituições que atuam no mercado de capitais brasileiro.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes ou seu sucessor.
Banco Máxima	Banco Máxima S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica nº 1.130, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.923.798/0001-00, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, e contratada pelo Fundo, com a anuência do Custodiante, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios.
Banco Santander Banespa	Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42, contratada pelo Fundo para atuar como Custodiante.

Beneficiários do INSS	Beneficiário, aposentado ou pensionista do INSS e que sejam Devedores.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
CCB	Cédula de Crédito Bancário.
CETIP	Câmara de Custódia e de Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Consignante	Entes federativos, que podem ser União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, órgãos e autarquias a eles vinculados ou instituições e empresas da iniciativa privada com os quais o Banco Máxima possua convênios, direta ou indiretamente, para consignação em folha.
Consignante Restrito	Consignante cujos Direitos Creditórios não atendam aos requisitos de desempenho indicados no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Consignantes Restritos”.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Créditos e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, o Banco Máxima, a Instituição Administradora e o Custodiante.
Contrato de Colocação	Contrato de colocação de Cotas Seniores da Primeira Série, sob regime de melhores esforços, celebrado entre a Instituição Administradora, o Banco Máxima e o Distribuidor.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios,

	celebrado entre o Custodiante e a Instituição Administradora.
Contrato de Mútuo	Significa qualquer modalidade de contrato de mútuo, firmado por instrumento padrão ou de adesão ou ainda através de Cédula de Crédito Bancário, passível de cessão ao Fundo pelo Banco Máxima.
Contrato de Mútuo Adimplente	Contrato de Mútuo que não contenha, na respectiva data de verificação, qualquer parcela vencida e não paga por mais de 30 (trinta) dias.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cotas	As Cotas Seniores e Subordinadas, quando tratadas em conjunto.
Cota(s) Sênior(es)	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores da Primeira Série	Cotas Seniores objeto da presente distribuição.
Cota(s) Subordinada(s)	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores como os titulares de Cotas Subordinadas.
CPF/MF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Custodiante	Banco Santander Banespa ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de cada amortização prevista no respectivo Suplemento de cada Série.
Data de Aquisição	Qualquer data em que ocorrer a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir de que as Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou as Cotas das demais Séries emitidas serão subscritas e integralizadas.
Data de Verificação	Corresponde ao último Dia Útil de cada mês.
Devedor	Beneficiário do INSS, Servidor ou Empregado, individualmente ou em conjunto, que tenha celebrado Contrato de Mútuo.
Dia Útil	De segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.
Direitos Creditórios	Significa cada prestação originalmente devida pelo mutuário ao Banco Máxima, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Banco Máxima e o Devedor, nos termos de qualquer instrumento ou contrato de mútuo e, caso aplicável, do respectivo termo de adesão, cujo pagamento será realizado por meio de desconto em folha de pagamento do respectivo Servidor ou Empregado ou em folha de benefícios do respectivo Beneficiário do INSS.
Direito Creditório Adimplente	Significa a parcela de Contrato de Mútuo que não esteja

	vencida e não paga.
Direitos Creditórios Inadimplentes	Significa a parcela de Contrato de Mútuo que esteja vencida e não paga.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Distribuidor	Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade autorizada pela CVM a atuar como distribuidora de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica, nº 1130, 9º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.886.862/0001-12, contratada pela Instituição Administradora para colocar as Cotas.
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e/ou o Contrato de Custódia.
Empregado	Empregado vinculado a Consignante e que seja Devedor.
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorrerem, ensejarão convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo.
Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item "Liquidação Antecipada – Eventos de Avaliação".
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Fundo	Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado I.

Índice de Atraso	Índice calculado de acordo com a fórmula do item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Índice de Atraso”.
Índice de Liquidez	Índice calculado de acordo com a fórmula do item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Índice de Liquidez”.
Índice de Perda Acumulada	Índice calculado de acordo com a fórmula do item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Índice de Perda Acumulada”.
Índice de Pré-pagamento	Índice calculado de acordo com a fórmula do item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Índice de Pré-pagamento”.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, ou quem vier a lhe suceder.
Instituições Autorizadas	(i) Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Banespa S.A., (vi) Banco do Brasil S.A., (vii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (viii) Banco ABN Amro Real S.A., (ix) Caixa Econômica Federal S.A., (x) Banco UBS Pactual ou (xi) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco e pelos titulares da

	maioria dos Cotistas seniores, reunidos em Assembléia Geral
Investidor Qualificado	Corresponde aos investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM e alterações posteriores, e demais investidores autorizados a adquirir Cotas, nos termos da legislação em vigor.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Limites de Concentração	Limites descritos no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Limites de Concentração”, que o Custodiante deverá observar para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
Margem Consignável	Limite para o percentual dos vencimentos de cada Devedor que pode ser comprometido com a consignação em folha.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, o que não inclui recursos em moeda corrente nacional.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Patrimônio Líquido	Valor do patrimônio líquido do Fundo.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o patrimônio líquido do

	Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento).
Reserva de Amortização	Reserva destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Cota Sênior.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída na forma do item “Características do Fundo – Índices e Reservas – Reserva de Liquidez”.
Servidor	Servidor público vinculado a Consignante e que seja Devedor.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SOMA	Sociedade Operadora do Mercado de Ativos.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Suplemento	Suplemento ao Regulamento em que constam as características específicas de cada Série emitida pelo Fundo.
Taxa de Administração	Valor pago pela prestação de serviços de administração do Fundo e escrituração de suas cotas calculado nos termos do item “Prestadores de Serviços e Remuneração – Instituição Administradora – Remuneração da Instituição Administradora”.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia

divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.

TED

Transferência Eletrônica Disponível.

Termo de Adesão

Termo de adesão ao Regulamento, que deverá ser firmado pelos investidores que adquirirem Cotas Seniores da Primeira Série.

Valor de Amortização

Somatório de todas as parcelas de amortização devidas na Data de Amortização.

**IDENTIFICAÇÃO DO DISTRIBUIDOR, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS
ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA**

Distribuidor	Máxima S.A. DTVM Avenida Atlântica nº 1.130, 9º andar 22021-000 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3820-1700 Fax: (21) 3820-1796 www.maximadtv.com.br/port/dtvm
Instituição Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205 22640-100 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2493-7003 Fax : (21) 2493-4746 www.oliveiratrust.com.br
Custodiante	Banco Santander Banespa S.A. Rua Amador Bueno, nº 474, 04752-005 – São Paulo – SP Telefone: (11) 5105-3535 Fax: (11) 5105-3788 www.santanderbanespa.com.br
Auditor	KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 – São Paulo – SP Telefone: (11) 2183-3000 Fax: (11) 2183-3001 www.kpmg.com.br
Classificação de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda. Alameda Santos, 1470, Conjunto 511 01418-100 – São Paulo – SP Telefone: (11) 4504-2600 Fax: (11) 4504-2601 www.fitchratings.com.br
Consultor Legal	Levy & Salomão Advogados Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3365-5050 Fax: (11) 3365-5048 www.levysalomao.com.br
Entidade Reguladora	Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br
Mercado de Negociação Primária e Secundária	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar 01009-000 – São Paulo – SP

**Mercados de Negociação
Secundária**

Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

SomaF1X e BovespaF1X
Rua XV de Novembro, nº 275
01013-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3233-2000 / 3233-2720
Fax: (11) 3242-3550
www.bovespa.com.br

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

O presente capítulo contém informações sobre a colocação das Cotas Seniores da Primeira Série pelo Distribuidor e do Fundo. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.

Informações Relativas à Oferta

Emissor das Cotas	Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios –Crédito Consignado I
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco Máxima S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica nº 1.130 9º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.923.798/0001-00.
Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores da Primeira Série	A primeira colocação pública do Fundo será composta de até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores da Primeira Série, todas com valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Subscrição Inicial.
Volume Mínimo de Colocação Pública de Cotas Seniores da Primeira Série	10.000 (dez mil) cotas.
Valor Mínimo de Aplicação em Cotas Seniores da Primeira Série	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Remuneração Alvo das Cotas Seniores da Primeira Série	109% da Taxa DI.
Prazo de Duração das Cotas Seniores da Primeira Série	As Cotas Seniores da Primeira Série terão prazo de duração de 54 (cinquenta e quatro) meses.
Amortizações das Cotas Seniores da Primeira Série	A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no quinto Dia Útil do mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas em 42 (quarenta e dois) pagamentos mensais e sucessivos durante 3 (três) anos e 6 (seis) meses.
Resgate das Cotas Seniores da Primeira Série	As Cotas Seniores da Primeira Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização programada, que corresponde à data do término de duração das Cotas desta Série, pelo seu respectivo valor contábil.
Publicações	Jornal “Monitor Mercantil”.

Informações Relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto a aquisição de Direitos Creditórios. O Fundo pode manter o remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente, em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da Primeira Série, deve ler cuidadosamente o item “Características do Fundo – Política de Investimento”, na página 41.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no item “Características do Fundo – Amortização das Cotas” na página 58.

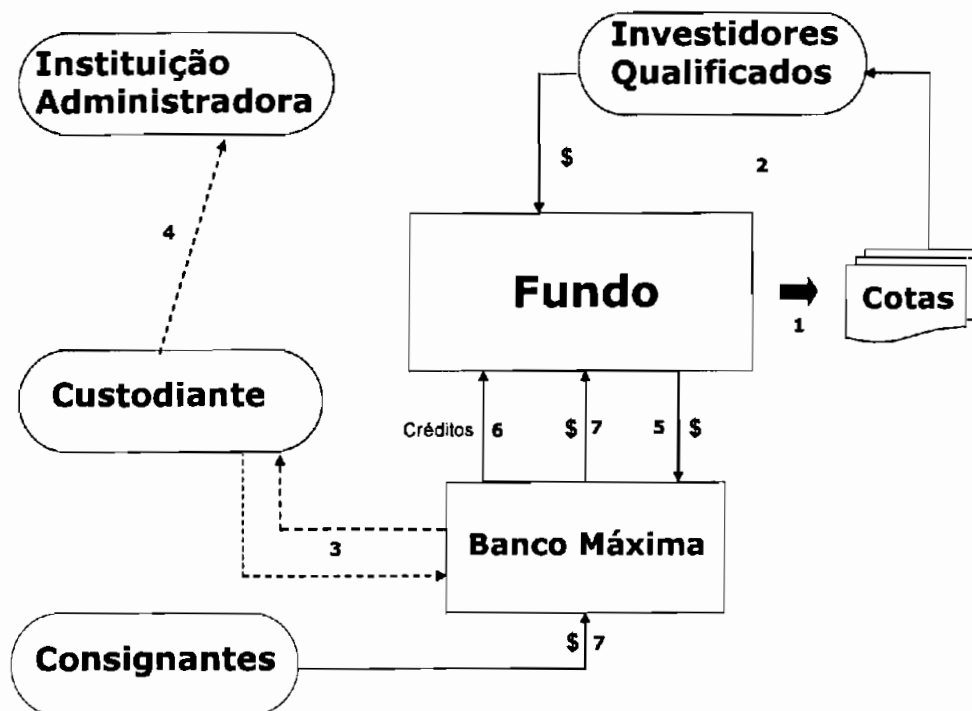
O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, encerrando-se em 1º de julho de 2027, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Características do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos para Liquidação Antecipada” na página 77.

Cada série de Cotas Seniores terá prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento. O Suplemento relativo às Cotas Seniores da Primeira Série encontra-se no Anexo VI deste Prospecto.

O Fundo conta com diversos mecanismos para análise e manutenção de sua performance ao longo de seu prazo de duração, tais como Reservas de Amortização e de Liquidez, e Índices de Liquidez, de Atraso, de Perda Acumulada e de Pré-pagamento. Maiores informações sobre tais mecanismos podem ser obtidas no item “Características do Fundo - Índices e Reservas” na página 60.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está submetida a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, na página 28, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Fluxograma da Securitização



1 – Emissão de cotas pelo Fundo.

2 – Subscrição e integralização das Cotas pelos investidores.

3 – Banco Máxima informa ao Custodiante quais direitos creditórios pretende ceder ao Fundo para que aquele verifique os critérios de elegibilidade e informe ao Banco Máxima quais os créditos que poderão ser adquiridos pelo Fundo.

4 – Custodiante envia à Instituição Administradora informações sobre os Direitos Creditórios a serem adquiridos.

5 – Fundo paga ao Banco Máxima o preço de cessão com deságio calculado de forma a permitir ao Fundo o recebimento de recursos suficientes para o pagamento do rendimento esperado para as Cotas Seniores e o pagamento das despesas e encargos do Fundo.

6 – O Fundo torna-se titular dos Direitos Creditórios que lhe foram cedidos pelo Banco Máxima.

7 – Consignantes efetuam o desconto em folha de benefícios e transferem os recursos ao Banco Máxima, que será responsável pelo repasse dos recursos ao Fundo.

8 – O Fundo, desde que seu patrimônio permita, efetua a amortização das cotas na periodicidade determinada no Suplemento da respectiva Série, bem como efetua o resgate da cota, no encerramento do prazo da Série.

Público Alvo

O Fundo visa a atingir Investidores Qualificados quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da Primeira Série, bem como prazo de maturação do investimento.

CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Procedimento de Distribuição

O Distribuidor colocará publicamente junto aos Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços, até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores da Primeira Série, no valor total de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial.

Poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores da Primeira Série, respeitada a quantidade mínima de 10.000 (dez mil), sendo que o saldo das Cotas Seniores da Primeira Série que não for efetivamente subscrito e integralizado, poderá ser cancelado, pela Instituição Administradora, antes do final do prazo de colocação.

O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Cotas Seniores da Primeira Série ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas Seniores Primeira Série.

Não haverá lotes máximos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta pública de Cotas Seniores da Primeira Série.

Não serão constituídos fundos nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da Primeira Série.

O valor mínimo para aquisição de Cotas Seniores da Primeira Série será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

A Instituição Administradora autorizou o Distribuidor a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Distribuidor assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro na CVM	13 de junho de 2007
2.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	13 de junho de 2007
3.	Data de registro na CVM	19 de junho de 2007
4.	Publicação do anúncio de início	20 de junho de 2007
5.	Início da apresentação da oferta a potenciais investidores	20 de junho de 2007
6.	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da oferta pública	17 de dezembro de 2007

Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Distribuidor. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da Primeira Série somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; (ii) a disponibilização do prospecto definitivo; e (iii) a publicação do anúncio de início de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série.

A colocação das Cotas Seniores da Primeira Série deverá ser efetuada no prazo máximo de 180 dias a contar da data em que for publicado o anúncio de início da distribuição. Após a colocação da totalidade das Cotas Seniores da Primeira Série ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes, a distribuição será encerrada, quando deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da oferta. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada e a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo de 180 dias referido acima, hipótese na qual será estendido o prazo máximo para colocação.

Na subscrição de Cotas Seniores da Primeira Série, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até às 15h00, será utilizado o valor da Cota Sênior da Primeira Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à

Instituição Administradora após 15h00, será utilizado o valor da Cota Sênior da Primeira Série no Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta distribuição que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Monitor Mercantil”, de circulação nacional.

Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação

A aceitação dos investidores deverá se dar formalmente de acordo com os procedimentos da CETIP. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Distribuidor até o quinto dia útil posterior à publicação do aviso ou após ser informando sobre a suspensão da oferta.

Modificação, Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta

A presente oferta poderá ter seus termos modificados, conforme previstos pela Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Instituição Administradora, prorrogar o prazo da oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso ao menos na forma prevista no item “Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” deste capítulo. Adicionalmente, o Distribuidor deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser diretamente comunicados pelo Distribuidor a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A presente oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A oferta poderá, ainda, ser cancelada em caso de rescisão do Contrato de Colocação, ou caso não seja distribuído o montante mínimo de Cotas Seniores da Primeira Série, que equivale a 10.000 cotas, no período de distribuição.

A Instituição Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta mediante publicação de aviso na forma prevista no item “Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” deste capítulo, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação na forma e nos prazos previstos no item “Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação” deste capítulo.

Devolução e Reembolso aos Investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da Primeira Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos previstos no respectivo boletim de subscrição ou adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 dias úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a presente oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária e deduzida a quantia relativa à CPMF. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da Primeira Série devem contatar o Distribuidor, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores da Primeira Série que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da Primeira Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Distribuidor; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização de Cotas Seniores da Primeira Série deverá ser efetuada por meio de depósito em conta corrente do Fundo, TED, por meio de sistema operacionalizado pela CETIP, ou pela transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente.

As Cotas Seniores da Primeira Série serão registradas para negociação secundária junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa – BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo, junto ao Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) – SOMAFIX, e na CETIP, cabendo à Instituição Administradora e aos eventuais intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

Os custos da distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série serão integralmente suportados pelo Banco Máxima, nos termos do Contrato de Colocação.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série:

Custos	Montante (em R\$)	% em relação ao valor total da emissão
Comissão de Colocação	250.000,00	0,50%
Despesas de registro	82.870,00	0,17%
Assessoria Jurídica	80.000,00	0,16%
Auditores (auditoria inicial)	42.000,00	0,08%
Agência de <i>Rating</i>	48.000,00	0,10%
Taxa ANBID	10.000	0,02%
Total	512.870,00	1,02%

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série:

Nº de Cotas Seniores	Custo do lançamento (R\$)	Custo por Cota Senior da Primeira Série(R\$)	% em relação ao preço unitário de distribuição
50.000	512.870,00	10,2574	1,02%

Ressalte-se que o Distribuidor foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores da Primeira Série por meio de um contrato de colocação, celebrado com o Fundo e com o Banco Máxima. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série encontram-se no item “Prestadores de Serviço e Forma de Remuneração – Conflitos de Interesse e Partes Relacionadas”.

FATORES DE RISCO

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. Os potenciais investidores, antes de adquirir cotas do Fundo, devem ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

Riscos de Mercado

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial da Taxa DI; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas Seniores, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Riscos de Crédito

Risco de Concentração em Títulos Público

É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento, até 100% (cem por cento) de ativos emitidos pelo Tesouro Nacional, ou emitidos pelo Banco Central do Brasil. Posteriormente aos referidos 90 (noventa) dias, o investimento em referidos títulos poderá representar até 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrarem seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

Desligamento do Servidor ou Empregado

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são descontados pelo respectivo Consignante dos vencimentos dos Servidores ou Empregados. O desconto não será possível caso o Servidor ou Empregado se desligue de seu cargo, função ou emprego. Nessas hipóteses, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, a Instituição Administradora deverá incorrer em procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados aos da consignação em folha de pagamento. Referida dificuldade de cobrança dos créditos poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Morte do Devedor

A morte do Devedor interrompe automaticamente a consignação em folha das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode

haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.

Decisão Judicial Desfavorável

A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Nesses casos, é possível que o Fundo não consiga receber o montante devido, ou receba somente com atraso. Esse fato também pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Cobrança Judicial e Extrajudicial

No caso de os Devedores inadimplirem nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

Repasse do Consignante

Os empréstimos são pagos por meio de consignação em folha realizada pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante atrase ou não pague os vencimentos dos Devedores, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente os vencimentos ou benefícios aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Restrições à Consignação de Benefícios

Os Direitos Creditórios devidos pelos Beneficiários do INSS a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de titularidade do Devedor. Assim, tal desconto não será possível caso o Beneficiário do INSS tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do Beneficiário, às contribuições

por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente, seja em razão de divórcio ou dissolução de união estável. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir ao INSS valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso de o Devedor titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Na hipótese de impossibilidade de consignação dos benefícios dos Beneficiários do INSS, o Fundo poderá ter seus resultados afetados negativamente, incluindo a rentabilidade das Cotas.

Riscos de Liquidez

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores de cada Série só poderão ser resgatadas ao término do respectivo prazo de duração. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de Cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

Oscilações no Patrimônio do Fundo

A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas, bem como na necessidade de aporte adicional de recursos por parte dos Cotistas na hipótese de variação negativa do Patrimônio Líquido.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Processamento Interno dos Consignantes

A consignação em folha de pagamento ou de benefícios das parcelas dos empréstimos e o repasse dos direitos creditórios dos Consignantes ao Banco Máxima são processados por sistema interno de controle, não tendo a Instituição Administradora ingerência sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema dos Consignantes poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Devedores, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados

negativamente enquanto persistir a falha no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

Falhas do Agente Cobrador

A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes depende da atuação diligente do Banco Máxima e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Banco Máxima e de agentes subcontratados poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

Repasse do Banco Máxima

O Banco Máxima foi contratado pelo Custodiante para realizar a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo. O repasse dos recursos ao Fundo pode atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Banco Máxima. Se isso ocorrer, a rentabilidade do Fundo pode ser reduzida, assim como seu patrimônio. O Custodiante e a Instituição Administradora não poderão ser responsabilizados em razão de falhas ou atrasos no repasse dos recursos ao Fundo ocasionados pelo Banco Máxima.

Processamento da Folha de Benefícios

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação), para posterior transferência ao Fundo, são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Beneficiários do INSS. No entanto, nem o Banco Máxima, nem o Custodiante ou a Instituição Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Beneficiários do INSS, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos

e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.

Risco da Cedente

Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios

O Banco Máxima, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Banco Máxima com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do item “Política de Investimento – Critérios de Elegibilidade e condições de cessão”, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral do Banco Máxima em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Banco Máxima

O Banco Máxima foi contratado para efetuar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos direitos creditórios, sendo que tais recursos serão primeiramente depositados no Banco Máxima e transferidos para o Fundo após o recebimento. Na hipótese de intervenção do Banco Máxima, o repasse dos recursos provenientes dos créditos ao Fundo poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano) ou até obtenção de decisão judicial para eventual desbloqueio dos recursos. Em caso de liquidação extrajudicial do Banco Máxima, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.

Riscos de Descontinuidade

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo

Por diversos motivos, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos acima.

Outros Riscos

Rompimento dos Convênios

A consignação em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizada, conforme o caso, por convênios celebrados diretamente entre ao Banco Máxima e os Consignantes. O Banco Máxima deve observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos (Prefeitos, Governadores etc.) ou por determinação do INSS, com relação aos empréstimos aos Beneficiários do INSS. Se, por qualquer motivo, o(s) convênio(s) for(em) rompido(s), a sistemática de cobrança dos Direitos Creditórios (consignação em folha de pagamento ou em folha de benefícios) ficará comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

Intervenção ou Liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Guarda da Documentação

O Banco Máxima é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Embora o Banco Máxima tenha a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pelo Banco Máxima poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos. O Custodiante e a Instituição Administradora não poderão ser

responsabilizados por eventuais problemas com a constituição e performance dos créditos cedidos em decorrência da guarda dos documentos pelo Banco Máxima.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas Seniores não aprovarem referido aporte de recursos, considerando que a Instituição Administradora, o Custodiante, o Banco Máxima, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Interrupção da Prestação de Serviços de Agente Cobrador

O Banco Máxima foi contratado para efetuar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Caso, por qualquer motivo, o Banco Máxima deixe de prestar esses serviços, tanto a cobrança dos Direitos Creditórios, como o repasse dos respectivos montantes ao Fundo ficariam prejudicados enquanto não fosse contratado novo agente cobrador. Não obstante, mesmo com a contratação de um novo agente cobrador, nada garante que a sistemática de cobrança adotada seja tão eficiente quanto a consignação em folha. Além disso, poderá haver aumento de custos do Fundo com contratação desse serviço. Quaisquer desses fatos poderiam afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Risco de Concorrência

O mercado de empréstimo com consignação em folha de pagamento vem se expandindo de forma significativa nos últimos anos, o que levou ao correspondente aumento de instituições que passaram a atuar nesse segmento. É possível que os concorrentes do Banco Máxima, por diversos motivos, ofereçam condições e taxas mais vantajosas para esse produto. Se isso ocorrer, poderia haver migração da clientela do Banco Máxima para instituições concorrentes, o que poderia levar à liquidação antecipada de parte dos contratos de empréstimo já existente, e/ou à redução do número de empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Banco Máxima. A redução da clientela poderia resultar em quantidade insuficiente de Direitos Creditórios elegíveis para a manutenção do Fundo, podendo ocasionar sua liquidação antecipada. Além disso, também em virtude da concorrência, é possível que o Fundo tenha que reduzir as taxas cobradas nos empréstimos com consignação em folha. Se essa redução for significativa, a rentabilidade do Fundo seria afetada negativamente.

Risco de Pagamento Antecipado

Os Devedores têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto ao Banco Máxima, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela taxa de cessão dos créditos ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada deverá ser

absorvida pelo Banco Máxima. Caso o Banco Máxima não honre sua obrigação e haja, adicionalmente, liquidações antecipadas dos Contratos de Mútuo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Ausência de Notificação aos Devedores

De início, a cessão de créditos ao Fundo não será informada aos Devedores por meio de notificação. Na hipótese de o Banco Máxima deixar de exercer a função de agente cobrador, os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Da Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Cotas ou Séries. Na hipótese de emissão de novas Cotas ou Séries, não será assegurado direito de preferência para os Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou Séries que já estejam em circulação na ocasião.

Inexistência de informações sobre os Direitos Creditórios que integrarão a carteira do Fundo

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo deverá adquirir, durante o prazo de duração deste, Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, sempre que requerido pelo Banco Máxima, e desde que haja recursos disponíveis para tanto. As cessões de Direitos Creditórios ocorrerão periodicamente, conforme requerido pelo Banco Máxima e a disponibilidade de recursos do Fundo. Nesse sentido, não é possível determinar exatamente as características relevantes dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo, tais como: número de Direitos Creditórios Cedidos e valor total, taxas de juros, prazos de vencimento e períodos de amortização. Embora constem no Anexo III deste Prospecto informações estatísticas para Direitos Creditórios com características semelhantes aos que serão cedidos ao Fundo, nada garante

que a carteira de Direitos Creditórios efetivamente adquirida pelo Fundo tenha desempenho semelhante, o que pode dificultar a análise dos riscos de investimento em Cotas.

Conflito de Interesses do Distribuidor

O Distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Série é controlado pelo Banco Máxima, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, e por esse motivo, está submetido aos mesmos interesses e objetivos do seu controlador. Diante desse quadro, não se pode afastar eventual conflito entre os interesses do Distribuidor, como sociedade integrante do mesmo grupo econômico do cedente de Direitos Creditórios ao Fundo, e como instituição líder da distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse”.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Objeto do Fundo

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Ativos de Liquidez, nos termos da política de investimento descrita no item “Política de Investimento” deste capítulo.

Forma de Constituição e Prazo de Duração

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no item “Características do Fundo – Amortização das Cotas” ou por decisão da Assembléia Geral.

O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, encerrando-se em 1º de julho de 2027, podendo ser liquidado antecipadamente, por deliberação da Assembléia Geral. Cada série de Cotas Seniores terá prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento.

Na hipótese de ocorrência de Evento de Liquidação, o prazo de duração das séries será automaticamente estendido, se for o caso, até a data de vencimento do Direito Creditório integrante da carteira do Fundo com maior prazo de vencimento.

Objetivo de Investimento

O Fundo tem por principal objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos consignados celebrados entre o Banco Máxima e os Devedores, de acordo com as disposições previstas neste Prospecto, nos demais Documentos do Fundo e na legislação aplicável em vigor.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, o Fundo terá como meta a valorização das Cotas Seniores, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de valorização da carteira relativa ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à

remuneração da respectiva Série, definida no Suplemento. Após a valorização das Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

Política de Investimento

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco” acima. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da Primeira Série, deve ler cuidadosamente o referido capítulo e a política de investimento descrita neste item, responsabilizando-se por seu investimento no Fundo.

Aplicação em Direitos Creditórios

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade, às condições de cessão e à política de investimento descrita neste item.

O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 98% (noventa e oito por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

Critérios de Elegibilidade

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, individualmente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de empréstimos a Devedores cujos Consignantes estejam listados no Anexo V do Contrato de Cessão;
- ii) os Devedores dos Direitos Creditórios não devem estar, no momento de aquisição de tais Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;

- iii) os Direitos Creditórios adquiridos deverão observar os limites máximos de concentração descritos neste Prospecto e nos demais Documentos do Fundo;
- iv) os Direitos Creditórios deverão ser originários de empréstimos concedidos pelo Banco Máxima a Devedores que na data da concessão do crédito tinham idade não superior a 85 (oitenta e cinco) anos completos, inclusive;
- v) não poderão ser adquiridos Direitos Creditórios de Servidores vinculados a Consignantes da esfera Federal e Beneficiários do INSS cujo débito com o Fundo seja igual ou superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- vi) não poderão ser adquiridos Direitos Creditórios de Servidores vinculados a Consignantes da esfera Estadual e Municipal e Empregados cujo débito com o Fundo seja igual ou superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e
- vii) os Direitos Creditórios não podem ter data de vencimento posterior ao das Séries que estejam em circulação, nem poderão ter prazo de vencimento superior a 60 (sessenta) meses.

Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora, o Banco Máxima ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

Condições de Cessão

Na data de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o Banco Máxima deverá observar, cumulativamente, as seguintes condições de cessão:

- i) os Direitos Creditórios devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- ii) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Máxima, com amortizações mensais e taxas de juros prefixadas;
- iii) os Direitos Creditórios relativos a determinado Contrato de Mútuo devem ser

referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;

- iv) o pagamento dos Direitos Creditórios, por parte dos Devedores, deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento do Servidor, Empregado ou folha de benefícios do Beneficiário do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Devedor;
- v) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Consignante, somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios cuja autorização para consignação em folha de pagamento possa ser cancelada pelo Servidor ou Empregado somente com a aquiescência do credor;
- vi) somente poderão ser cedidos Direitos Creditórios referentes a contrato de empréstimo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do Devedor e repassada ao Banco Máxima quando a averbação de tais contratos na respectiva Margem Consignável do Devedor não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática;
- vii) somente poderão ser cedidos Direitos Creditórios que sejam plenamente exigíveis em face de seus respectivos Devedores nas correspondentes datas de vencimento informadas; e
- viii) somente poderão ser cedidos Direitos Creditórios cujos Devedores estejam integralmente adimplentes em relação a todas as dívidas que eventualmente tenham com o Banco Máxima.

O Custodiante, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não está obrigado a verificar as condições de cessão descritas acima.

Consignantes

Inicialmente, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios originados dos seguintes Consignantes.

INSS
Marinha
Estado de Goiás

Prefeitura de Macaé
Prefeitura do Rio de Janeiro
Prefeitura de Piracanjuba
Prefeitura de Magé
Prefeitura de Guarujá
Prefeitura de Paraúna
Prefeitura de Traipu
Câmara Municipal de Paraúna
Prefeitura de São Pedro da Aldeia
Câmara Municipal de Piracanjuba
Fundação Macaé de Cultura
Prefeitura de Ipameri
Prefeitura Belo Horizonte

A Instituição Administradora e o Banco Máxima poderão deliberar, em conjunto e sob sua total e exclusiva responsabilidade, a inclusão de novos Consignantes que tenham celebrado convênio ou contrato com o Banco Máxima, desde que sejam observados os seguintes procedimentos:

- i) seja entregue à Instituição Administradora cópia autenticada do respectivo convênio ou contrato de parceria para consignação em folha de pagamento de Servidor ou Empregado;
- ii) tenha sido apresentado à Instituição Administradora parecer legal pelo Banco Máxima, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Instituição Administradora, atestando a possibilidade de cessão dos direitos creditórios relativos ao respectivo convênio ou contrato, o qual deverá ser acompanhado de todos os documentos e demais autorizações que permitam a consignação dos Direitos Creditórios; e
- iii) o nome do respectivo Consignante seja incorporado ao Anexo V do Contrato de Cessão e tal alteração seja averbada no cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios devidos por Servidores ou Empregados vinculados a novo Consignante depois de transcorrido o prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da

realização da averbação referida no subitem (iii) acima, da comunicação do fato ao Custodiante e da entrega, pela Instituição Administradora ao Custodiante, mediante protocolo, de cópia autenticada do respectivo aditamento ao Contrato de Cessão, devidamente averbado na forma do subitem (iii) acima.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios de Consignante da iniciativa privada caso seja observado os seguintes requisitos: (a) o Banco Máxima já esteja operando com tal Consignante por período no mínimo igual a 6 (seis) meses; e (b) tenha sido emitidos parecer pela Agência Classificadora de Risco afirmando que a aquisição de Direitos Creditórios de tal Consignante não afetaria negativamente a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação.

Limites de Concentração de Direitos Creditórios por Consignante

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de um mesmo Consignante, respeitando limites, calculados sempre sobre o Patrimônio Líquido, de acordo com a tabela abaixo:

ESFERA DA FEDERAÇÃO	PERCENTUAL MÍNIMO DA ESFERA	PERCENTUAL MÁXIMO DA ESFERA	PERCENTUAL MÁXIMO POR CONSIGNANTE
INSS	40%	100%	100%
Exército, Marinha, Aeronáutica e Governo Federal	5%	100%	100%
Estadual	0%	50%	8%
Municipal	0%	30%	4%
Privado	0%	10%	2%

A Instituição Administradora poderá alterar os limites de concentração por Consignante desde que a Agência Classificadora de Risco afirme, previamente, que tal alteração não afetaria a classificação de risco das Séries em circulação.

Caso seja admitida a aquisição de Direitos Creditórios de novo Consignante após a constituição do Fundo, o Fundo deverá observar o limite de 5% (cinco por cento) de concentração em tais Direitos Creditórios em relação ao Patrimônio Líquido. Essa limitação deverá ser observada exclusivamente nos 3 (três) primeiros meses contados da primeira cessão ao Fundo de Direitos Creditórios relacionados a tal Consignante, sem prejuízo do disposto acima.

Os Limites de Concentração serão apurados mensalmente, na Data de Verificação, e previamente a cada cessão ao Fundo.

Caso os Direitos Creditórios oferecidos à cessão não observem os limites mínimos de concentração descritos acima, a Instituição Administradora e o Custodiante deverão enviaar os esforços para que com as novas aquisições de Direitos Creditórios, tais limites mínimos de concentração sejam novamente atendidos.

Consignantes Restritos

Serão considerados Consignantes Restritos os Consignantes cujos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo não atendam aos requisitos mínimos de desempenho abaixo indicados:

- i) inadimplência (atrasos entre 31 (trinta e um) e 120 (cento e vinte) dias) igual ou inferior a 8% (oito por cento) dos Direitos Creditórios relacionados a tal Consignante;
- ii) inadimplência (atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 180 (cento e oitenta) dias) igual ou inferior a 5% (cinco por cento) dos Direitos Creditórios relacionados a tal Consignante; e
- iii) inadimplência (atrasos com 181 (cento e oitenta e um) dias ou mais) igual ou inferior a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) dos Direitos Creditórios relacionados a tal Consignante.

O Fundo não poderá adquirir novos Direitos Creditórios relacionados a Consignantes Restritos se tal aquisição acarretar em concentração de mais de 5% (cinco por cento) da carteira do Fundo em Direitos Creditórios relacionados a tal Consignante.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode manter o remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente, em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e
- ii) operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais.

Operações em Mercados de Derivativos

É facultado ao Fundo, ainda realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

As operações em mercados de derivativos devem, necessariamente, observar os seguintes requisitos:

- i) ser realizadas ou registradas na BM&F exclusivamente na modalidade “com garantia”, tendo como contraparte somente Instituições Autorizadas;
- ii) os contratos celebrados para realização de operações com derivativos não poderão estipular, em nenhuma hipótese (a) o direito de a contraparte do Fundo resilir, resolver ou rescindir antecipadamente o contrato, e (b) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo; e
- iii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cuja remuneração estará, necessariamente, vinculada a taxas prefixadas, observando, para tanto, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

As operações com instrumentos derivativos deverão ser contratadas a cada Data de Aquisição com base no valor presente dos Direitos Creditórios que serão adquiridos, apurado pela Instituição Administradora de acordo com a seguinte fórmula:

$$VCH = \sum \left[\frac{VDC}{\left(1 + TDH\right)^{\frac{N}{252}}} \right],$$

onde:

- VCH = Somatório do valor dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo, na respectiva Data de Aquisição, apurado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante exclusivamente para fins de contratação pela Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, de operações em mercado de derivativos.
- VDC = Valor nominal de cada Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo na respectiva Data de Aquisição.
- TDH = Taxa de desconto para *hedge*, apurada pela Instituição Administradora, em cada data de apuração do VCH, expressa na forma decimal ao ano. A TDH será equivalente à taxa obtida através da interpolação da estrutura a termo da curva de juros dos contratos futuros de DI negociados na BM&F, considerando o prazo médio dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo na respectiva Data de Aquisição (Exemplo: para uma taxa de 15% ao ano, TDH = 0,15).
- N = Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

A Instituição Administradora não estará obrigada à contratação de operações em mercado de derivativos, conforme disposto neste item, nas seguintes hipóteses:

- i) inexistência de Instituições Autorizadas interessadas em atuar como contraparte na pretendida operação em mercado de derivativos; e
- ii) caso o Fundo não tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da operação em mercado de derivativos.

Demais Informações

Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

É facultado ao Fundo, ainda, (i) realizar operações compromissadas; e (ii) realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, nos termos do item “Operações em Mercados de Derivativos” deste capítulo. .

O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que o Banco Máxima ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum da referida sociedade figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. O Fundo pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo. Ressalte-se que a cessão de Direitos Creditórios do Banco Máxima ao Fundo não tem natureza de operação financeira.

É vedado ainda ao Fundo (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e (ii) operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a

totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de títulos de emissão de instituições financeiras privadas que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pelo gestor da carteira do Fundo.

A Instituição Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos possibilitem que a carteira de investimentos do Fundo seja classificada como de “longo prazo”, para fins de tributação dos Cotistas.

Taxa de Desconto

A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios devida pelo Fundo será calculada de acordo com a fórmula abaixo a não ser que diversamente estabelecido no respectivo Termo de Cessão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]},$$

onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.

VDC = Valor nominal de cada Direito Creditório.

N = Número de Dias Úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

TD = Taxa de Desconto, conforme fórmula abaixo:

$$TD = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] * ES + 1 \right\}^{252} - 1$$

- DI = Taxa ao ano obtida através da interpolação da Estrutura a Termo da curva de juros dos contratos futuros de DI negociados na BM&F, no momento da cessão, considerando o prazo médio dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;
- ES = Excesso de spread a ser utilizado em cada cessão, sendo que o mesmo não poderá ser inferior a 1,68.

A taxa acima fixada está dentro dos parâmetros atuais de mercado. Por conta desse fato, tanto o Banco Máxima como a Instituição Administradora declaram que as cessões para o Fundo serão realizadas a taxa de mercado.

Ordem e Aplicação dos Recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação;
- iii) na constituição da Reserva de Amortização e da Reserva de Liquidez;
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do item “Características do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas”; e
- v) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo;
- ii) na amortização das Cotas Seniores; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do item “Características do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas”

Regras de Movimentação

Somente poderão adquirir as Cotas os Investidores Qualificados.

As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora, e até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, nos termos do capítulo “Condições de Distribuição”, acima.

O resgate das Cotas Seniores da Primeira Série ocorrerá na data da última amortização. Admite-se o resgate em Direitos Creditórios somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

Cotas do Fundo

O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de

valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Características Gerais

As Cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo da Série ou da liquidação do Fundo.

Classes de Cotas

As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores.

Cotas Seniores da Primeira Série

Serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial. As Cotas Seniores da Primeira Série terão prazo de 54 (cinquenta e quatro) meses. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no quinto Dia Útil do mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas em 42 (quarenta e dois) pagamentos mensais e sucessivos durante 3 (três) anos e 6 (seis) meses.

Relação Mínima

A Relação Mínima admitida no Fundo é de 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo que a diferença do Patrimônio Líquido é representada por Cotas Subordinadas. Os parâmetros para apuração desta relação devem ser disponibilizados pelo Custodiante à Instituição Administradora todo Dia Útil, que deverá apurá-la também todo Dia Útil.

Se a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores se mantiver, a qualquer momento, abaixo da Relação Mínima, a Instituição Administradora deverá comunicar, no mesmo Dia Útil, tal ocorrência ao Banco Máxima, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, que terá a faculdade de restabelecer tal relação, por meio da subscrição de Cotas Subordinadas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do desenquadramento.

Da negociação das Cotas Seniores da Primeira Série

As Cotas Seniores da Primeira Série colocadas junto ao público deverão ser registradas para negociação secundária junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa – BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo e/ou Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) – SOMAFIX, e na CETIP.

Valorização das Cotas

As Cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à respectiva Data de Subscrição Inicial, e a última na data de resgate da respectiva Série ou na data de liquidação do Fundo, conforme o caso.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a valorização dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá todo Dia Útil conforme o seguinte procedimento:

- i) após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de valorização da carteira relativa ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração da respectiva Série, definida no Suplemento; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = [VNe * (Fator DI - 1)]$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator DI = taxa DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{i=IC}^{DC-1} \left[\left(TDI_i \times \frac{X}{100} \right) + 1 \right]$$

onde:

IC = data de início de capitalização

DC = data de cálculo

TDI = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, expressa ao dia, apurada conforme fórmula:

$$TDI = \left[\left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

X = Fator Multiplicador aplicado sobre a Taxa DI Over, especificado no Suplemento de cada Série do Fundo. Para as Cotas Seniores da Primeira Série o Fator Multiplicador é 109.

DI = Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 16,50%, então DI = 16,50.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

Exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, o valor das Cotas Seniores será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 1.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

$VQSn_T$ valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T $PL_T = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Valor Investido}$,
sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

Onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 1.000,00]$

$NQSn_T$ número de Cotas Sênior da Série “n” em circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Cotas Sênior da Primeira Série em circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{Nt} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Cotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{Nt} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQSn_T}{(VRE_{aT} \times NQSa_T) + (VRE_{bT} \times NQ Sb_T) + \dots + (VRE_{zT} \times NQ Sz_T)}$$

onde:

$VREN$ valor que excede ao valor nominal de cada Cota Sênior da Série “n”,

apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDI_{nT} - R\$ 1.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$ é o valor de cada Cota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste Prospecto, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

O procedimento de valorização das Cotas aqui estabelecido não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, as Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Novas Emissões

Fica a critério da Instituição Administradora a deliberação relativa a novas emissões e conseqüentes distribuições de Cotas Seniores de qualquer Série, desde que:

- i) seja observada a Relação Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja observado o limite máximo de 500.000 (quinhentas mil) Cotas Seniores;
- iii) seja autorizado, por escrito, pelo Banco Máxima; e
- iv) seja emitido parecer pela Agência Classificadora de Risco, o qual deverá ser requerido pela Instituição Administradora, atestando que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores que estejam em circulação.

É admitida a emissão e colocação privada de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, pela Instituição Administradora, sendo assegurado direito de preferência para a subscrição de Cotas Subordinadas ao Banco Máxima ou a quem este indicar.

Amortização das Cotas

O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

Os valores e prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

Amortização das Cotas Seniores da Primeira Série

A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no quinto Dia Útil do mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas em 42 (quarenta e dois) pagamentos mensais e sucessivos durante 3 (três) anos e 6 (seis) meses, nas condições abaixo especificadas.

As Cotas Seniores da Primeira Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil.

O valor a ser pago em cada amortização, para cada Cota Sênior da Primeira Série, será calculado pela fórmula abaixo.

$$AT = \frac{VQS_n T}{(43 - n)}$$

onde:

“AT” corresponde ao valor da parcela de amortização da Cota Sênior da Primeira Série devida no mês em referência;

“VQS_{nT}” corresponde ao valor da Cota Sênior da Primeira Série na respectiva Data de Amortização; e

, 1

“n” corresponde ao número de ordem da parcela de amortização da Primeira Série, sendo igual a 1 (um) o número de ordem da primeira parcela de amortização, e assim sucessivamente.

Amortização das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, desde que: (i) realizada após a amortização da totalidade das Cotas Seniores prevista para aquele mês, ou realizada em mês que não haja amortizações de Cotas Seniores; e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas pretendida, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e os Índices de Liquidez, de Atraso, de Perda Acumulada e de Pré-pagamento não fiquem desenquadrados.

A amortização das Cotas Subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 5 (cinco) Dias Úteis após a data em que forem amortizadas as Cotas Seniores do respectivo mês. Em meses em que não houver amortização de Cotas Seniores, a amortização das Cotas Subordinadas, se ocorrer, será efetuada entre o 8º (oitavo) e o 12º (décimo segundo) Dia Útil do mês.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

Índices e Reservas

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 2% (dois por cento) de seu patrimônio líquido do Fundo. As Disponibilidades poderão ser utilizadas direta ou indiretamente para constituição de margem de garantia em operações com derivativos realizadas pelo Fundo.

Reserva de Amortização

A Instituição Administradora deverá manter reserva, por conta e ordem do Fundo, desde a Data de Subscrição Inicial até a última Data de Amortização, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo outros ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada Série de Cota Sênior.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá manter Reserva de Amortização, observando as regras abaixo:

- i) a partir de 90 (noventa) dias antes de cada Data de Amortização, e até 61 (sessenta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo deverá manter segregado em Disponibilidades soma equivalente a 25% (vinte cinco por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização;
- ii) a partir de 60 (sessenta) dias antes de cada Data de Amortização, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo deverá manter segregado em Disponibilidades soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e
- iii) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização, e até a data da efetiva amortização, o Fundo deverá manter segregado em Disponibilidades soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

Na constituição da Reserva de Amortização, a Instituição Administradora deverá privilegiar a aquisição de Outros Ativos remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das parcelas de amortização.

Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento descrito acima, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de

Amortização. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação das Disponibilidades segregadas na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao Valor de Amortização.

Índice de Liquidez

O Índice de Liquidez dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Outros Ativos} + \left(\frac{DC}{1,05} \right)}{VA}$$

- DC Corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuos Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º (quinto) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores a que se refere o cálculo do Índice de Liquidez.
- VA Corresponde ao somatório do valor de amortização de todas as Séries de Cotas Seniores em circulação, nas respectivas Datas de Amortização, cujas datas de vencimento ocorram, inclusive, até a Data de Amortização de Cotas Seniores a que se refere o cálculo do Índice de Liquidez.

Será sempre calculado o Índice de Liquidez para cada uma das Datas de Amortização programadas, isso é, se em determinada data em que for calculado o Índice de Liquidez estiverem programadas 36 (trinta e seis) amortizações para os meses subseqüentes, deverá ser calculado o Índice de Liquidez para cada uma das Datas de Amortização futuras.

Haverá desenquadramento do Índice de Liquidez se o número apurado, em qualquer caso, for inferior a 1 (um).

Índice de Atraso

O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Atraso}_{F;D} = \frac{PNP_{F;D}}{PT_{F;D} + Amtz - Subs}$$

PT_{F;D}: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes do Fundo na data referencial de cálculo, sendo Direitos Creditórios a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias.

PNP_{F;D}: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo, que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F.

Amtz Somatório do valor das amortizações de Cotas havidas no período de dias compreendido conforme a respectiva faixa de atraso F, retroativo à data de apuração do índice.

Subs Somatório do valor das subscrições de Cotas havidas no período compreendido, conforme a respectiva faixa de atraso F, retroativo à data de apuração do índice.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da Data de Verificação.

F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso F variam no seguinte conjunto:

F30: Faixa de atraso entre 1 e 30 dias

F120: Faixa de atraso entre 31 e 120 dias

F180: Faixa de atraso entre 121 e 180 dias

Atraso_{F,D}: Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso F na data D .

Haverá desenquadramento do Índice de Atraso nas seguintes hipóteses:

- i) caso a Instituição Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso entre 1 (um) e 30 (trinta) dias (F30), representa percentual superior a 18% (dezoito por cento);
- ii) caso a Instituição Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso entre 31 (trinta e um) e 120 (cento e vinte) dias (F120) representa percentual superior a 8% (oito por cento); e
- iii) caso a Instituição Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso entre 121 (cento e vinte um) e 180 (cento e oitenta) dias (F180) representa percentual superior a 5% (cinco por cento).

Índice de Perda Acumulada

O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

P_D : Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PA_D : Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a D , vencido e não pago por prazo superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos Creditórios passíveis de baixa.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da Data de Verificação.

Perda_D: Índice de Perda Acumulada calculado na data *D*.

Haverá desenquadramento caso a Instituição Administradora verifique que o Índice de Perda Acumulada representa percentual superior a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

Índice de Pré-pagamento

O Índice de Pré-pagamento, a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PPMT_D = \frac{PP_D}{P_D}$$

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PP_D: Somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mutuo a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contrato de Mútuo, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a data referencial de cálculo.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da Data de Verificação.

PPMT_D: Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na data *D*.

Haverá desenquadramento caso a Instituição Administradora verifique que o Índice de Pré-pagamento representa percentual superior a 5% (cinco por cento).

Informações Gerais sobre os Índices

O Índice de Liquidez, o Índice de Atraso, o Índice de Perda Acumulada e o Índice de Pré-pagamento deverão ser calculados pela Instituição Administradora a cada Data de Verificação, com base nos parâmetros tempestivamente disponibilizados pelo Custodiante, a contar da primeira Data de Subscrição Inicial.

O Índice de Liquidez também deve ser calculado previamente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

O desenquadramento de quaisquer dos índices acima referidos deverá ser considerado um Evento de Avaliação.

Metodologia de Avaliação dos Ativos e Cotas

Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo descrita.

Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência dos Contratos de Mútuo.

O valor das provisões referidas acima será calculado levando-se em conta o valor total do Contrato de Mútuo a qual se referem tais Direitos Creditórios Inadimplentes, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

Metodologia de Avaliação das Cotas

As Cotas de cada Série e classe do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o apurado conforme previsto no item “Características do Fundo – Cotas do Fundo – Valorização das Cotas” acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

Metodologia de Avaliação dos Outros Ativos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado de acordo com a sua cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme o caso.

Não havendo negociação no dia, será mantido o valor da última negociação.

Na hipótese de impossibilidade de apuração ou de inexistência de cotação oficial, os ativos terão seu valor de mercado apurado, conforme o caso:

- i) se forem títulos prefixados, pela aplicação, ao seu valor de resgate, da taxa de juros futura DI/Swap da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BMF, ou de outra fonte equivalente; ou
- ii) se forem títulos pós-fixados, pelos fluxos de pagamentos descontados pela taxa Andima, ou por outra taxa equivalente, pelo número de dias entre a data de cada evento e a data atual.

Assembléia Geral de Cotistas

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

Competência

É da competência privativa da Assembléia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;
- iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Cotas Seniores;
- v) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações, ou quando as alterações a serem efetuadas, a critério da Instituição Administradora, não elevarem o risco das Cotas Seniores em circulação;

- vi) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores;
- vii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- viii) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- ix) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e
- x) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas.

Procedimento de Convocação

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, ou por meio de *e-mail* enviado a cada Cotista ou ao seu legítimo representante, dos quais devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Nomeação de Representante dos Condôminos

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo no Banco Máxima.

Direito de Voto e Critérios de Apuração das Deliberações

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe.

As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens (iii), (vii), (viii) e (ix) do item “Assembléia Geral de Cotistas – Competência” acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Seniores e dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a:

- i) critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios;
- ii) valorização das Cotas;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) alteração do Regulamento, no que tange novas emissões de Cotas Seniores;
- vi) cobrança de taxas, excetuando-se a hipótese de elevação da taxa de administração, que será submetida a aprovação dos Cotistas nos termos do Regulamento; e
- vii) substituição do Custodiante.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por meio de *e-mail* enviado a cada Cotista ou ao seu legítimo representante.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;

- ii) cópia da ata da Assembléia Geral;
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- iv) modificações procedidas no prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução nº 356/01, da CVM, na hipótese de o Regulamento ser alterado durante o período de distribuição de Cotas.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado em virtude do término de seu prazo de duração, ou, ainda, sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) desenquadramento da Relação Mínima por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis;
- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iv) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida comunicação;

- vi) inobservância pelo Banco Máxima dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se comunicado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco Máxima não o fizer no prazo 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida comunicação;
- vii) aquisição reiterada pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade ou com as condições de cessão;
- viii) não pagamento, nas Datas de Amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- ix) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no item “Características do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas”;
- x) rescisão do Contrato de Custódia;
- xi) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização ou a Reserva de Liquidez e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xii) renúncia do Custodiante;
- xiii) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão previstas no Contrato de Cessão;
- xiv) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior; e
- xv) desenquadramento, do Índice de Liquidez, do Índice de Atraso, do Índice de Perda Acumulada, ou do Índice de Pré-Pagamento.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, suspenderá imediatamente o pagamento de quaisquer parcelas de amortização de Cotas Subordinadas em andamento, bem como deixará de adquirir novos Direitos Creditórios e convocará imediatamente Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.

São considerados Eventos de Revisão, referidos no subitem “xiii” acima, quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Banco Máxima nos termos do Contrato de Cessão, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas;
- ii) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente e de forma relevante a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas, na opinião da Instituição Administradora;
- iii) caso o Banco Máxima ou suas Partes Relacionadas se encontre inadimplente no cumprimento de obrigações pecuniárias cujo valor total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- iv) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Banco Máxima ou sacados contra o Banco Máxima ou suas Partes Relacionadas cujo valor total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- v) caso o Banco Máxima deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;

- vi) caso seja ajuizada contra o Banco Máxima ou suas Partes Relacionadas ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais que não tenham sua exigibilidade suspensa ou o crédito totalmente garantido em juízo no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da citação feita ao Banco Máxima ou suas Partes Relacionadas, e cujo valor seja, em conjunto com as demais execuções cuja exigibilidade não esteja suspensa ou o crédito não esteja totalmente garantido em juízo, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- vii) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Banco Máxima ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados em conjunto e desde que a exigibilidade do crédito respectivo não seja suspensa no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da citação feita ao Banco Máxima ou suas Partes Relacionadas;
- viii) ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Banco Máxima;
- ix) descumprimento pelo Banco Máxima de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;
- x) realização de qualquer negócio ou ato jurídico vedados por este Prospecto e nos demais documentos do fundo;
- xi) caso qualquer dos convênios ou as autorizações específicas permitindo a consignação em pagamento sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos e tal fato possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores; e
- xii) caso haja alteração no controle acionário do Banco Máxima.

No caso de a Assembléia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item “Liquidação do Fundo – Procedimentos para Liquidação Antecipada” deste capítulo, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da Assembléia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação Antecipada.

Sem prejuízo do disposto acima, na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Banco Máxima terá a faculdade de oferecer ao Fundo novos Direitos Creditórios, que poderão ser aceitos por decisão da Assembléia Geral.

Caso a Assembléia Geral delibere que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembléia Geral para manutenção das atividades regulares do Fundo, bem como para o saneamento do Evento de Avaliação.

O direito ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral referida acima, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada

São considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) concordata, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Banco Máxima ou do Custodiante;
- ii) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, terminado;

- iii) caso a Instituição Administradora, por culpa ou dolo, deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- iv) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim;
- v) se no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do anúncio de início de distribuição de Cotas, não for subscrita a totalidade das Cotas emitidas, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado antes do referido prazo;
- vi) durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- vii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- viii) pela ausência de Direitos Creditórios na carteira do Fundo ou pela inexigibilidade, por qualquer meio judicial, da totalidade dos Direitos Creditórios porventura existentes, por período superior a 60 (sessenta) dias;
- ix) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- x) caso o Banco Máxima deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento daquele;
- xi) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento; ou
- xii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.

Procedimentos para Liquidação Antecipada

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização de Cotas Subordinadas em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item “Metodologia de Avaliação dos Ativos e Cotas – Metodologia de Avaliação de Cotas” deste capítulo. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos do item “Metodologia de Avaliação dos Ativos e Cotas – Metodologia de Avaliação de Direitos Creditórios” deste capítulo, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim.

Na hipótese de a Assembléia Geral decidir pela liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a

liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições deste item, dos demais Documentos do Fundo ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

Informações Complementares

Despesas e Encargos do Fundo

Além da Taxa de Administração, constituem despesas e encargos do Fundo:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Prospecto, nos demais documentos do fundo ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas dispostas neste item, sem prejuízo de outras previstas nos demais documentos do fundo ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve informar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de Cotas, a data da primeira integralização de Cotas.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor ou sócio-gerente indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no item “Política de Investimento” deste capítulo e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

Os demonstrativos referidos acima devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

A Instituição Administradora deve manter disponíveis em seu *website*, sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) o(s) relatório(s) da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco contratada(s) pelo Fundo.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, e informar à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo entre estes quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada, bem como a substituição do Auditor Independente, e qualquer celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

- ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, no prazo de até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do Patrimônio Líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas de cada classe e Série e quantidade de Cotas de cada classe e Série em circulação;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e

vi) liquidação.

A Instituição Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições do COSIF, sendo auditadas pelo Auditor Independente.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de constituição do Fundo e terminará em 30 de junho de 2008.

Publicações

Todas as publicações mencionadas neste Prospecto serão feitas no periódico, jornal Monitor Mercantil, edição nacional.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do Regulamento ou do presente Prospecto, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento ao Cotista

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas poderão ser obtidos junto à Instituição Administradora, em sua respectiva sede ou por meio do Sr. José Alexandre Freitas, no telefone (21) 2493-7003. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205.

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Instituição Administradora, ao Distribuidor, à CVM, à BovespaFIX, ao SomaFIX ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação do Distribuidor, da Instituição Administradora e Demais Entidades Envolvidas na Oferta” acima, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.oliveiratrust.com.br, www.maximadtv.com.br/port/dtvm, www.cvm.gov.br www.bovespa.com.br e www.cetip.com.br

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características

Natureza

Os Contratos de Mútuo, que dão origem aos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, são formalizados por meio de contratos de adesão ou de cédulas de crédito bancário, acompanhados de autorização para desconto em folha de pagamento/benefício. Adicionalmente, os Contratos de Mútuo são acompanhados, de nota promissória devidamente assinada.

Processo de Origem

A originação das operações de mútuo junto aos Devedores se dá por meio da atuação de correspondentes bancários contratados pelo Banco Máxima como prestadores de serviço, bem como pela divulgação dos produtos oferecidos pelo Banco Máxima nos meios de comunicação dos Estados em que atua.

A negociação conduzida pelos correspondentes bancários com os Devedores deve observar as condições estabelecidas nos convênios celebrados entre o Banco Máxima e os entes consignantes, tais como (i) percentual máximo de comprometimento de renda do Devedor; (ii) prazo máximo da operação; (iii) valor das prestações; (iv) taxa máxima de financiamento (nos casos do INSS); (v) idade máxima e mínima dos Devedores.

Os correspondentes bancários dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais e comerciais relativas às pessoas físicas interessadas em contratar empréstimos consignados.

Política de Concessão de Crédito do Banco Máxima

Previamente à contratação do empréstimo, o correspondente analisa a ficha cadastral do Devedor aplicando os procedimentos internos de análise de crédito do Banco Máxima que consistem em: (i) verificação da existência de margem consignável disponível para pagamento das prestações do empréstimo, (ii) confirmação do vínculo do Devedor junto ao

órgão ou entidade consignante, e (iii) verificação da regularidade da autorização para desconto em folha de pagamento.

Sendo aprovada a ficha cadastral do Devedor de acordo com os procedimentos internos de análise de crédito do Banco Máxima acima descritos, o correspondente bancário responsável pela operação recolhe a assinatura do Devedor no Contrato de Mútuo ou na cédula de crédito bancário e na autorização de desconto em folha de pagamento/benefício que, juntamente com a ficha cadastral e os documentos pessoais do Devedor, são enviados para o Banco Máxima. Uma vez concluídos tais procedimentos, é autorizada a liberação do pagamento do financiamento via crédito em conta corrente ou ordem bancária de pagamento.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Cobrança Ordinária dos Direitos Creditórios Cedidos

O Banco Máxima foi contratado pelo Custodiante para realizar a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Adimplentes, devendo repassá-los ao Fundo.

As etapas da cobrança ordinária dos Direitos Creditórios Cedidos são a seguir descritas:

- i) o Consignante desconta do montante a ser recebido pelo Devedor, no respectivo mês, o valor referente à parcela do empréstimo vencida no período;
- ii) os valores descontados são repassados ao Banco Máxima;
- iii) a regularidade dos pagamentos dos empréstimos é verificada pelo Banco Máxima;
- iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Banco Máxima questiona os Consignantes sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

- v) nos casos de depósitos feitos na conta do Banco Máxima, o repasse ao Fundo ocorre, idealmente, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento.

Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplentes

Na hipótese de desconto do montante em folha de pagamento do Devedor e ausência de repasse ou repasse parcial de recursos pelo Consignante, o Banco Máxima, na qualidade de Agente Cobrador, procederá a cobrança direta dos valores devidos junto ao Consignante inadimplente.

Em caso de inadimplência do Devedor, o que normalmente ocorre após a perda do benefício do INSS, ou a exoneração ou demissão do Devedor do respectivo Consignante, serão tomadas as seguintes medidas:

- i) o Banco Máxima, na qualidade de Agente Cobrador, enviará ao Devedor boleto de cobrança bancária com nova data para pagamento; será cobrado o valor principal do débito, acrescido de multa contratual, juros de mora e/ou correção monetária, conforme originalmente contratado à época da formalização dos respectivos Contratos de Mútuo que originaram os Direitos Creditórios Inadimplentes, ou conforme definido pelo Fundo;
- iii) será efetuada cobrança interna, consistindo no estabelecimento de contato com o Devedor, seja por telefone ou por correspondência, visando a alcançar acordo entre as partes;
- iii) para Direitos Creditórios Inadimplentes há mais de 60 (sessenta) dias, o Devedor será inscrito no cadastro de inadimplentes do Sistema de Proteção ao Crédito (SPC)/SERASA; e
- iv) uma vez frustrada a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplentes, o Banco Máxima, às suas expensas, na qualidade de Agente Cobrador, poderá, observadas as instruções da Instituição Administradora, adotar as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes.

Em caso de morte do Devedor, o Banco Máxima envia boleto de cobrança aos familiares do Devedor falecido com vistas à quitação da dívida do Devedor.

Nas hipóteses de extrapolação da margem consignável disponível para pagamento da dívida, o Banco Máxima emite boleto de cobrança com novas datas de vencimento.

Na hipótese de inadimplência do Devedor em razão de insuficiência de margem de consignação, o Banco Máxima, seguindo a orientação da Instituição Administradora, poderá renegociar as parcelas faltantes de forma a adequá-las ao valor da nova margem.

Aspectos Legais e Regulamentares dos Empréstimos com Consignação em Pagamento

O pagamento dos Direitos Creditórios, por parte dos Devedores, deve ser efetuado por meio de desconto em folha, nos termos da legislação aplicável especificamente para cada Devedor.

Aposentados e pensionistas do INSS

A Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 1º de julho de 2005 e posteriores alterações regulamentam a consignação de descontos para pagamento de empréstimos contraídos pelos beneficiários da renda mensal dos benefícios previdenciários.

A referida instrução estabelece limite máximo de 36 (trinta e seis) parcelas. Também estabelece limitação à taxa de juros máxima aplicável, que é de 2,9% (dois inteiros e nove décimos percentuais), podendo sofrer alteração mediante portaria editada pelo presidente do INSS sempre que houver recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.

A legislação prevê ainda que o somatório dos descontos e/ou retenções consignados não exceda 30% (trinta por cento) do valor do benefício, depois de deduzidas as consignações obrigatórias, sendo excluídos o Complemento Positivo - CP, o Pagamento Alternativo de Benefício - PAB, e o décimo terceiro salário, correspondente à última competência emitida, constante no Histórico de Créditos - HISCRE/Sistema de Benefícios - SISBEN/*Internet*.

Servidores do Estado de Goiás

A Lei nº 13.847, de 7 de junho de 2001, e a Instrução Normativa nº 2, de 9 de agosto de 2001, da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos - AGANP regram o empréstimo com Desconto em Folha para os servidores públicos do Estado de Goiás. A referida lei estabelece como limite para consignações facultativas 30% (trinta por cento) da remuneração do servidor, e a soma das consignações compulsórias e facultativas não podem exceder 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor consignante.

A remuneração disponível é a soma dos vencimentos com adicionais de caráter individual e demais vantagens, compreendidas as relativas à natureza ou ao local do trabalho, sendo excluídas as diárias, ajuda de custo, indenização de despesa de transporte (quando o servidor for mandado servir em nova sede), décimo terceiro salário, auxílios (natalidade e funeral), adicionais (férias, serviço extraordinário, noturno, insalubridade, periculosidade), diferenças resultantes de importâncias pretéritas.

As consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, e tendo o limite de 70% (setenta por cento) sido superado, as consignações facultativas são suspensas, de maneira a atender o limite legal.

É estabelecido, ainda, que a consignação somente pode ser cancelada com a anuência da entidade consignatária (instituição que conceder o empréstimo).

Militares da Marinha

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 permite o desconto em folha de pagamento dos servidores, respeitado o limite de 70% (setenta por cento) do soldo.

Essa regulamentação não diferencia limites para os descontos autorizados e obrigatórios. No entanto, os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados, sendo os últimos os primeiros a serem suspensos caso o total de descontos supere o limite.

Servidores da Prefeitura Municipal de Macaé – RJ

A consignação em folha de pagamento é autorizada para os servidores públicos do município de Macaé pela Lei Complementar nº 11, de 29 de dezembro de 1998.

Por força do convênio celebrado entre o município de Macaé, o sindicato dos servidores públicos civis municipais de Macaé e o Banco Máxima, a autorização do servidor para que se proceda ao desconto é irrevogável e irretroatável. Também estabelece o convênio que o limite consignável é de 30% da remuneração do servidor, em sentido amplo. O prazo máximo de empréstimo é de 36 (trinta e seis) meses.

Demais Legislações

No presente Prospecto foram descritos os principais aspectos das regulamentações de Consignante que terão, no início, maior representatividade no patrimônio do Fundo. Contudo, destacamos existência de legislação tratando de empréstimo com desconto em folha para outros servidores públicos federais, bem como legislação própria de Estados e Municípios sobre o assunto.

Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco Máxima

No contexto da presente operação de securitização, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos do Banco Máxima quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 1º de janeiro de 2005 a 31 de março de 2007, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco Máxima integra o presente Prospecto como seu Anexo III.

O trabalho desenvolvido pela KPMG teve por objeto:

- i) confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e a performance da carteira de direitos creditórios, para um período histórico de 27 meses, no período compreendido de 1º de janeiro de 2005 a 31 de março de 2007; e

- ii) levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses direitos creditórios e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pelo Banco Máxima por meio de testes por amostragem.

Os trabalhos foram executados no período de 12 a 27 de abril de 2007 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios em 31 de março de 2007 e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de direitos creditórios vigente durante a execução desse trabalho. Conforme acordado, não foi requerida a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório, nem existe a obrigação de atualizar este relatório.

Características Relevantes dos Direitos Creditórios

A KPMG, através dos dados estatísticos de direitos creditórios de mesma natureza daqueles que serão cedidos ao Fundo, analisou o comportamento desses direitos por safra de originação no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 a 31 de março de 2007. Apresentamos abaixo as informações resumidas relativas a inadimplemento, perdas, pré-pagamentos, prazos de vencimento, volume financeiro, taxa de juros e parcelamento dos contratos que deram origem aos direitos creditórios analisados. Ressalte-se que informação relativa à taxa de juros não foi extraída do relatório da KPMG, mas sim informada pelo Cedente.

Recomenda-se aos investidores que, antes de tomar a decisão de adquirir Cotas, analisem atentamente o relatório da KPMG que consta no Anexo III deste Prospecto, no qual há descrição detalhada da carteira de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo. Ressalte-se, porém, que, nos termos do escopo dos trabalhos conduzidos pela KPMG, as informações constantes do Anexo III deste Prospecto e reproduzidas em formato resumido abaixo são de natureza meramente estatística, e nada garante que a carteira de Direitos Creditórios efetivamente adquirida pelo Fundo tenha desempenho semelhante.

Inadimplementos, perdas e pré-pagamentos

Nos termos do relatório da KPMG, seguem abaixo informações resumidas e consolidadas relativas a inadimplementos, perdas e pré-pagamentos dos Direitos Creditórios analisados:

<u>Eventos</u>	<u>Total</u>
	R\$ (em milhares de reais) % (acumulada)
<u>Base de Dados</u>	86.079 100%
<u>(-) Descontos</u>	266 0,3%
<u>(+) Multas</u>	5 =
<u>(-) Renegociações</u>	137 0,2%
<u>(-) Refinanciamentos</u>	357 0,4%
<u>(-) Parcelas a Vencer</u>	63.351 73,6%
 Total analisado	 21.972 25,5%
 Parcelas antecipadas acima de 180 dias até 1 dia	 1.127 5,1%
 Parcelas liquidadas no vencimento	 17.802 81%
 Parcelas liquidadas de 1 a mais de 180 dias	 2.038 9,2%
 Parcelas vencidas de 1 a 180 dias	 843 3,9%
 Parcelas vencidas a mais de 180 dias	 163 0,7%

Os dados que constam na tabela acima foram preparados pela KPMG com base em banco de dados do Banco Máxima que contém informações sobre direitos creditórios de mesma natureza daqueles que serão cedidos ao Fundo, e reflete os volumes de parcelas antecipadas, os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado dos 27 meses sob análise.

Prazos de vencimento, volume financeiro, período de amortização e taxa de juros dos Direitos Creditórios

Em suas considerações sobre o prazo de vencimento e o volume financeiro dos Contratos de Mútuo que deram origem aos Direitos Creditórios, a KPMG analisou 25.202

Contratos de Mútuo, cujo volume de recursos liberados foi de R\$ 49.364.000, cuja quantidade de parcelas variava, em cálculo consolidado, entre, no mínimo, 4 parcelas e, no máximo, 48 parcelas mensais, perfazendo o prazo médio ponderado de 35 meses. O volume médio dos Contratos de Mútuo é de R\$ 1.959,00, com valor médio por parcela de R\$ 104,00.

Os juros incidentes sobre o crédito concedido a Devedores, nos termos dos Contratos de Mútuo, são compostos e pré-fixados, aplicando-se a tabela *Price* para possibilitar a cobrança de parcelas fixas dos Devedores. Segue abaixo tabela com dados relativos aos juros mensais dos Contratos de Mútuo, com base em informações fornecidas pela Cedente, tendo como data base os contratos celebrados em março de 2007:

Contratos de Mútuo	TAXA DE JUROS
Taxa Mínima	2,00%
Taxa Média	2,71%
Taxa Máxima	4,15%

PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORMA DE REMUNERAÇÃO

Distribuidor

A distribuição das Cotas do Fundo será realizada pela Máxima S.A DTVM, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a distribuir títulos e valores mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica, nº 1.130, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40.

O Distribuidor foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas por meio de contrato de colocação pública de Cotas do Fundo, sob regime de melhores esforços, celebrado entre o Distribuidor, o Fundo e a Instituição Administradora. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Histórico

Em 1984 surge a Máxima Corretora com atuação principal no mercado de balcão, então não regulamentado, mas operando ainda junto à BM&F.

Na segunda metade da década de 80, a Máxima Corretora tornou-se referência na precificação de uma série de papéis de balcão, inclusive exercendo as atividades de *market maker* para diversas ações.

Em 1996, a Máxima Corretora lidera os esforços para a constituição da SOMA, que instituiu o mercado de balcão organizado no Brasil, mantendo-se como a principal instituição deste segmento. Ainda em 1996, inicia formalmente a constituição de fundos de investimento ligados ao movimento de reestruturação do setor de telecomunicações, criando o Máxima Access.

Em 1997, como resultado da aquisição do Banco Stock, a Máxima Corretora trocou de nome e ganhou musculatura, mas sempre preservando sua expertise em negociar ações de média e baixa liquidez.

Em 1999, a associação com a Multiplic Corretora provoca nova troca de nome, para Mutlistock Corretora, e aprofunda a atuação nas bolsas de valores e de futuros, reforçando a presença na praça de São Paulo.

Em 2003, após reestruturação societária, a corretora tem seu nome modificado para Máxima DTVM.

Obrigações e Remuneração do Distribuidor

O Distribuidor, nos termos do Contrato de Colocação, obriga-se a:

- i) receber e processar todos os pedidos de subscrição recebidos;
- ii) manter à disposição dos investidores o Prospecto em sua sede e em sua página na rede mundial de computadores (*internet*);
- iii) dar ampla divulgação à distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, publicando, no periódico utilizado pelo Fundo para divulgação de suas informações, todos os avisos, atos e decisões decorrentes da oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, observados os prazos legais, devendo o Distribuidor comunicar o Fundo de qualquer publicação na mesma data de sua realização;
- iv) acompanhar e controlar o plano de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série;
- v) controlar os boletins de subscrição ou os recibos de aquisição;
- vi) suspender a distribuição pública na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro;
- vii) comunicar imediatamente à CVM, sem prejuízo do disposto no item anterior, a ocorrência do fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que motive a suspensão da distribuição;

- viii) guardar, à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, todos os documentos relativos ao processo de registro da oferta e à elaboração do prospecto;
- ix) atender, durante a distribuição do Fundo, ao disposto no Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento;
- x) a qualquer tempo, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos exigidos pela legislação, pela CVM e pela ANBID; e
- xi) participar, em conjunto com o Banco Máxima e com os assessores jurídicos, na elaboração do Prospecto, do Regulamento e de todo e qualquer material e documento necessários à distribuição e colocação das Cotas Seniores da Primeira Série, nos termos das normas da CVM e do Código de Auto-Regulação da ANBID, ficando o Distribuidor responsável por verificar a qualidade e suficiência das informações deles constantes, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

Pela colocação pública de Cotas Seniores da Primeira Emissão, o Distribuidor fará jus a remuneração denominada “Comissão de Distribuição”, equivalente a 0,5% incidente sobre o valor total de Cotas Seniores da Primeira Emissão efetivamente subscritas e integralizadas.

A Comissão de Distribuição deverá ser paga pelo Banco Máxima ao Distribuidor em até 2 dias úteis de cada liquidação financeira das Cotas Seniores da Primeira Emissão.

O pagamento da remuneração acima descrita deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, líquido de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, inclusive tributos que venham a incidir sobre as operações em espécie e quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já incidentes.

Instituição Administradora

O Fundo é administrado por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13,

grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 36.113.876/0001-91.

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste capítulo e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos.

Histórico

Em maio de 1991, a Instituição Administradora foi adquirida por seus atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos mais de vinte e dois anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

Atualmente, a empresa é administrada diretamente por seus controladores: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 40 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há oito anos a companhia submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo recebido em maio de 2006 a nota de longo prazo brAA⁺

Especialmente em relação à administração de fundos de investimentos, a companhia tem experiência de mais de dez anos nessa atividade, a qual é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Atualmente a Instituição Administradora administra fundos de investimento em direitos creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 1.600.000.000,00.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, agência classificadora de risco das Cotas Seniores e auditor independente encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;
- iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos, observando-se que o preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, em nenhuma circunstância, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo ser vil e inferior ao seu respectivo valor de mercado;
- iv) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- v) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites, índices e critérios referidos neste Prospecto;

- vi) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Banco Máxima e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia;
- vii) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - a) substituição do Auditor Independente ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- viii) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante, pelo Banco Máxima e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- ix) registrar o documento de constituição do Fundo e eventuais alterações, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade sede da Instituição Administradora;
- x) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;

- f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- g) os relatórios do Auditor Independente; e
- h) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembléia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência;
- xi) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- xii) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar deste Prospecto e do Regulamento;
- xiii) cientificar os Cotistas do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- xiv) providenciar que os Cotistas que venham a adquirir as Cotas no mercado primário de distribuição assinem o Termo de Adesão ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas;
- xv) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento;
- xvi) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- xvii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- xviii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente,

registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;

- xix) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo;
- xx) divulgar aos Cotistas, eventual rebaixamento da classificação de risco referida no item (xix) acima, no prazo máximo de 3 (três) dias do recebimento de tal informação;
- xxi) convocar a Assembléia Geral nas hipóteses no item “Assembléia Geral de Cotistas – Competência” e na regulamentação aplicável;
- xxii) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante (a) abrir conta de depósito em nome do Fundo em outra instituição financeira, se for o caso; (b) requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e (c) convocar Assembléia Geral para decidir pela contratação de novo custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo;
- xxiii) calcular com base exclusivamente nos parâmetros fornecidos pelo Custodiante, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez, o Índice de Liquidez, e os Limites de Concentração;
- xxiv) realizar, em nome do Fundo, operações em mercado de derivativos, nos termos do disposto no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Operações em Mercados de Derivativos”; e
- xxv) divulgar à Agência Classificadora de Risco após a Data de Verificação, os Índices de Liquidez, de Atraso, de Perda Acumulada e de Pré-pagamento, a Relação Mínima, a Reserva de Amortização e a Reserva de Liquidez.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.

As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) emitir quaisquer classes ou Séries de Cotas Seniores de forma não expressamente autorizadas neste Prospecto;
- ii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- iii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos nos Documentos do Fundo;
- iv) aplicar recursos diretamente no exterior;
- v) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- vi) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas nos Documentos do Fundo e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vii) vender Cotas a prestação;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado os serviços dispostos no item “Instituição Administradora – Contratação de Terceiros” abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xiii) vender Direitos Creditórios a terceiros por preço inferior ao seu valor contábil sem a prévia anuência da Assembléia Geral.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo, o valor equivalente ao percentual anual de 0,18% (dezoito centésimos por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo até R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual anual equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo que acrescer a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

A remuneração acima será calculada e provisionada todo Dia Útil, devendo ser paga à Instituição Administradora mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), sendo a primeira no último Dia Útil do mês da Data de Subscrição Inicial.

A Taxa de Administração, já incluído o custo de escrituração de Cotas, será no mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais.

Nos 12 (doze) primeiros meses, contados a partir da Data de Subscrição Inicial, será dado desconto de R\$ 1.666,67 (mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) na Taxa de Administração, sendo que nos demais meses será cobrado o valor integral.

O valor mínimo da Taxa de Administração previsto acima e o valor adicional previsto abaixo serão atualizados anualmente com base na variação acumulada do IPCA, sendo que a primeira atualização deverá ocorrer 1 (um) ano após a Data de Subscrição Inicial.

Durante a vigência do Fundo, e enquanto for obrigatória a realização das operações em mercado de derivativos, conforme disposto no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Operação em Mercados de Derivativos”, será devida remuneração adicional à Instituição Administradora equivalente a R\$ 1.000,00, que será acrescida à Taxa de Administração.

A remuneração acima não inclui os encargos listados no item “Características do Fundo – Informações Complementares – Despesas e Encargos do Fundo”, a serem debitados do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Os Cotistas reunidos em Assembléia Geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo: (i) encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de substituição da Instituição Administradora, e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável e dos demais Documentos do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela Assembléia Geral da substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

A remuneração da instituição administradora substituta não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) ao valor corrente da Taxa de Administração mencionada no item “Instituição Administradora – Remuneração da Instituição Administradora” deste capítulo.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

A contratação de nova instituição administradora estará sujeita à afirmação da classificação de risco das Cotas Seniores em circulação pela Agência Classificadora de Risco.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor responsável, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia, prestada por instituição credenciada na CVM para o desempenho dessa atividade.

Os poderes de gestão referidos no subitem (ii) acima somente podem ser delegados a pessoas jurídicas domiciliadas ou com sede no país, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional.

Custodiante

O exercício da atividade de custódia, bem como a prestação de serviços de controladoria do Fundo, caberá ao Banco Santander Banespa S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Amador Bueno nº 474, inscrito no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42.

Histórico

O Grupo Santander possui vasta experiência na prestação de serviços a investidores institucionais locais e estrangeiros. São mais de 25 anos de prestação de serviços para este público na Europa e de experiência nos serviços de custódia no Brasil, através da corretora Banespa.

Após de um grande e agressivo crescimento no mundo, o Grupo Santander está entre os 12 maiores bancos do mundo em valor de mercado, maior banco na zona do euro e a maior instituição financeira da América Latina.

Para os serviços de custódia, o Grupo Santander atua hoje em mais de 30 países pelo mundo, sendo 6 países na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela), onde se transformou em um dos maiores provedores destes serviços na região, atuando como provedor regional de serviços para grandes clientes institucionais e corporativos. Soluções customizadas, da mais alta qualidade e elaboradas para atender objetivamente as reais necessidades de seus clientes fazem parte da filosofia de trabalho do Banco Santander Banespa neste segmento.

O Banco Santander Banespa é o primeiro e único custodiante na América do Sul com *rating* em serviços de custódia (*Standard & Poors* - Agosto/05).

Como reconhecimento pela qualidade dos serviços oferecidos aos seus clientes o Banco Santander Banespa foi apontado nos anos de 2004 e 2005 como o melhor custodiante doméstico em atuação no Brasil, conforme pesquisa efetuada pela *Global Custodian Magazine* – dezembro de 2004 e dezembro de 2005 junto aos contratantes dos serviços, além de ser o único custodiante brasileiro doméstico a obter a classificação *TOP RATED* no ano de 2005, pelos critérios da revista, em função das elevadíssimas notas concedidas pelos próprios clientes.

Além do reconhecimento dado pelos seus clientes pela alta qualidade, o Banco Santander Banespa também é signatário do código de auto-regulação de serviços qualificados da ANBID desde o seu lançamento, o que assegura conformidade com as melhores práticas de mercado.

Como consequência disso, atualmente, o Banco Santander Banespa possui ativos de clientes sob custódia com valor superior a R\$ 56 bilhões (cinquenta e seis bilhões de reais), com base em dados da ANBID do mês de abril de 2007.

O Banco Santander oferece soluções completas e diferenciadas através de sua área de serviços a investidores, oferecendo serviços relacionados à custódia e à controladoria (serviços qualificados) de ativos, administração e custódia de FIDCs, fundo multipatrocinado, custódia e representação local para investidores não residentes (Resolução 2689 do Conselho Monetário Nacional), *Clearing Agent* (BM&F e Bovespa) entre outros.

Na custódia de FIDCs, o Banco Santander Banespa está estruturado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, operativo e de tecnologia para oferecer soluções de qualidade, com elevado grau de automação focadas nas diferentes necessidades de clientes. As atividades relacionadas à prestação de serviços de direitos creditórios abrangem o controle e acompanhamento dos critérios dos recebíveis, controle da liquidação financeira e física, contabilidade, controladoria, aplicação dos critérios de apreçamento dos ativos, escrituração de cotas, gerenciamento das carteiras, conciliações automatizadas de estoque, além de toda proteção e segurança de infra-estrutura tecnológica, sites alternativos de contingência entre outros.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades do Custodiante

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no item “Características do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Critérios de Elegibilidade” acima;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do Fundo;

- vii) fornecer tempestivamente à Instituição Administradora todos os parâmetros necessários para apuração da Relação Mínima, da Reserva de Amortização, da Reserva de Liquidez, dos Índices de Liquidez, de Atraso, de Perda Acumulada e de Pré-pagamento, e dos Limites de Concentração; e
- viii) prestar serviços de custódia de Outros Ativos.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida no item (i) acima será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos créditos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Os procedimentos para verificação do lastro dos Direitos Creditórios serão realizados de acordo com a metodologia utilizada pelo auditor do Fundo, nos termos estabelecidos no Regulamento. A verificação dependerá de estudos estatísticos e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e do nível de concentração.

O Banco Máxima está obrigado a dar acesso às suas dependências à Instituição Administradora, ao Custodiante ou a quem esses indicarem, para fins de verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Remuneração do Custodiante

O Fundo terá taxa de custódia mínima de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) ao mês, valor a ser corrigido após o período de 12 (doze) meses da assinatura da proposta, pelo índice IGP-M acumulado no ano anterior, isentos de quaisquer despesas extras e impostos.

Para os serviços de custódia e controladoria do Fundo o Custodiante fará jus à remuneração calculada de acordo com o valor do patrimônio líquido do Fundo, na seguinte razão:

- i) de zero a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões), será cobrada uma taxa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) ao ano; e
- ii) acima de R\$ 100.000.000,01 (cem milhões e um centavo), será cobrada uma taxa de 0,20% (vinte centésimos) ao ano.

A taxa de custódia será debitada mensalmente na conta corrente do Fundo até o quinto Dia Útil do mês subsequente ao mês de referencia durante todo o período de operações do fundo. A determinação da taxa a ser aplicada durante o mês terá como base o valor do Patrimônio Líquido médio do mês anterior.

Substituição do Custodiante

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.

A contratação de novo Custodiante estará sujeita à afirmação da classificação de risco das Cotas Seniores em circulação pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembléia não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo.

Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, as regras para substituição da Instituição Administradora.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Prospecto e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

Fiel Depositário

O Banco Máxima foi contratado (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente Cobrador dos Direitos Creditórios.

O Banco Máxima poderá subcontratar outras empresas para (i) efetuar a guarda física da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade como fiel depositário; e (ii) efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial, em nome do Fundo, dos créditos inadimplidos.

Demais informações sobre o Banco Máxima encontram-se descritos no capítulo “Informações Relativas ao Cedente” abaixo.

Auditor

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo foi contratada pela Instituição Administradora, a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas a Fitch Ratings Brasil Ltda, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1470, Conjunto 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33.

Consultoria Especializada

Foi contratada para prestar os serviços de consultoria especializada, nos termos do artigo 39, inciso I, da Instrução nº 356/01 da CVM, a Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-2.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Cessão

O Contrato de Cessão terá por objeto regular a cessão de direitos creditórios pelo Banco Máxima ao Fundo, que poderá adquirir Direitos Creditórios a qualquer tempo ao longo de seu prazo de duração. O Banco Máxima tem a faculdade de ceder ao Fundo Direitos Creditórios quando entender conveniente

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo é irretratável e irrevogável, abrangendo os Direitos Creditórios, os respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os seus acessórios, como as garantias. O Banco Máxima não tem qualquer responsabilidade em relação à eventual insolvência dos Devedores, isso é, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo opera-se sem coobrigação.

Pela aquisição dos Direitos Creditórios, será pago pelo Fundo ao Banco Máxima, à vista, o preço calculado pelo Custodiante, conforme taxa indicada no Termo de Cessão. O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetuará, mediante prévia autorização da Instituição Administradora, o pagamento pelos Direitos Creditórios Cedidos em moeda corrente nacional, por meio de crédito em conta corrente de titularidade do Banco Máxima.

O Banco Máxima será responsável:

- i) pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela inexistência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos até o momento da cessão;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos contra o Banco Máxima e/ou Fundo, nos termos do artigo 294 do Código Civil;

- iv) pela diferença positiva entre o valor contábil do Direito Creditório liquidado antecipadamente, conforme apurado pelo Custodiante, e a quantia paga na liquidação antecipada; e
- v) por incluir na Lista de Direitos Creditórios, definida no Contrato de Cessão, somente Direitos Creditórios que se enquadrem nas condições de cessão.

O Contrato de Cessão poderá ser resilido pelo Fundo ou pelo Banco Máxima, sem quaisquer ônus ou penalidade, após o encerramento da distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série, mediante simples notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

A rescisão unilateral do Contrato de Cessão pelo Fundo, porém, está condicionada à prévia aprovação da Assembléia Geral.

O Contrato de Cessão poderá ser resilido imediatamente pelo Banco Máxima, sem qualquer ônus ou penalidade, a qualquer tempo, exclusivamente na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela elevação de remuneração das Cotas Seniores.

Na hipótese de rescisão, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes até a amortização ou resgate integral das Cotas as obrigações do Banco Máxima, a não ser que a Instituição Administradora expressamente o desincumba de tais obrigações.

Na hipótese de rescisão e rescisão, o Fundo deverá adotar os procedimentos estabelecidos no item “Características do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos para Liquidação Antecipada”.

O Contrato de Cessão se torna eficaz na data da respectiva assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre o Fundo e o Banco Máxima.

Contrato de Colocação

Foi celebrado, em 12 de junho de 2007, Contrato de Colocação entre o Distribuidor, o Banco Máxima e a Instituição Administradora.

Por meio desse contrato, o Distribuidor se compromete a tomar todas as medidas necessárias à colocação pública das Cotas Seniores da Primeira Série, sob o regime de melhores esforços.

O Contrato de Colocação entrou em vigor na data da respectiva assinatura e finda com o cumprimento de todas as obrigações nele contidas, principais e acessórias, da Instituição Administradora, do Distribuidor e do Banco Máxima.

Contrato de Custódia

O Banco Máxima, o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Custodiante deverão celebrar o Contrato de Custódia.

O contrato terá por objeto regular os serviços de custódia qualificada, relativos aos Direitos Creditórios, títulos, valores mobiliários e recursos financeiros, pertencentes à carteira do Fundo, bem como os serviços de controladoria do Fundo.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

O Distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Série é controlado pelo Banco Máxima, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, e por esse motivo, está, mesmo que indiretamente, também submetido aos mesmos interesses e objetivos de seu controlador, que neste caso é a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

Adicionalmente, o cedente de Direitos Creditórios ao Fundo foi contratado como Agente Cobrador. Não há contratos relacionados à operação envolvendo as partes referidas acima além do Contrato de Colocação, cujas principais características constam no item “Sumários dos Contratos Relevantes – Contrato de Colocação”.

Não há conflito de interesse, além daqueles apresentados neste capítulo e neste Prospecto, entre o Banco Máxima, o Distribuidor e os demais participantes da operação responsáveis pela custódia, gestão e/ou administração do Fundo.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

Base Legal Relativa aos FIDCs

Os fundos de investimento em direitos creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006 e pela Instrução nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliário) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Regras de Tributação

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo de Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo de Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO MÁXIMA

Sumário

Banco Máxima S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica nº 1.130 9º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.923.798/0001-00 De acordo com seu estatuto social, seu objeto social é a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a um banco comercial.

O Banco Máxima tem como objetivo atender clientes pessoas jurídicas de médio e grande porte e pessoas físicas na área de crédito pessoal, oferecendo uma combinação de produtos e serviços financeiros.

O grupo é controlado pelos seus sócios fundadores, Sr. Saul Dutra Sabbá, Sr. João Nunes Ferreira Neto e Sr. Pedro Paulo Nunes Ferreira., todos com vasta experiência no mercado financeiro. O Banco Máxima atua no setor de finanças corporativas, na gestão de recursos de terceiros, operações de crédito estruturado e de BM&F.

Histórico

Em meados de 1984, surge a Máxima Corretora, com atuação principal em mercado de balcão, neste período ainda não regulamentado, tornando-se referência na precificação de uma série de papéis de balcão. Em 1987, inicia-se a Máxima Consultoria, atuando no segmento de finanças corporativas, envolvendo-se nos primeiros processos de privatização desenvolvidos no Brasil.

Durante a década de 90, a Máxima Consultoria consolida sua posição e amplia sua presença no programa nacional de desestatização.

Em 1996, o grupo Máxima trabalhou no sentido de possibilitar a constituição da SOMA, que instituiu o Mercado de Balcão Organizado no Brasil. Neste ano, inicia formalmente a constituição de fundos de investimento.

Em 1997, o grupo adquire o Banco Stock, ganhando força e continuando a negociar ações de média e baixa liquidez.

Em 1999, a Máxima Asset Management é formalmente constituída para cuidar da gestão de recursos de terceiros. São criadas novas opções de investimentos para seus clientes. Ainda neste ano, a associação com a Multiplic Corretora provoca nova troca de nome, aprofunda a atuação nas bolsas de valores e de futuros e reforça a presença na praça de São Paulo.

A partir de 2000, o Banco Máxima passou a atuar no mercado de crédito, através da aquisição de uma financeira.

Em 2002, identifica-se a oportunidade no setor e investe-se na concepção e estruturação do FMAX, primeiro fundo de direitos creditórios do país, cuja operação recebeu rating Aaa.Br da Moody's.

Em 2003, após reestruturação societária, o Banco Máxima emergiu mais focado, tornando-se o carro chefe do grupo Máxima.

Em 2005, é inaugurada a área de “créditos corporate” do Banco Máxima, realizando com sucesso, até 2006, a emissão de CCBs com volume total acima de R\$ 300 milhões. Tem início também suas operações de créditos consignado, principalmente junto a aposentados e pensionistas do INSS, com posterior expansão para esferas federais, estaduais e municipais.

Atividades

O Banco Máxima atende seus clientes pessoas jurídicas com produtos típicos de banco comercial, tais como securitização e descontos de recebíveis, estruturação de cédulas de crédito bancário, estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios, capital de giro e operações estruturadas. Para os clientes pessoas físicas, o Banco Máxima oferece crédito consignado com desconto em folha de pagamento a servidores públicos, privados, pensionistas e beneficiários do INSS.

A atuação do Banco Máxima é, destacadamente, voltada tanto para operações de crédito no segmento de pessoa física, na modalidade de crédito consignado, quanto no de pessoa jurídica. As principais atividades e produtos da instituição podem ser discriminados da seguinte forma:

- i) varejo: crédito consignado para funcionários públicos e para aposentados e pensionistas do INSS;
- ii) *Middle Market*: atendendo empresas de pequeno e médio porte com produtos financeiros ágeis e eficientes, oferecendo linhas de crédito em diversas modalidades; e
- iii) *Corporate Business*: crédito para grandes empresas, operações de CCB, securitização de recebíveis e estruturação de FIDC.

No presente momento o Banco Máxima busca consolidar sua penetração no mercado de crédito consignado, em detrimento do crédito pessoal direto. No segmento de crédito estruturado, têm-se como foco operações entre R\$ 10 milhões e R\$ 50 milhões que sejam passíveis de securitização ou rápida distribuição no mercado, geralmente CCBs.

Dentro desta estratégia de negócios, destaca-se a aquisição, pelos mesmos sócios do Banco Máxima, da Bull Finance Securitizadora S.A., empresa que não iniciara suas atividades operacionais até o encerramento de 2006. No início de 2007, a razão social desta empresa foi alterada para Máxima Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., cuja estratégia para o ano de 2007 consiste na seleção de créditos imobiliários, dentro de critérios conservadores, cuja origem provenha da formalização de venda financiada de base imóvel (alienação fiduciária) e/ou contratos de arrendamentos mercantis.

Em finanças corporativas, o Banco Máxima atua: (i) em fusões e aquisições, incluindo no âmbito de privatizações; (ii) levantamento de recursos para empresas e projetos, tais como abertura de capitais e operações de mercado de capitais; e (iii) consultoria e gerenciamento financeiro, participando de reestruturações financeiras, estruturações de planos de negócio e estudos de viabilidade e de mercado.

Na gestão de recursos de terceiros, o Banco Máxima caracteriza-se pela busca por elevados retornos sob uma ótica de estrito controle de risco, visando sempre a preservação

do patrimônio. Atua sempre com respeito ao investidor, oferecendo investimentos produtos em fundos próprios ou exclusivos.

Composição da Carteira de Créditos

Entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de março de 2007, o volume total de crédito liberado foi de aproximadamente R\$ 49 milhões, o que resulta em uma média mensal de liberação de mais de R\$ 1 milhão.

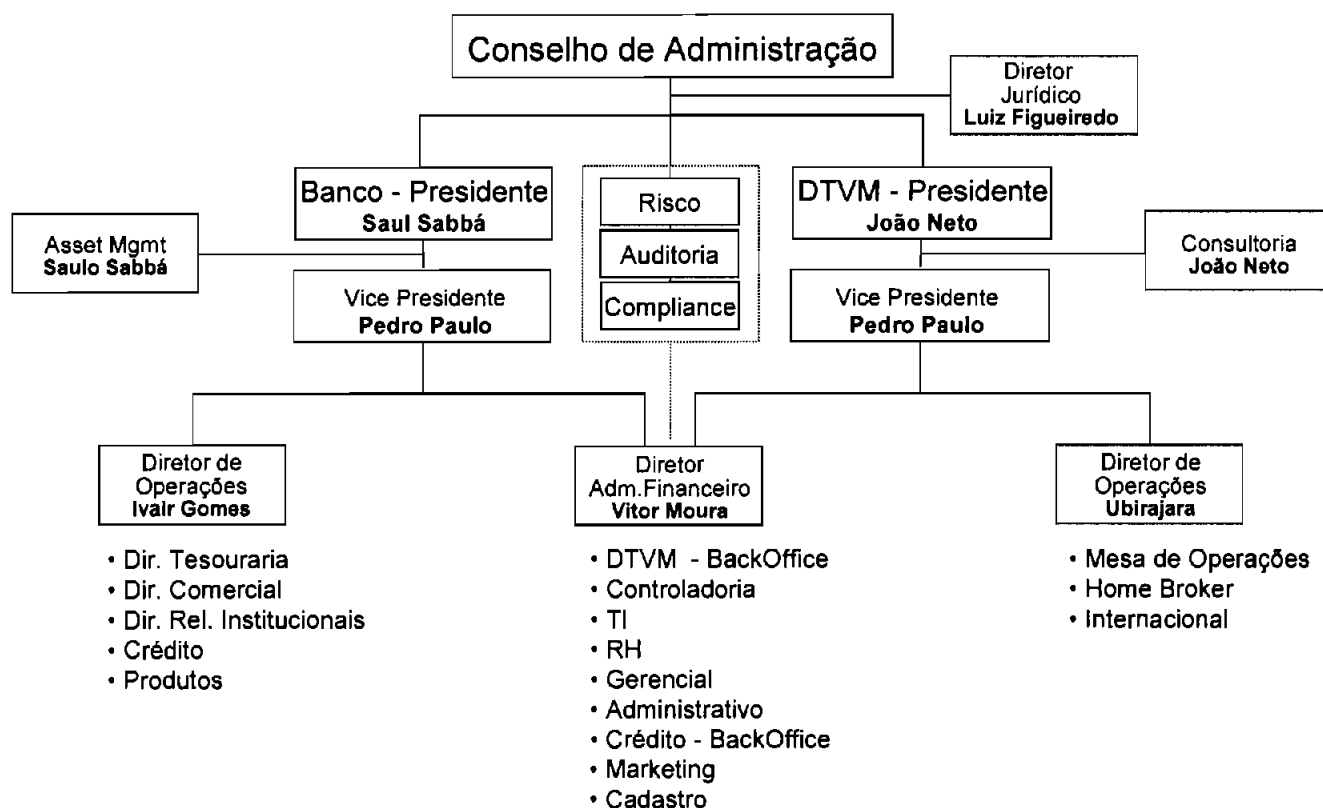
No referido período, foram celebrados pelo Banco Máxima mais de 25 (vinte e cinco) mil contratos, em uma média mensal de mais de 900 (novecentos) contratos celebrados. O valor médio das parcelas de tais contratos é de R\$ 104,00 (cento e quatro), sendo que o prazo médio de duração das operações é de 35 (trinta e cinco) meses.

Estrutura Organizacional

Os Srs. Saul Dutra Sabbá, João Nunes Ferreira Neto e Pedro Paulo Nunes Ferreira são os únicos sócios do Banco Máxima, detendo, respectivamente, 50%, 37,5% e 12,5% de seu capital.

Administração

A administração do Banco Máxima é gerida por profissionais que possuem vasta experiência no mercado financeiro e com qualificação de excelência, participando diretamente do cotidiano das atividades do Banco.



Fonte: Banco Máxima S.A

Diretoria

Atualmente, a diretoria do Banco Máxima é formada pelos seguintes membros:

Saul Dutra Sabbá

Sócio-fundador do grupo Máxima, é presidente do conselho de sócios e presidente do Banco Máxima. É bacharel em Administração de Empresas, atua no mercado de capitais desde 1975, com extenso histórico em operações no SOMA e foi um dos criadores da ANIMEC (Associação Nacional do Investidores de Mercado de Capitais).

João Nunes Ferreira Neto

Sócio-fundador do grupo Máxima, é presidente da Máxima S.A. DTVM e membro do conselho de sócios. É bacharel em Economia com extensão em mercado de capitais pela FGV e MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atua como responsável pela área comercial e de finanças corporativas do grupo.

Pedro Paulo Nunes Ferreira

Sócio fundador do grupo Máxima, é diretor superintendente do grupo e membro do conselho de sócios. Bacharel em economia, especializou-se na negociação de "commodities" nas principais bolsas de futuros do país.

Ivair Gomes

Diretor de operações do Banco Máxima, é formado em Engenharia de Produção pela UFRJ e possui MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atuou anteriormente como sócio do BBM, sendo responsável pela gestão de diversos setores do Banco e do Grupo.

Francesco Domenico

Diretor de tesouraria do Banco Máxima, é bacharel em Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica pelo ITA, com MBA em Mercado de Capitais pela FGV. Atuou anteriormente nos bancos Pactual, Marka, MultiStock e Nobel Gestão de Recursos, como trader nos mercados locais de renda fixa, opções e futuros, além de mercados internacionais de moedas e bonds. Atualmente é o responsável pela administração de liquidez do grupo Máxima e pelas operações de tesouraria do Banco..

Luiz Figueiredo

Diretor jurídico do Banco Máxima. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC, Mestrando em Direito Empresarial pela UCAM. Foi sócio local do escritório Thompson & Knight LLP, advogado coordenados do Banco BBM S.A., advogado associado de Lobo & Ibeas e trabalhou no escritório Mayer, Brown & Platt, em Nova York. Atualmente é responsável pela direção jurídica do Banco Máxima e das demais empresas do Grupo, bem como pelo desenvolvimento de novos produtos com ênfase em crédito.

Ricardo Mello

Diretor corporate do Banco Máxima, é bacharel em economia com M.B.A. Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atuou em instituições como Unibanco, BBM e Pactual, com ênfase em prospecção e administração de clientes.

Sérgio Tabone

Diretor comercial do Banco Máxima, é bacharel em economia pela FMU-SP com MBA em Finanças Corporativas pela COPPEAD-RJ. Atuou como sócio no banco Omega e diretor executivo no UBS Warburg – Corp. Finance. Atualmente gerencia todas as atividades comerciais do grupo. Atua no mercado de capitais brasileiro desde 1972.

Vitor Moura

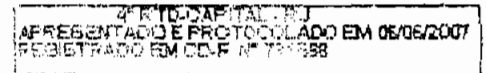
Diretor administrativo e financeiro do Banco Máxima, é graduado em Audit Management pela School for Bank Administration, University of Wisconsin, USA. Iniciou a carreira na PricewaterhouseCoopers em Portugal e foi diretor de consultoria da empresa no Brasil. Foi diretor do banco Chase Manhattan, banco Boavista e Brasil Telecom. Atualmente é responsável pelo back-office do Banco Máxima e das outras empresas do Grupo.

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**



CNPJ/MF N.º 36.113.876/0001-91

**DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO
MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
– CRÉDITO CONSIGNADO I**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 36.113.876/0001-91, (a “Instituição Administradora”), resolve:

1. Constituir fundo de investimento em direitos creditórios, conforme faculta a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de condomínio fechado, que terá a denominação de **MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I** (“Fundo”).
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade reg nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região, em 25 de maio de 1993, inscrito no CPF sob o nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa.
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado.
4. Contratar (i) o Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo; (ii) a Fitch Ratings Brasil Ltda, com sede na Cidade de São

Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1470, Conjunto 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (rating) das cotas do Fundo; e (iii) a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo.

5. Deliberar sobre a primeira emissão do Fundo, composta de cotas seniores da primeira série ("Cotas Seniores da Primeira Série") e de cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas"), com valor de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) por Cota Sênior da Primeira Série e de R\$1.000,00 (mil reais) por Cota Subordinada. Inicialmente, serão emitidas e colocadas até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores da Primeira Série e número indeterminado de Cotas Subordinadas. Somente as Cotas Seniores da Primeira Série serão objeto de colocação pública.

6. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta.

7. Aprovar o regulamento do Fundo bem como o Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores, que seguem anexos ao presente instrumento de constituição.

Esta deliberação, com o Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores e o regulamento do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2007.



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 086.449.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 088.887.377-82**
CPF: **CPF: 12.867.135-3**

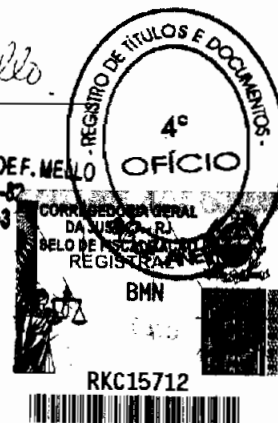
4º Ofício de Registro de Títulos e Doc.
Av. Rio Branco, 109/102
REGISTRADO SOB Nº 731698
RIO DE JANEIRO - RJ, 06/06/2007.

Imbuca

Jairo V. Rodrigues Camargo
Titular

☐ André A. L. Rodrigues Camargo
☐ Mônica R. Camargo
☒ Izabela Moura de Siqueira
☐ Ketia de S. Medeiros
☐ Eliza Angélica de Silva
Escritores

Alexandre Lodi de Oliveira
Presessor





DELIBERAÇÃO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (a “Instituição Administradora”) do **MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I**, constituído em 06 de junho de 2007, sob o nº 731698 perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (“Fundo”).

4ºRTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 11/06/2007
REGISTRADO EM CD-R Nº 731933

CONSIDERANDO que até a presente data não ocorreu qualquer distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes itens do Regulamento que, na forma anexa, passa a vigorar a partir da data do registro deste instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Alteração do item 6.1.4 da Cláusula 6; do item 10.5 e do inciso “i” do item 10.8 da Cláusula 10; do inciso vi do item 11.1 da Cláusula 11; do item 14.5.1 da Cláusula 14; do item 18.2.1 da Cláusula 18 e da alínea “v” do item 26.6 da Cláusula 26; e
- Inclusão da alínea “xxiv” e renumeração da alínea seguinte do item 5.2 da Cláusula 5; do item 6.1.5 da Cláusula 6; da alínea ii do item 10.8, e dos itens 10.8.1, 10.8.2 e 10.8.3 da Cláusula 10; e das definições de “BM&F” e “Data de Aquisição”, no Anexo I ao Regulamento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2007

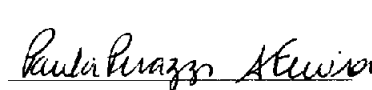

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


José Alexandre C. de Freitas

DIRETOR

HELEN DE O. THOMAS
Procuradora

Testemunhas:

1. 
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 1º812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. 
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 088.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**

DELIBERAÇÃO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (a “Instituição Administradora”) do **MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I**, constituído em 06 de junho de 2007, registrado na mesma data, sob o nº 731698 e alterado pela Deliberação de Primeira Alteração em 11 de junho de 2007, , registrado na mesma data, sob o nº 731933, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (“Fundo”).

CONSIDERANDO que a Comissão de Valores Mobiliários formulou exigências em relação ao Regulamento do Fundo;

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes itens do Regulamento que, na forma anexa, passa a vigorar a partir da data do registro deste instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Inserção do subitem 3.1.1 ao item 3.1 da Cláusula 3;
- Alteração:
 - (a) do subitem 6.3.1 da Cláusula 6;
 - (b) dos subitens 14.5.1 e 14.6.2.2 da Cláusula 14;
 - (c) do subitem 22.7.3 e seus incisos VI e VII da Cláusula 22; e
 - (d) do Anexo VI, com preenchimentos das lacunas, inserção das alterações efetuadas ao

Regulamento e do prazo de duração das quotas seniores do respectivo

Seja assim, assinado o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2007.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

Testemunhas:

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.867.135-3

Paula Paragzi A. Ferreira

Paula Paragzi A. Ferreira
RG: 1161.960-4 IFP/RJ
CPF: 096.449.027-40

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do Livro nº 13-88
Registro nº 731933 do LVO
O QUE CERTIFICO, RJ, 01 SET. 2007
Elisa Angelica da Silva
Escrivente Autorizada

4ºRTD-RJ - 739710
Emol. 217,90/Distrib. 10,30/Lexi 111/06 11,41
Mútu/ACOTERJ 7 82 / FETJ 45,84
Lei 4.664/05 11 41 / Tot Emol (R\$) 304,48
PARAM Vies 2 / Nome(s) 1 / Pags 82
Proc Eslr N / Averb S / Dilig.



4º Ofício de Registro de Títulos e Doc.
Av. Rio Branco, 109/1702
REGISTRADO SOB Nº 739710
RIO DE JANEIRO - RJ, 04/09/2007.

Jaíro V. Rodrigues Camargo
Titular
André A. L. Rodrigues Camargo
Mônica R. Coelho
Rosalei Moura de Siqueira
Kátia de Sá Madruga
Elisa Angelica da Silva
Escriventes



ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO

Crédito ao Consumo/Brasil
Relatório Analítico

Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado I Série 2007-1

Ratings

Emissão Classe	Total BRL MI	Vencimento Final	Rating Atual
Sênior	50,0	Dez./2011	AA(bra)
Subordinada	12,5	-	NA

bra – Escala Nacional Brasileira. NA – Não Avaliada.

Analistas

Finanças Estruturadas

Ely Mizrahi
55 21 4504-2600
ely.mizrahi@fitchratings.com

Jayme D. Bartling
55 11 4504 2600
jayme.bartling@fitchratings.com

Instituições Financeiras

Jean C. Lopes
55 21 4503 2600
jean.lopes@fitchratings.com

Fundamentos do Rating

A Fitch atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à primeira série de cotas seniores emitida pelo Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado I (Máxima FIDC), em montante nominal de até BRL50 milhões, cujo início da distribuição pública ocorreu em 20 de junho de 2007. Esta operação consiste na securitização de direitos creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco Máxima S.A. (BM) a servidores públicos federais, estaduais, municipais e a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo pagamento é efetuado por meio de consignação em folha de pagamento ou em folha de benefícios do INSS. O rating atribuído reflete a probabilidade dos investidores seniores receberem o pagamento pontual e integral do principal investido, acrescido do rendimento pretendido de 109% do CDI.

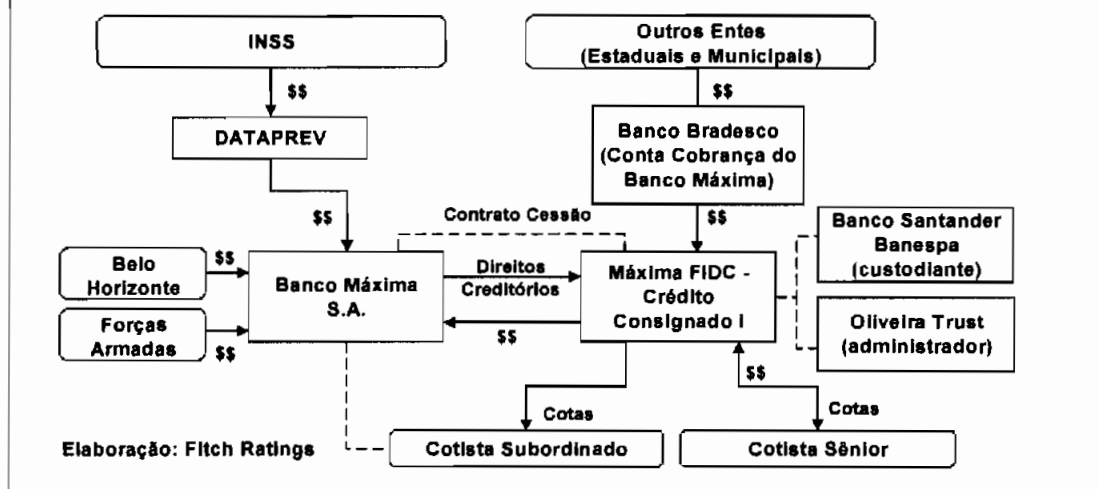
Na escala de classificação de risco da Fitch, o rating 'AA(bra)' atribuído à primeira série de cotas seniores do Máxima FIDC é comparável a qualquer rating de crédito nacional para emissões de renda fixa atribuídos pela Fitch, sejam estas emitidas por instituições financeiras, empresas ou outra emissora.

O rating atribuído baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- No reforço de crédito total de 29,1% em benefício dos cotistas seniores. Este reforço é constituído através de 20,0% do patrimônio líquido (PL) do fundo em cotas subordinadas, não avaliadas pela Fitch, subscritas pelo BM e integralizadas em direitos creditórios, e spread excedente bruto disponibilizado de, aproximadamente, 9,1 % ao ano;
- Nas estimativas da Fitch, o fundo irá adquirir, a valor presente pela taxa contratual, BRL50,9 milhões em direitos creditórios, pagando o valor de aquisição de BRL62,5 milhões. Isso resultará em um ágio pago equivalente a, aproximadamente, 123% do valor presente dos direitos creditórios. Esta diferença de BRL11,6 milhões é resultado de antecipação de receita financeira futura ao cedente;
- Na visão da Fitch, o BM proporciona um processo de concessão de crédito sólido e consistente para este produto. Apesar do curto comportamento da série histórica dos créditos originados pelo BM, os índices de inadimplência, perda e pré-pagamento (i.e. liquidação antecipada dos empréstimos) estão em linha com as tendências do mercado;
- Como outros participantes deste mercado, o produto carrega ainda potenciais riscos políticos, regulatórios e operacionais, além de fatores pontuais de liquidez por parte dos entes, que poderiam gerar suspensão ou atraso no fluxo de repasses de recursos. Este risco por parte dos entes é minimizado pela

14 de Agosto de 2007

Fluxograma da Estrutura



regra de diversificação mínima por ente, fora da esfera de entes federativos, e constituição de reserva de amortização para as cotas seniores;

- Sobre a estrutura operacional do BM, verifica-se que o atual processo de originação da carteira de crédito consignado contempla a força de promoção de crédito por terceiros e a cobrança dos direitos creditórios é centralizada pelo próprio banco;
- Contratação de instrumentos de hedge visando mitigar riscos inerentes de descasamento de taxas de juros entre os direitos creditórios com rentabilidade prefixada e a taxa benchmark de rendimento pós-fixado das cotas seniores.

Resumo da Estrutura

O emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de condomínio fechado, com prazo determinado de vinte anos, encerrando-se em 1º de julho de 2027, constituído segundo as leis brasileiras. O fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Oliveira Trust), empresa credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e responsável pelo serviço de escrituração das cotas. O Banco Santander Banespa S.A. (Santander Banespa) é o custodiante dos ativos do fundo, de acordo com o contrato de prestação de serviços de custódia e controladoria firmado entre o banco e o fundo.

Os recursos oriundos desta emissão se destinam à aquisição de direitos creditórios elegíveis referentes a contratos de financiamento ao consumo a servidores públicos federais, estaduais, municipais e a beneficiários do INSS com consignação em folha de pagamento.

Esta primeira série de cotas seniores, em montante nominal de até BRL50 milhões, tem prazo de duração de 54 meses. A partir do 13º mês, inclusive da data da primeira subscrição desta série (27 de junho de 2007), as cotas seniores terão 42 amortizações mensais até seu vencimento final em dezembro de 2011.

O BM subscreveu cotas subordinadas equivalentes a uma razão de garantia mínima de 20% do PL do fundo, integralizadas em direitos creditórios elegíveis. O custodiante verifica esta razão de garantia mínima todo dia útil.

Se a razão de garantia for inferior a mínima, a qualquer momento, o administrador deve comunicar, no mesmo dia útil, ao BM para que este realize, em até cinco dias úteis contados da data de notificação, subscrição adicional de cotas subordinadas, sendo integralizadas em direitos creditórios, visando reenquadramento da razão mínima de garantia. A não realização de tal reenquadramento é considerado um evento de avaliação conforme mencionado abaixo.

Reserva de Liquidez

O fundo deve sempre manter em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) a soma equivalente a, no mínimo, 2% de seu PL. Este recurso pode ser utilizado pelo administrador para contração de operações de hedge.

Informações-chave

Originador: Banco Máxima S.A.

Administrador: Oliveira Trust D.T.V.M. S.A.

Custodiante: Banco Santander Banespa S.A.
(AAA(bra)/F1+(bra))

Ag. de Cobrança e Recebimento: Banco Máxima S.A.

Reserva de Amortização

Com o fluxo de caixa oriundo do pagamento dos direitos creditórios, é constituída e mantida uma reserva para atender um percentual da estimativa das amortizações vincendas com os valores a serem amortizados das cotas seniores. A Oliveira Trust administra esta reserva, observando o seguinte procedimento:

Dias Úteis Anteriores	% Próxima Amortização
90	25%
60	50%
30	100%

Esta reserva pode ser aplicada em ativos financeiros elegíveis perante o regulamento do fundo e consistentes com a categoria de rating atribuída às cotas seniores.

Ordem de Prioridade de Pagamento

Durante a vigência do fundo, e em base contínua, o administrador utilizará os recursos das liquidações dos direitos creditórios de acordo com a seguinte ordem de alocação de recursos:

- Pagamento de despesas e encargos do fundo;
- Pagamento programado de amortizações e/ou resgates de cotas seniores de cada série;
- Constituição e/ou recomposição de reserva de Amortização;
- Pagamento da amortização e/ou resgate de cotas subordinadas, observada a razão mínima de garantia de 20% do PL do fundo em cotas subordinadas;
- Pagamento da aquisição de novos direitos creditórios elegíveis;

■ Critérios de Elegibilidade

O fundo adquire direitos creditórios de financiamentos de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento e contrato de cessão. Anteriormente a sua aquisição, o custodiante submete os mesmos aos critérios de elegibilidade. Estes critérios incluem:

- Os direitos creditórios devem ser oriundos de contratos de empréstimos concedidos pelo cedente a devedores cujos consignantes estejam

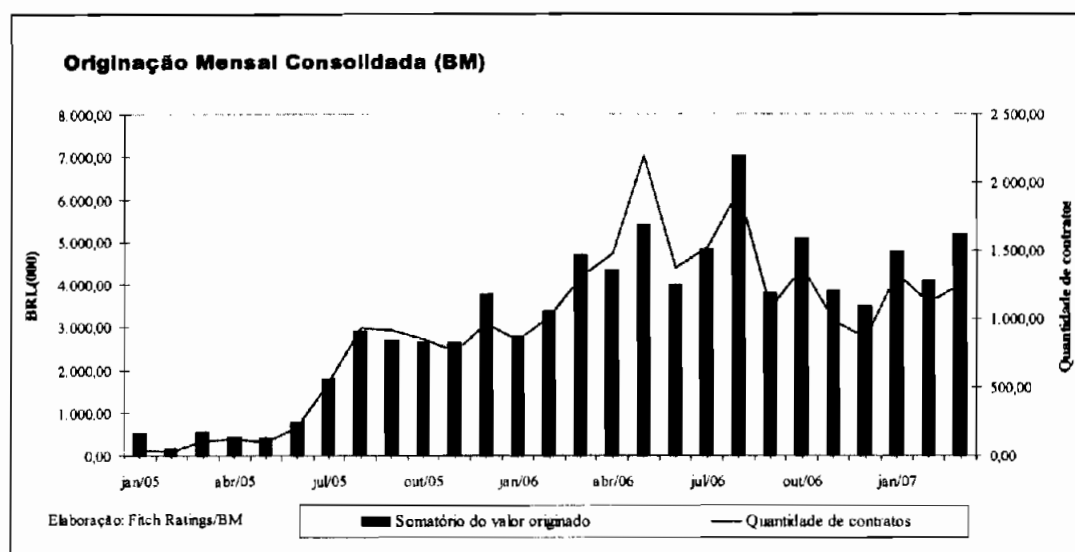
devidamente listados no contrato de cessão do fundo;

- Os devedores dos direitos creditórios não devem estar, no momento da aquisição pelo fundo, inadimplentes em relação a outros direitos creditórios de titularidade do fundo;
- Não podem ser adquiridos direitos creditórios de servidores vinculados a consignantes da esfera federal e beneficiários do INSS cujo débito com o fundo seja igual ou superior a BRL120 mil;
- Não podem ser adquiridos direitos creditórios de servidores vinculados a consignantes da esfera estadual e municipal, cujo débito com o fundo seja igual ou superior a BRL80 mil;
- Os direitos creditórios devem ser originários de empréstimos concedidos pelo BM a servidores e beneficiários do INSS, forças armadas, estados e municípios que, na data da concessão do crédito, não tenham idade igual ou superior a 85 anos;
- Os direitos creditórios não podem ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última série emitida, nem ter prazo de vencimento superior a sessenta meses;
- Os direitos creditórios adquiridos devem observar os limites mínimos e máximos de concentração por esfera e consignante estabelecidos no regulamento do fundo, conforme tabela abaixo:

Esfera da Federação	% Mínima	% Máxima	% Máx. por Consignante
INSS	40%	100%	100%
Exército, Marinha, Aeronáutica e Governo Federal	5%	100%	100%
Estadual	0%	50%	8%
Municipal	0%	30%	4%
Privado	0%	10%	2%

São considerados consignantes restritos, os consignantes cujos direitos creditórios integrantes da carteira do fundo não atendam aos requisitos mínimos de desempenho indicados abaixo:

- Inadimplência (atrasos entre 31 e 120 dias) igual ou inferior a 8% dos direitos creditórios relacionados a este consignante;



- Inadimplência (atrasos entre 121 e 180 dias) igual ou inferior a 5% dos direitos creditórios relacionados a este consignante; e
- Inadimplência (atrasos com 181 dias ou mais) igual ou inferior a 2,5% dos direitos creditórios relacionados a este consignante.

O fundo não pode adquirir novos direitos creditórios relacionados a consignantes restritos se a aquisição acarretar em concentração de mais de 5% da carteira do fundo em direitos creditórios relacionados a este consignante.

O fundo pode adquirir direitos creditórios de novos consignantes (setor público) não citados em regulamento, porém, o somatório dos direitos creditórios destes novos consignantes, nos três meses a contar da primeira cessão realizada, não podem representar mais de 5% do PL do fundo.

O fundo somente pode adquirir direitos creditórios de novo consignante da iniciativa privada caso sejam observados os seguintes requisitos:

- O BM já esteja operando com tal consignante por, no mínimo, seis meses;
- Mediante emissão de parecer da Fitch afirmando que a aquisição de direitos creditórios do consignante não irá afetar negativamente a classificação de risco das cotas seniores em circulação.

Os demais recursos do fundo podem ser investidos em ativos financeiros elegíveis, sendo títulos de emissão do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil (Bacen), e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

As provisões para devedores duvidosos são contabilizadas conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682, que instrui que os direitos creditórios com 180 dias de atraso de qualquer parcelas será considerado como perda efetiva.

■ Originação e Cobrança

Banco Máxima

Como parte do processo de avaliação da operação, a Fitch visitou o BM para aprimorar o entendimento sobre o processo de originação e seleção dos créditos a serem cedidos ao fundo. A condução desta avaliação incluiu reuniões com pessoas chaves das atividades e análise dos procedimentos de concessão de crédito e cobrança.

O Grupo Máxima iniciou suas atividades em 1984 como corretora de valores mobiliários e passou por mudanças ao longo dos últimos anos. A origem do banco está ligada à incorporação parcial do Banco Multistock S.A. e à venda da antiga Máxima Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ao Banco Indusval S.A. em 2003. Após esse evento, foi criado o BM, que passou por um amplo processo de reestruturação operacional, apesar da manutenção dos principais acionistas no comando do banco. Além das operações de crédito e de uma securitizadora, o banco mantém uma distribuidora de títulos e valores mobiliários com atuação na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e uma gestora de recursos de terceiros (Máxima Asset Management S.A.). O BM é controlado por Saul Dutra Sabbá (50%), João Nunes Ferreira Neto (37,5%) e Pedro Paulo Nunes Ferreira (12,5%).

Atualmente, o BM foca suas atividades em operações de crédito consignado, com produção

média mensal de BRL4 milhões. A expectativa para 2007 é alcançar até BRL10 milhões por mês.

A distribuição da carteira deste produto apresenta o seguinte perfil:

Distribuição Atual de Carteira	
Aposentados e Pensionistas (INSS)	59,9%
Forças Armadas	15,2%
Prefeituras	12,6%
Estados	11,9%
Câmaras Municipais	0,4%

A instituição atua basicamente como geradora de ativos sem carregar a carteira de crédito no balanço. Nesta estratégia, busca potencializar a operação através de cessões de crédito com o Máxima FIDC.

O BM atua de forma conservadora no desenvolvimento de suas operações, devido ao seu porte modesto. A alavancagem no crédito no qual a instituição participa diretamente do risco (considerando os créditos para pessoas físicas cedidos com coobrigação era de 1,7 vez o PL do banco e o indicador de capitalização é historicamente elevado (altos 36,8% em dezembro de 2006 e 42,5% em dezembro de 2005), indicando espaço para evolução de suas operações (com o FIDC a alavancagem iria para cerca de ainda baixos 2,5 vezes o PL). Na opinião da Fitch, a capitalização atual do BM permite o desenvolvimento de suas atividades. O BM tem se capitalizado através da retenção de resultados, após a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

■ Originação

A consignação de desconto em folha de pagamento de servidores públicos federais é regulamentada pela Lei 10.820/03 e Decreto 3.297/99. Para entes estaduais e municipais, a consignação é legislada e regulada por decretos das respectivas jurisdições.

Os itens autorizados para desconto direto em folha de pagamento são, geralmente, classificados em duas categorias específicas: compulsório e não-compulsório. Dentro da categoria de itens compulsórios incluem-se: imposto de renda, previdência social (INSS), contribuições a planos de pensão, pensão alimentícia e outros. Já entre os não-compulsórios incluem-se: pagamentos a sindicatos, associações, seguros saúde e de vida e pagamentos mensais de empréstimos concedidos por instituições financeiras credenciadas. Os itens compulsórios têm prioridade no recebimento, em detrimento aos itens não-compulsórios.

Enquanto os respectivos decretos que regulam os empréstimos consignados em folha de cada ente não delinham os mesmos critérios, estes seguem linhas básicas gerais. Dentre elas incluem-se:

- Limite mínimo de renda disponível, após descontos e impostos, varia entre 20% e 70%. Ao ultrapassar este limite, o ente subnacional não está obrigado a reter tais recursos dos salários;
- Tanto o ente quanto a instituição financeira têm o direito de suspender a nova originação de empréstimos consignados em folha. Entretanto, quanto aos empréstimos concedidos anteriormente à data de suspensão, o ente é obrigado a continuar efetuando tal desconto e repasse de recursos; e
- Caso ocorra um excesso no uso da margem do servidor e este esteja comprometido com mais de uma instituição financeira, em geral, o banco que tenha realizado a primeira operação conta com prioridade de pagamento por parte do ente.

Enquanto os decretos federais, estaduais e municipais regulam desconto em folha de pagamento, este acordo é estabelecido entre cada departamento governamental interessado e a instituição financeira envolvida.

Em 2006, o aumento do consignado e a estruturação de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) para uma importante distribuidora de energia elétrica levou o BM a apresentar satisfatórios índices de rentabilidade (ROE de 30,0% e ROA de 9,1%), principalmente comparados a períodos anteriores, quando o banco estava em processo de investimentos e de reestruturação. Os altos custos de comissionamento têm sido apropriados no ato e devem aumentar progressivamente com a expansão da carteira de consignado.

A produção das operações de crédito consignado do BM é realizada através de parcerias com promotoras de crédito com atuação no Sudeste e Centro-oeste do Brasil. O montante da comissão paga por este serviço pode variar entre 15% e 25% do valor do empréstimo originado. O banco reconhece a necessidade de ter uma equipe própria, ativa, para realização desta função, assim pretende consolidar a operação expandindo sua área comercial.

O repasse da comissão aos representantes, regras de distribuição ou quaisquer encargos são de responsabilidade dos correspondentes. Em vista da necessidade de reposição de créditos do FIDC, mudanças no modelo de originação atual do BM poderiam afetar a continuidade da operação. Contudo, a Fitch observa a importância do banco possuir uma equipe própria para realizar a originação dos ativos e assim a operação não ser dependente dos promotores de crédito.

O processo de averbação pode ser eletrônico (forças armadas, INSS e estados) ou manual (prefeituras e

câmaras municipais) e, normalmente, ocorre no mesmo dia.

O desembolso do valor contratado somente ocorre após averbação do BM, sendo realizado DOC ou TED diretamente do banco para a conta corrente do tomador. O banco tem como política as seguintes alçadas: para operações do INSS, o valor máximo é de BRL15 mil; para os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, BRL40 mil; marinha, BRL60 mil; e os demais, BRL15 mil. A conta corrente deverá impreterivelmente ser a mesma que o tomador recebe mensalmente seus proventos. Assim, o BM consegue diminuir substancialmente o risco de operações fraudulentas.

Aproximadamente 18% dos desembolsos são realizados via ordem de pagamento (OP) e, nestes casos, os desembolsos são repassados pelo BM para os bancos de remessa das OPs, que, por sua vez, liberam os valores em sua rede de agências, o BM estipulou o teto de BRL3 mil para este tipo de pagamento e esta modalidade é realizável apenas para operações do INSS.

As operações do BM na concessão dos créditos consignados seguem as seguintes diretrizes:

- Existência de autorização do órgão a que está vinculado o servidor para que se proceda o desconto em folha;
- Verificação do contracheque para consultar a existência de renda suficiente, a devida disponibilidade de margem consignável e confirmar a conta que será realizada a transferência. Nos casos do órgão consignante disponibilizar portal para consulta "on-line", esta verificação será realizada no respectivo portal;
- Obtenção da devida comprovação de domicílio bancário e de residência, assim como a verificação da respectiva carteira de identidade e CPF;
- Obtenção da assinatura do cliente e do averbador no respectivo contrato onde consta, inclusive, a autorização dos mesmos para que se processe o desconto em folha;

A atual política de crédito do BM inclui concessão de empréstimos em prazos mínimo e máximo de seis meses e 48 meses, respectivamente. Os valores dos empréstimos são, no mínimo, de BRL200 e, no máximo, de BRL60 mil. Poderá ser concedido período de carência para iniciar a amortização do empréstimo.

■ Cobrança

A cobrança dos direitos creditórios é efetuada da seguinte forma: O ente consignante desconta do

salário mensal do servidor público a parcela do pagamento do empréstimo para o mês corrente. O ente consignante remete tais recursos à conta reserva do BM (no caso das forças armadas e INSS) ou à conta de cobrança do BM, domiciliada no Bradesco (no caso dos estados, prefeituras e câmaras municipais). Em conjunto ao repasse, é enviada a informação individualizada sobre qual pagamento se refere.

Até três dias úteis após o recebimento da parcela de empréstimo, o BM obriga-se a transferir os recursos para a conta de titularidade do fundo, domiciliada no Santander Banespa.

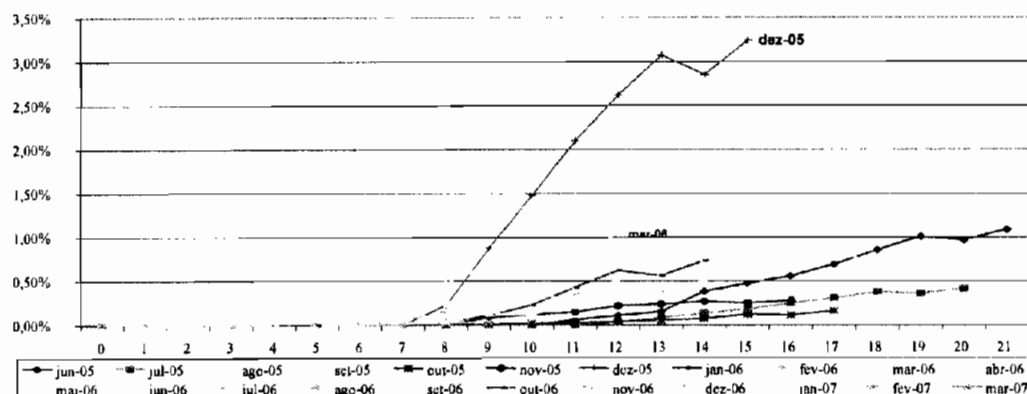
Em caso de direitos creditórios vencidos e não pagos, a cobrança direta ao tomador está a cargo do BM, contratado pelo fundo como agente de cobrança dos direitos creditórios inadimplentes. Fieam estabelecidos procedimentos específicos para cobranças de atrasos por razões de desligamento de mutuário do consignante, morte, redução de margem consignável e repasse por parte do consignante.

■ Eventos de Avaliação / Liquidação Antecipada

Na ocorrência de certos eventos, o administrador convocará uma assembléia geral de cotistas para deliberar se estes constituem um evento de amortização antecipada/liquidação das cotas do fundo. Durante a verificação destes eventos, a aquisição de novos direitos creditórios será suspensa e todos os recursos em caixa serão retidos e direcionados primordialmente para a liquidação das cotas seniores ainda em circulação. Alguns eventos de avaliação específicos deste fundo são:

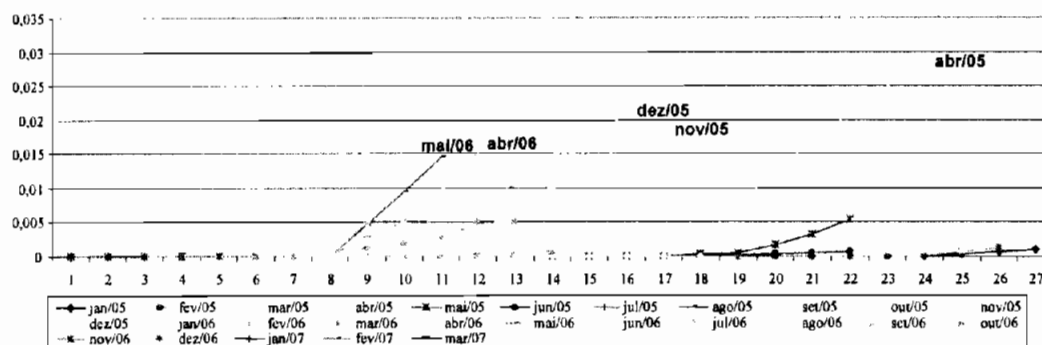
- Renúncia da instituição administradora à administração do fundo;
- Renúncia do custodiante à prestação do serviço de custódia ao fundo;
- Resilição do contrato de custódia;
- Transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do cedente;
- Caso o cedente inicie processo de renegociação de dívidas ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- Caso o cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do CMN;
- Desenquadramento da relação mínima de 20% de subordinação por período igual ou superior a cinco dias úteis;

Perda Acumulada por Safra de Originação (INSS)



Elaboração: KPMG Risk Advisory Services Ltda

Perda Acumulada por Safra de Originação (Esfera Estadual)



Elaboração: KPMG Risk Advisory Services Ltda

- Rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer série;
- Caso o fundo deixe de atender a reserva de amortização e/ou a reserva de liquidez, e/ou ainda o índice de liquidez e tal evento não seja sanado no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- Aquisição reiterada pelo fundo de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade;
- No primeiro dia útil de cada mês, o administrador irá verificar os índices de inadimplência da carteira de direitos creditórios, abaixo discriminados. Os eventos de avaliação atrelados incluem:
 - Não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer série das cotas seniores;
 - Amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no regulamento do fundo.
 - Caso o índice de inadimplência se encontre em um dos casos abaixo:

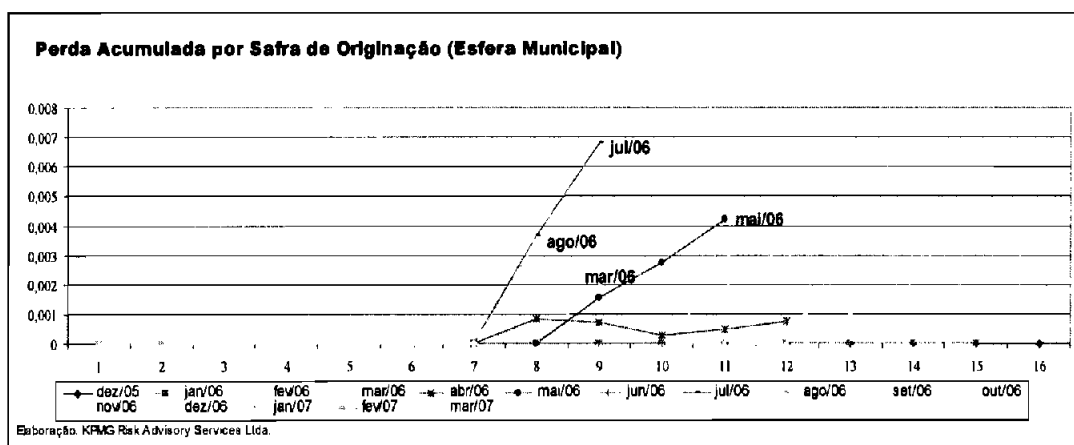
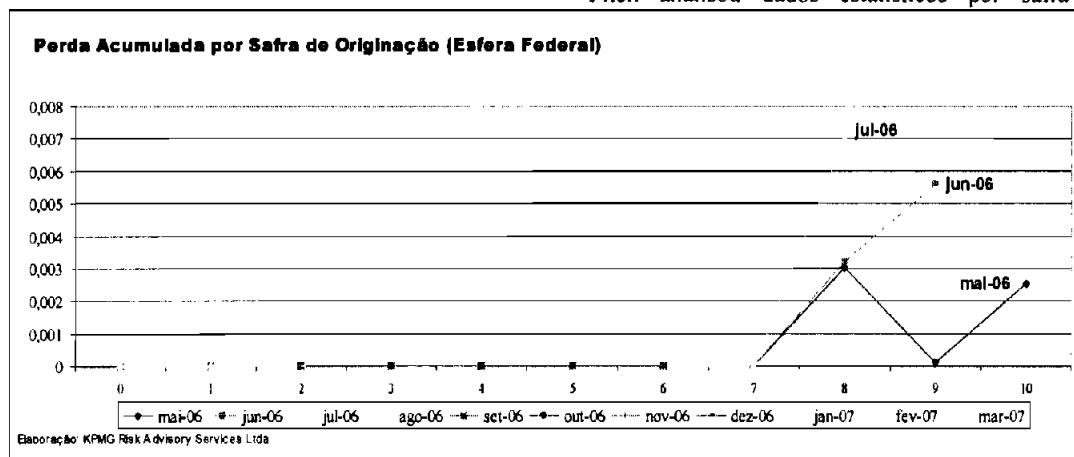
Índice de Inadimplência	% de Atraso
de um a 30 dias	> 18%
de 31 a 120 dias	> 8%
de 121 a 180 dias	> 5%
Acima de 181 dias	> 2,5%

Pode-se verificar o histórico de perda acumulada por esfera nos quadros das páginas 7 e 8.

■ Análise do Fluxo de Caixa

Análise do Colateral

Para derivar uma expectativa de cenário básico para a perda acumulada da carteira de direitos creditórios que lastreia esta respectiva série de cotas seniores, a Fitch analisou dados estatísticos por safra de



originação do Banco Máxima de 27 meses, entre janeiro de 2005 e março de 2007, elaborados pela KPMG Auditores Independentes. O uso de dados estatísticos por safra de origem fornece uma estimativa mais adequada de perdas acumuladas líquidas, comparadas às estatísticas consolidadas de performance da carteira, visto que os efeitos diluidores de crescimento da carteira são removidos.

O histórico levantado por safra de origem demonstrou oscilações de perda acumulada. A Fitch ponderou uma perda bruta esperada acima de 180 dias de 3,5% da totalidade de direitos creditórios.

Análise do Fluxo de Caixa

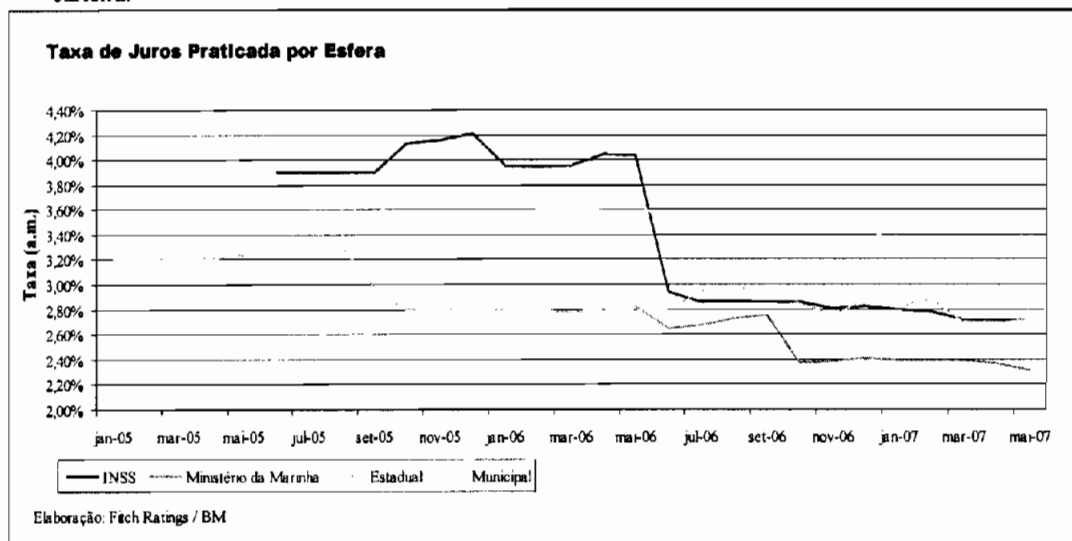
A Fitch desenvolve seu próprio modelo de fluxo de caixa para aplicar em cada transação analisada.

Diferentes cenários de estresse são incorporados ao modelo, sendo condizentes com a categoria de rating atribuída às cotas seniores do fundo. Através do modelo de fluxo de caixa, a Fitch constituiu um cenário base, simulado para a emissão desta primeira série de cotas seniores, e utilizou as seguintes premissas:

- Montante subscrito em cotas seniores de BRL50 milhões e em cotas subordinadas de BRL12,5 milhões;
- Prazo médio de vencimento dos contratos de 36 meses;
- Utilização de taxa benchmark de 109% sobre o CDI de 12,50% ao ano para pagamento da cota sênior, mantida constante ao longo do prazo das cotas seniores;

- Utilização da perda bruta acumulada esperada de 3,5%;
- Índice acumulado de pré-pagamento de direitos creditórios dos contratos atingindo 43% ao longo do prazo médio ponderado da carteira.

A partir do cenário base, a Fitch submeteu o fundo a certos fatores de estresse de inadimplência, perdas e pré-pagamentos. Na simulação de perda



bruta esperada, foi estressado em até quatro vezes, sendo consistente com a categoria de rating estabelecida.

■ Reforço de Crédito

Para alcançar um rating de crédito em escala nacional considerado de baixo risco de crédito é necessário proporcionar ao investidor sênior um reforço de crédito condizente e, com base nos cenários de perda elaborados pela Fitch, suficiente para proteção de perdas por deterioração da performance dos ativos que lastreiam as cotas emitidas. Fatores que poderiam afetar a performance dos ativos incluem: a saúde financeira dos entes federativos participantes do fundo, índices de perdas de créditos maior do que as projetadas; ou, ainda, mudança da regulação sobre a consignação em folha.

A ausência do desconto consignado levaria a cobrança diretamente dos servidores públicos, e potencialmente a tendência da carteira seria apresentar patamares de inadimplência mais elevados. Na visão da Fitch, estes patamares de inadimplência e perda seriam mais próximos aos de crédito pessoal atuais.

O reforço de crédito para as cotas seniores desta operação consiste em 20% do PL de subordinação inicial, além de um reforço adicional representativo na forma de spread excedente bruto.

O spread excedente bruto disponível ao fundo é determinado através da taxa mínima de cessão para formação do preço de aquisição.

A taxa deverá corresponder a aproximadamente 55,5% do valor da taxa média dos contratos a serem cedidos, ou seja, a manutenção da taxa média dos contratos em 2,90% ao mês, representaria uma taxa anual de 40,92% com uma taxa de cessão de 21,0% a.a (equivalente a 168% do CDI);

Na estimativa da Fitch, a carteira atual do BM projeta um spread excedente bruto de 9,1% a.a. para as cotas seniores. O spread excedente bruto é definido como a rentabilidade bruta da carteira de direitos creditórios deduzida a taxa de rendimento das cotas seniores e as despesas do fundo. Este spread excedente bruto está disponível para cobrir eventuais atrasos de pagamento e perdas, antes destes afetarem o valor nominal das cotas subordinadas. O excedente líquido do spread é acrescido às cotas subordinadas, podendo retornar ao

Spread Excedente Bruto Disponível	
Taxa Média Contratual (a.a.)	40,92%
(a) Taxa de Cessão	21,08%
(b) Rendimento Cota Sênior (109% CDI x 80% do PL)	10,9%
(c) Despesas Operacionais	(1,0%)
(a+b+c) Spread Excedente Bruto	9,1%

originador via amortização, a depender de algumas condicionantes previstas em regulamento.

Visto que o fundo adquire os direitos creditórios a taxa de cessão inferior à taxa contratual dos contratos de financiamento, o preço de aquisição contempla um ágio em relação ao valor presente dos direitos creditórios. Na utilização de taxa de cessão equivalente a 21,0% a.a. e prazo médio dos vencimentos da carteira de 36 meses, a Fitch estima que o preço de aquisição de BRL62,5 milhões em direitos creditórios seria equivalente a um valor presente de BRL50,9 milhões. Esta diferença resulta em receita financeira antecipada ao banco originador para cobrir custos de origemação dos créditos.

Ao considerar o valor presente dos direitos creditórios pela taxa de juros do contrato em relação ao montante de cotas seniores emitido, o reforço de crédito na forma de subordinação inicial seria ajustado de 20,0% para 1,9%.

■ Risco de Descasamento de Taxas de Juros

Os direitos creditórios adquiridos são ativos financeiros que rendem uma taxa prefixada, fazendo frente ao rendimento pós-fixado das cotas seniores do fundo. Além da volatilidade da taxa de juros atrelada às cotas seniores, esta exposição de descasamento de taxas é também influenciada pelo prazo dos direitos creditórios. Visando mitigar tal risco, o fundo realiza operações hedge, na modalidade com garantia, cuja contraparte possua risco de crédito condizente com a categoria de rating atribuído às cotas seniores.

■ Considerações Legais

A Fitch considera a estrutura legal do fundo sólida e acredita que uma eventual decretação de falência do originador dos recebíveis não comprometeria a titularidade dos direitos creditórios. A Fitch recebeu parecer legal ressaltando que, no evento de decretação de falência ou intervenção do BM, os direitos creditórios cedidos e transferidos do originador para o fundo constituirão uma cessão perfeita e acabada e não um empréstimo com garantia de penhor de direitos creditórios. Portanto, ressalta que, neste caso, os direitos creditórios de titularidade do fundo não deverão ser incorporados à massa falida ou processo de intervenção do originador ou entidade correspondente.

■ Verificação de Lastro dos Direitos Creditórios

O custodiante é responsável pelo recebimento e análise da documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços. Para este

fundo, a verificação será feita por amostragem, conforme descrito em regulamento e respeitando a regulamentação vigente. Esta verificação será realizada trimestralmente e conduzida por terceiro independente contratado pelo custodiante. Quaisquer irregularidades a respeito dos direitos creditórios serão informadas ao administrador e outras partes da transação.

A Fitch ressalta que a verificação dos critérios de elegibilidade é geralmente baseada em informações encaminhadas em formato eletrônico, pela cedente dos direitos creditórios ofertados para cessão. Portanto, no momento da cessão, não há qualquer verificação da veracidade das informações utilizadas pelas partes da transação. A Fitch se baseia na qualidade e controle de processos internos da cedente e não audita ou verifica se a informação recebida é verdadeira ou exata. As metodologias e o código de conduta da agência explicitam que os ratings são baseados em informações obtidas diretamente dos emissores, estruturadores e outros especialistas que a Fitch assume serem fontes fidedignas. Não é escopo de trabalho de uma agência de classificação de risco auditar ou verificar, ou executar qualquer tipo de investigação quanto à acuracidade de tais informações.

Embora este procedimento pós-aquisição possibilite identificar direitos creditórios com irregularidades, devido à documentação incompleta ou fraude, tais medidas não mitigam a exposição a estes riscos e somente explicitam a real situação, uma vez que os direitos creditórios já foram adquiridos pelo fundo. Portanto, os procedimentos de verificação adotados pelo custodiante não têm impacto no rating de risco de crédito atribuído às cotas do fundo, uma vez que o rating atribuído não reflete exposição a risco de fraude. Apesar dos ratings atribuídos pela Fitch serem uma opinião sobre o comportamento futuro de uma operação, que é monitorado de forma contínua e refletido no atual rating atribuído, certos riscos, como fraude e desastres naturais não podem ser capturados de forma prática e objetiva em uma classificação.

■ Monitoramento

A Fitch acompanha o desempenho desta operação em base regular e freqüente. Tal acompanhamento visa assegurar que os ratings atribuídos continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas emitidas.

Os detalhes sobre o desempenho desta operação estão disponíveis na área de monitoramento de operações estruturadas da Fitch no site www.fitchratings.com.br.

Copyright © 2007 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.
Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

ANEXO III

RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO MÁXIMA



RISK ADVISORY SERVICES

Banco Máxima S.A.

Relatório Relativo a Procedimentos Baseados
em Risco
9 de Maio de 2007

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

Confidencialidade

- Este relatório é fornecido ao Banco Máxima S.A. ("Máxima" ou "Cedente"), em conformidade com a nossa proposta para prestação de serviços, datada de 4 de abril de 2007, e está sujeito, em todos os seus aspectos, aos termos e às condições estabelecidos no referido documento.
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e de demais informações fornecidas pelo Máxima. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações.
- Este relatório não constitui nenhuma garantia por parte da KPMG quanto à solvência, ao adimplemento, à pontualidade ou à qualidade da carteira de direitos creditórios.
- Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório.
- Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.





KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

Ao
Banco Máxima S.A.
Rio de Janeiro - SP

9 de Maio de 2007

Atenção: Sr. Francesco Domenico Martino

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 4 de abril de 2007, apresentamos nosso trabalho de revisão especial sobre a carteira de recebíveis do Banco Máxima S.A. ("Máxima" ou "Cedente") representada por operações crédito consignado realizadas com servidores públicos, estaduais e municipais.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e de *performance* desses recebíveis, originados no período de 1º de janeiro de 2005 e 31 de março de 2007.
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de origem e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.

Fontes de Informação

Nossa carta-proposta descreve os procedimentos realizados por nós. Tais procedimentos foram definidos com representantes do Grupo Estruturador e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados mais adequados às suas necessidades.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Cedente, para o período acima definido. Essa base de dados comporta operações originadas até 31 de março de 2007.

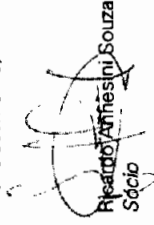
Indicamos neste relatório as fontes das informações apresentadas. Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade dos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório, quais sejam, reconciliação da base de dados com os registros oficiais do Originador e confronto da documentação física representativa dos direitos creditórios com os registros eletrônicos, estabelecida com base em testes por amostragem.

Nossos trabalhos foram executados no período de 12 a 27 de abril de 2007 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 31 de março de 2007 e no sistema de controles internos relacionados à concessão e à cobrança da carteira de recebíveis vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, tampouco faz parte do escopo de nossos trabalhos a atualização do presente relatório.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Adicionalmente, de forma consistente com as orientações normativas relativas à execução de trabalhos de revisão, este relatório é de uso exclusivo do Máxima e do grupo encarregado do processo de securitização que está em andamento, não podendo ser distribuído a terceiros sem nosso consentimento prévio.

Atenciosamente,


Ricardo Antunes de Souza
Sócio


Pedro Vitor Zago,
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira,
de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firma-
membros independentes e afiliadas à KPMG International, uma
cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability
company and a member firm of the KPMG network of independent
member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative

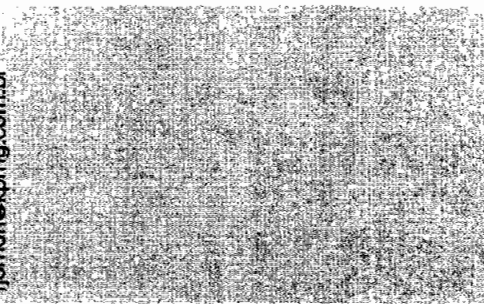
Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel: +55 11 2183-3141
Fax: +55 11 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel: +55 11 2183-3290
Fax: +55 11 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel: +55 11 2183-3381
Fax: +55 11 2183-3001
fomori@kpmg.com.br



Base para Preparação

4

Página



Base para Preparação

- Os procedimentos pré-acordados que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com os representantes do Banco Máxima S.A. ("Máxima" ou "Cedente") e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do Máxima, compreendendo operações de crédito consignado com servidores públicos, estaduais e municipais, para um período de 27 meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de março de 2007.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de crédito e cobranças dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação e observação, bem como levantamento dos fluxos de origemação e cobrança desses recebíveis e verificação de sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.
- Ainda como parte dos procedimentos definidos de comum acordo com representantes do Máxima, nossos trabalhos incluíram o levantamento dos procedimentos e controles para guarda física da documentação representativa dos direitos creditórios, em função da responsabilidade do Máxima como Fiel Depositário da documentação representativa dos direitos creditórios, quando do início das operações do Fundo.

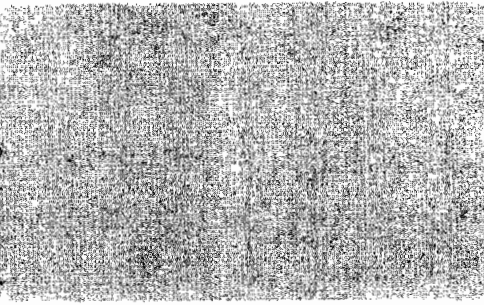
Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anthesini Souza
Sócio
Tel: +55 11 2183-3141
Fax: +55 11 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel: +55 11 2183-3290
Fax: +55 11 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel: +55 11 2183-3381
Fax: +55 11 2183-3001
fomori@kpmg.com.br



Página

6

Objetivos do Trabalho



Objetivos do Trabalho

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e a *performance* da carteira de recebíveis, para um período histórico de 27 meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de março de 2007.
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de origem e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pelo Cedente dos recebíveis, com base em testes por amostragem.
- Obter um mapeamento dos procedimentos e controles relacionados à guarda física da documentação representativa dos direitos creditórios.
- Identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação.

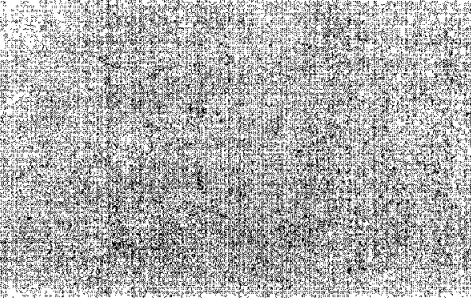
Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel: +55 11 2183-3141
Fax: +55 11 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel: +55 11 2183-3290
Fax: +55 11 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel: +55 11 2183-3381
Fax: +55 11 2183-3001
fomori@kpmg.com.br



Apresentação da Carteira de Recebíveis Procedimentos Realizados

- **Análises Demográficas**

- Compilação dos volumes mensais de produção.
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio.
- Obtenção da quantidade de contratos gerados por código conveniado.
- Obtenção e recálculo da distribuição dos contratos por faixa de valor.

- **Análises de Pontualidade e *Performance* de Pagamentos**

- Cálculo do prazo médio de atraso e dos respectivos desvios-padrão.
- *Pool* estático apresentando a distribuição dos volumes financeiros antecipados, a vencer, liquidados e vencidos e não pagos, de forma consolidada e por esfera.
- Identificação dos percentuais de antecipação de parcelas (pré-pagamentos) e refinanciamentos (liberação de margem complementar).

Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Características da Carteira de Recebíveis

- Período sob análise - 1º de janeiro de 2005 a 31 de março de 2007
- Volume total liberado - R\$ 49.364 mil
- Média mensal de origemação (em volume liberado) - R\$ 1.828 mil
- Quantidade total de contratos - 25.202
- Média de contratos originados (mês) - 933
- "Ticket médio" - Contratos (em volume liberado) - R\$ 1.959
- Valor médio das parcelas - R\$ 104
- Somatório do valor das parcelas - R\$ 86.079 mil
- Prazo médio das operações - 35 meses

Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Distribuição da Produção Mensal - Volume Financeiro e quantidade de contratos

Apresenta a evolução do montante de operações de crédito em volume financeiro e quantidade de contratos

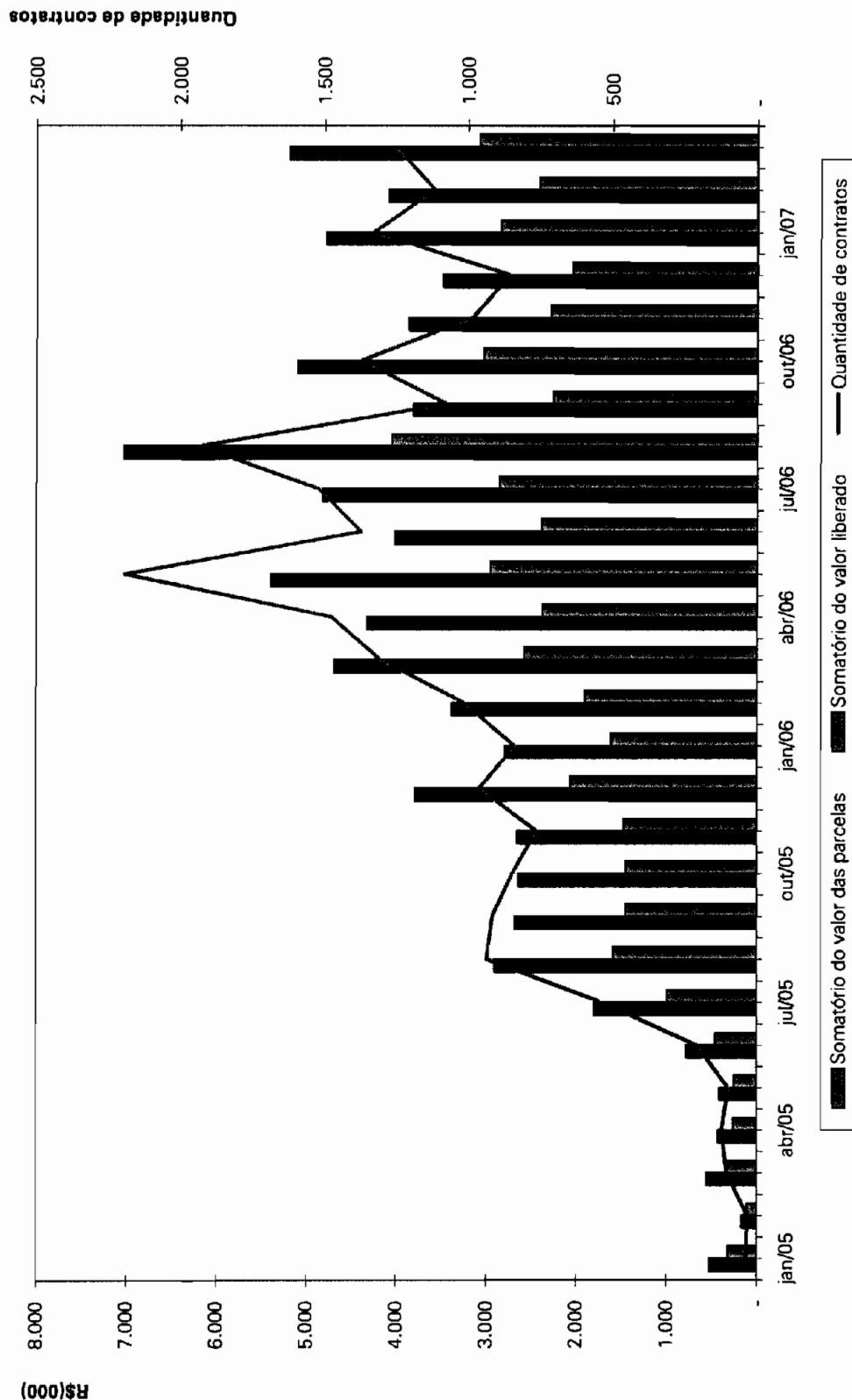
Período	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	%	Somatório do valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
jan/05	531	0,6%	319	0,6%	37	0,1%
fev/05	167	0,2%	105	0,2%	33	0,1%
mar/05	556	0,6%	346	0,7%	105	0,4%
abr/05	431	0,5%	259	0,5%	121	0,5%
mai/05	414	0,5%	252	0,5%	98	0,4%
jun/05	774	0,9%	454	0,9%	207	0,8%
jul/05	1.793	2,1%	992	2,0%	535	2,1%
ago/05	2.904	3,4%	1.586	3,2%	934	3,7%
set/05	2.679	3,1%	1.452	2,9%	915	3,6%
out/05	2.640	3,1%	1.444	2,9%	846	3,4%
nov/05	2.652	3,1%	1.473	3,0%	761	3,0%
dez/05	3.786	4,4%	2.068	4,2%	960	3,8%
jan/06	2.788	3,2%	1.608	3,3%	838	3,3%
fev/06	3.381	3,9%	1.901	3,9%	1.013	4,0%
mar/06	4.692	5,5%	2.577	5,2%	1.304	5,2%
abr/06	4.329	5,0%	2.372	4,8%	1.474	5,8%
mai/06	5.400	6,3%	2.951	6,0%	2.195	8,7%
jun/06	4.008	4,7%	2.385	4,8%	1.372	5,4%
jul/06	4.817	5,6%	2.848	5,8%	1.519	6,0%
ago/06	7.033	8,2%	4.049	8,2%	1.939	7,7%
set/06	3.805	4,4%	2.247	4,6%	1.077	4,3%
out/06	5.095	5,9%	3.024	6,1%	1.373	5,4%
nov/06	3.855	4,5%	2.281	4,6%	987	3,9%
dez/06	3.479	4,0%	2.041	4,1%	856	3,4%
jan/07	4.785	5,6%	2.838	5,7%	1.331	5,3%
fev/07	4.087	4,7%	2.410	4,9%	1.117	4,4%
mar/07	5.199	6,0%	3.081	6,2%	1.255	5,0%
Total	86.079	100,0%	49.364	100,0%	25.202	100,0%

© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 216371.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Distribuição da Produção Mensal (Cont.)

Apresenta a evolução do
montante de operações de
crédito em volume
financeiro e quantidade de
contratos



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Ticket Médio

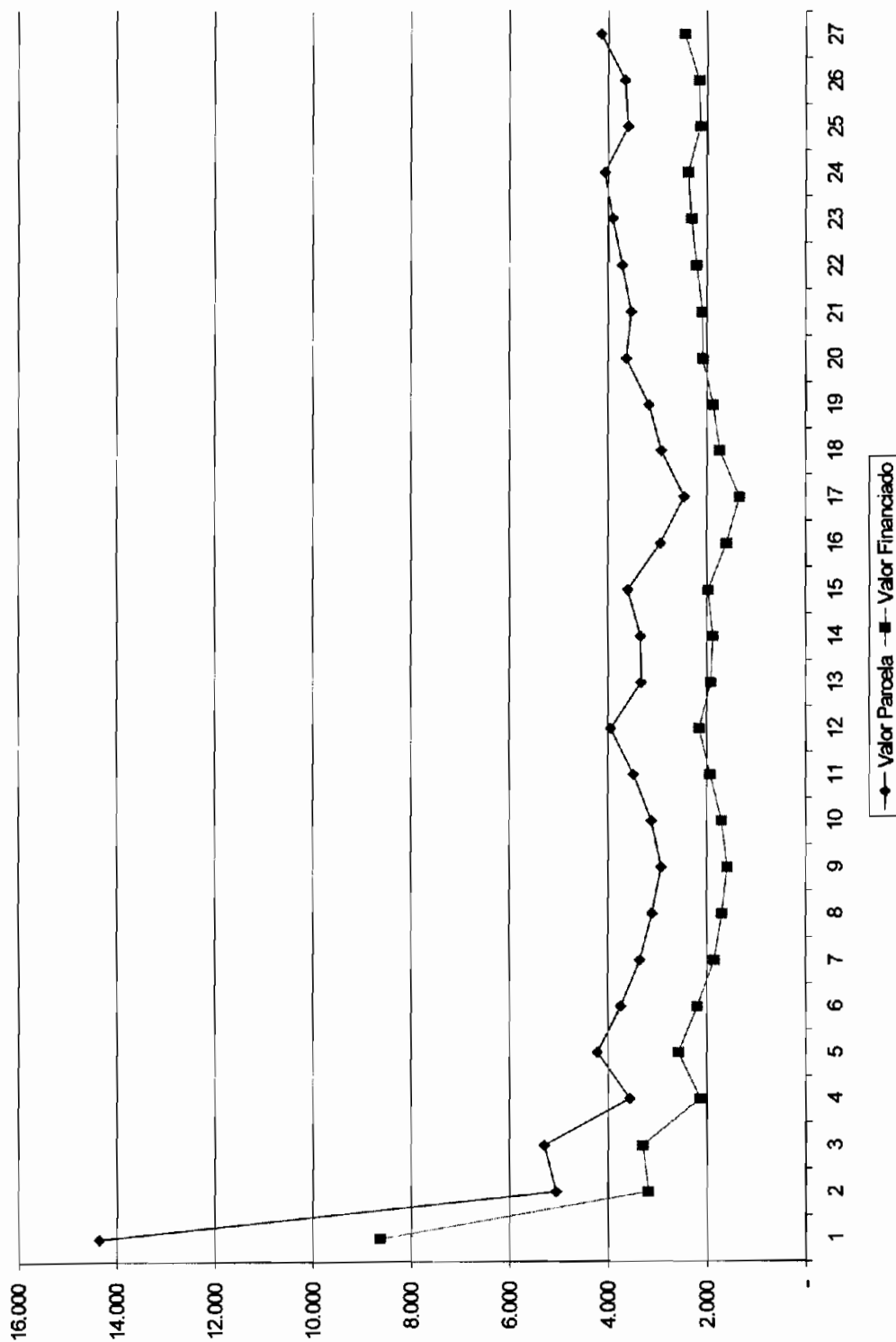
Apresenta a evolução do ticket médio dos contratos em cada um dos meses sob análise

Período	Ticket médio - (em valor das parcelas) - R\$	Ticket médio - (em valor liberado) - R\$
jan/05	14.357	8.634
fev/05	5.052	3.180
mar/05	5.291	3.300
abr/05	3.562	2.137
mai/05	4.220	2.574
jun/05	3.739	2.194
jul/05	3.352	1.855
ago/05	3.110	1.698
set/05	2.928	1.587
out/05	3.121	1.707
nov/05	3.485	1.935
dez/05	3.944	2.154
jan/06	3.327	1.918
fev/06	3.338	1.877
mar/06	3.598	1.976
abr/06	2.937	1.609
mai/06	2.460	1.344
jun/06	2.921	1.739
jul/06	3.171	1.875
ago/06	3.627	2.088
set/06	3.533	2.086
out/06	3.711	2.203
nov/06	3.906	2.311
dez/06	4.064	2.384
jan/07	3.595	2.132
fev/07	3.659	2.158
mar/07	4.142	2.455
Total	3.416	1.959



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Ticket Médio (Cont.)

Apresenta a evolução do ticket médio dos contratos em cada um dos meses sob análise



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição por Faixa de Valor

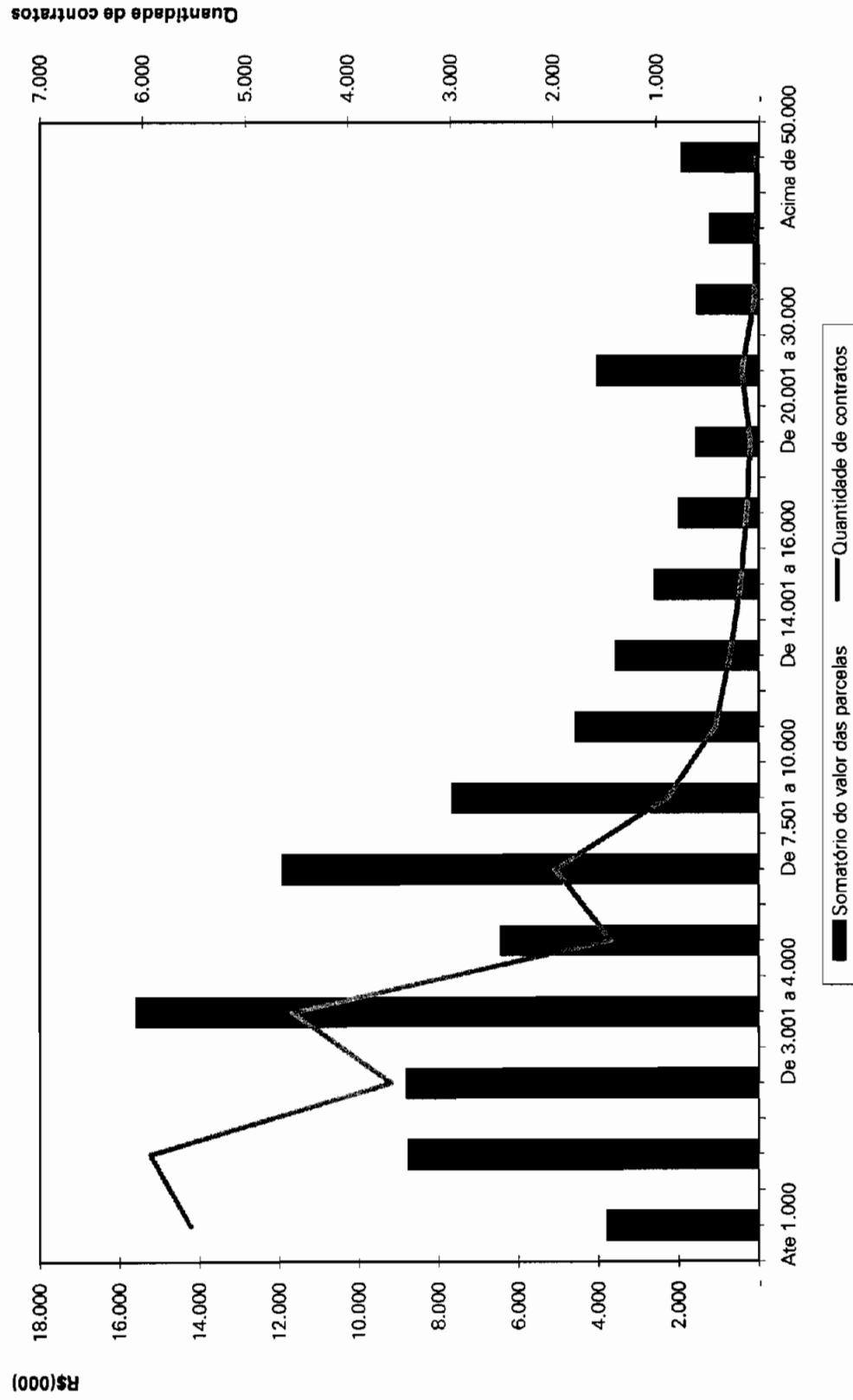
Demonstra a distribuição em volume de contratos e a respectiva quantidade por faixas de valores.

Faixas de Valor dos Contratos (em R\$)	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
Ate 1.000	3.793	4,4%	4,4%	5.526	21,9%	21,9%
De 1.001 a 2.000	8.756	10,2%	14,6%	5.922	23,5%	45,4%
De 2.001 a 3.000	8.810	10,2%	24,8%	3.570	14,2%	59,6%
De 3.001 a 4.000	15.582	18,1%	42,9%	4.536	18,0%	77,6%
De 4.001 a 5.000	6.450	7,5%	50,4%	1.436	5,7%	83,3%
De 5.001 a 7.500	11.933	13,9%	64,3%	1.979	7,9%	91,1%
De 7.501 a 10.000	7.662	8,9%	73,2%	888	3,5%	94,7%
De 10.001 a 12.000	4.571	5,3%	78,5%	421	1,7%	96,3%
De 12.001 a 14.000	3.590	4,2%	82,7%	277	1,1%	97,4%
De 14.001 a 16.000	2.615	3,0%	85,7%	175	0,7%	98,1%
De 16.001 a 18.000	2.012	2,3%	88,0%	118	0,5%	98,6%
De 18.001 a 20.000	1.563	1,8%	89,8%	83	0,3%	98,9%
De 20.001 a 30.000	4.034	4,7%	94,5%	168	0,7%	99,6%
De 30.001 a 40.000	1.549	1,8%	96,3%	45	0,2%	99,8%
De 40.001 a 50.000	1.216	1,4%	97,7%	28	0,1%	99,9%
Acima de 50.000	1.942	2,3%	100,0%	30	0,1%	100,0%
Total	86.079	100,0%		25.202	100,0%	



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Distribuição por Faixa de Valor (Cont.)

Demonstra a distribuição em volume de contratos e a respectiva quantidade por faixas de valores.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Distribuição por Prazo Médio das Operações

Apresenta a distribuição do volume total de contratos originados no período de 27 meses sob análise por quantidade de parcelas contratuais.

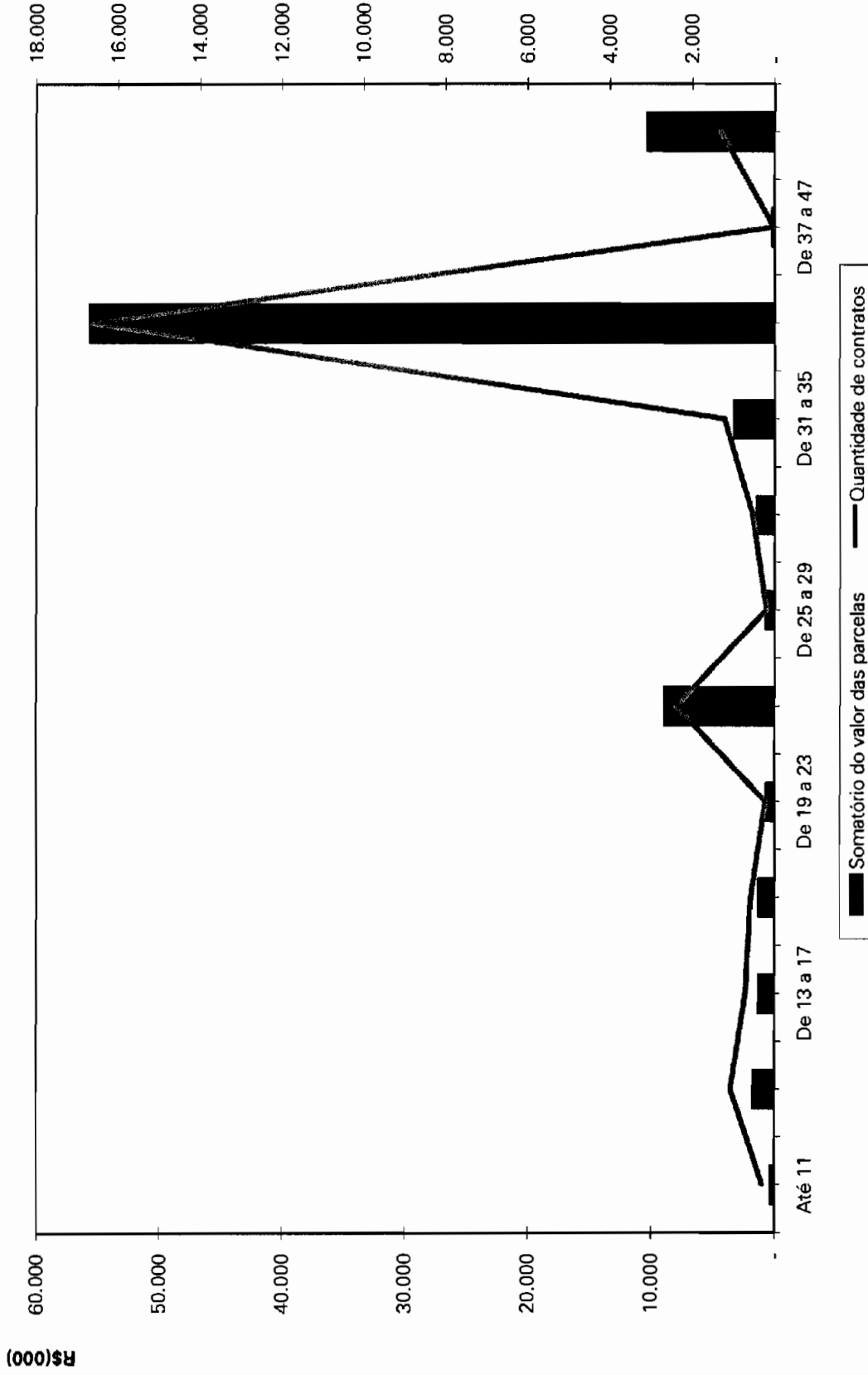
Relaciona, ainda, o resultado do cálculo do prazo médio ponderado da carteira.

Quantidade de Parcelas	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
Até 11	385	0,4%	0,4%	309	1,2%	1,2%
12	1.763	2,0%	2,5%	1.074	4,3%	5,5%
De 13 a 17	1.320	1,5%	4,0%	708	2,8%	8,3%
18	1.291	1,5%	5,5%	573	2,3%	10,6%
De 19 a 23	696	0,8%	6,3%	225	0,9%	11,5%
24	8.882	10,3%	16,7%	2.387	9,5%	20,9%
De 25 a 29	742	0,9%	17,5%	201	0,8%	21,7%
30	1.445	1,7%	19,2%	528	2,1%	23,8%
De 31 a 35	3.281	3,8%	23,0%	1.218	4,8%	28,7%
36	55.664	64,7%	87,7%	16.634	66,0%	94,7%
De 37 a 47	207	0,2%	87,9%	27	0,1%	94,8%
48	10.404	12,1%	100,0%	1.318	5,2%	100,0%
Total	86.079	100,0%		25.202	100,0%	
Prazo Médio Ponderado	35 meses					



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Distribuição por Prazo Médio das Operações (Cont.)

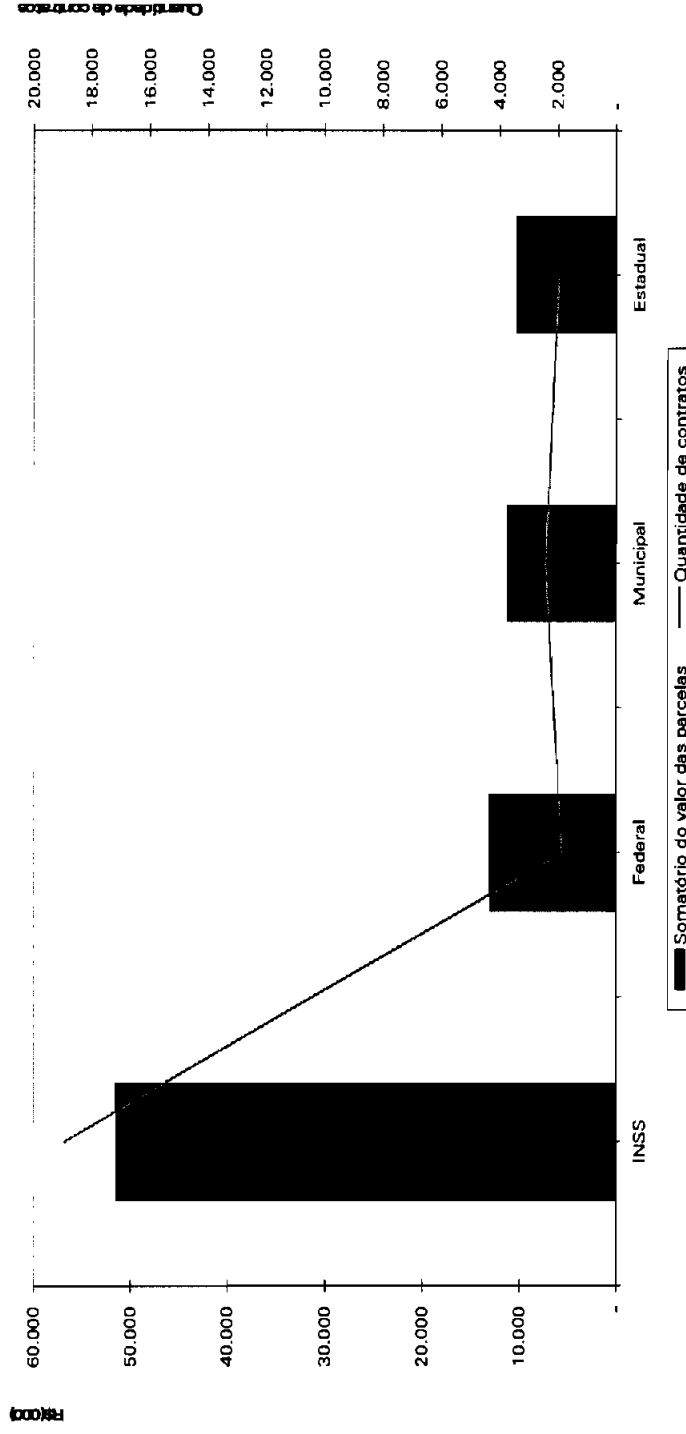
Apresenta a distribuição do volume total de contratos originados no período de 27 meses sob análise por quantidade de parcelas contratuais.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Distribuição das Operações por Esfera

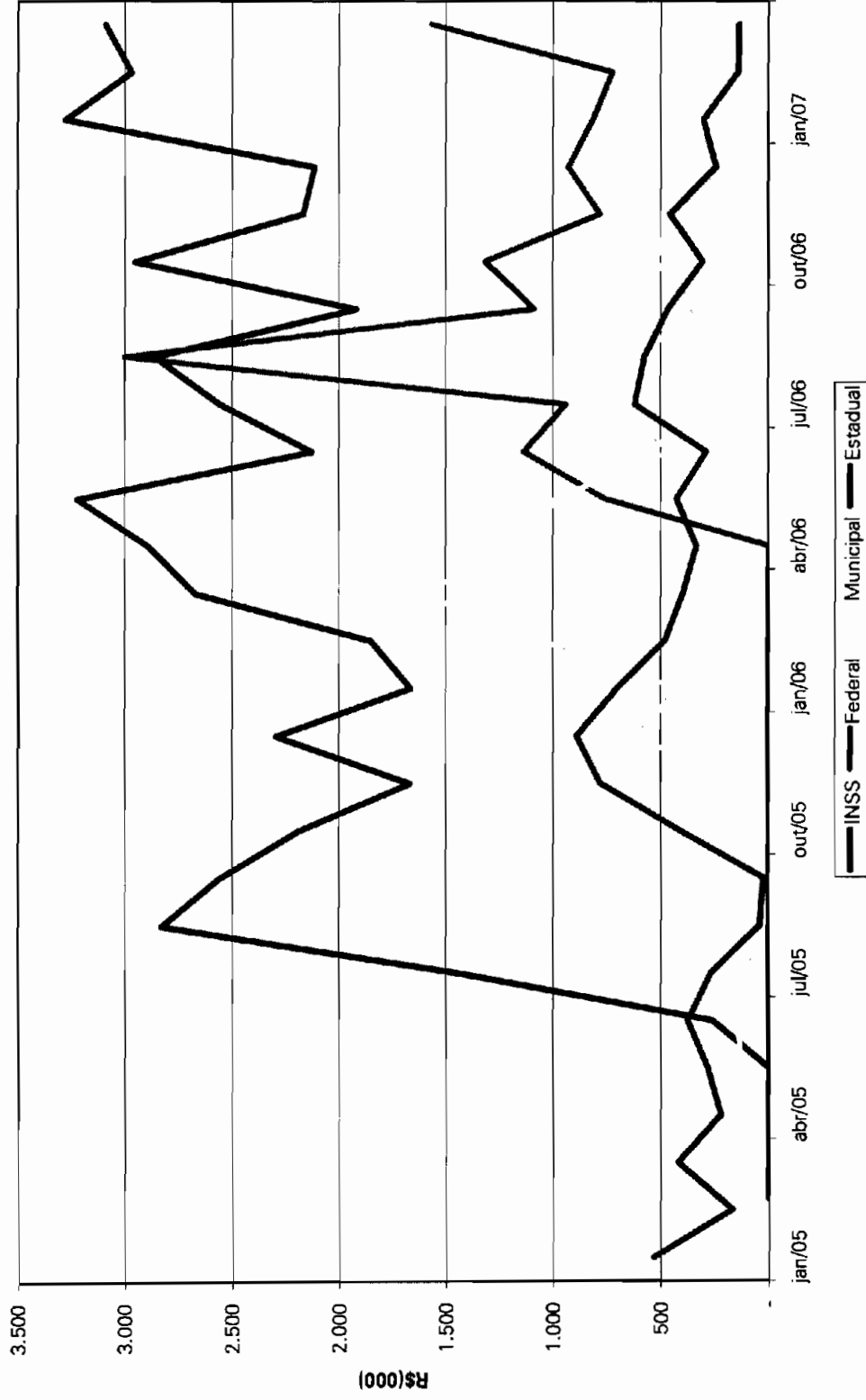
Apresenta a distribuição das operações por esfera, em volume financeiro e quantidade de contratos.

Esfera	Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
INSS	51.553	59,9%	59,9%	18.955	75,2%	75,2%
Federal	13.058	15,2%	75,1%	1.860	7,4%	82,6%
Municipal	11.194	13,0%	88,1%	2.422	9,6%	92,2%
Estadual	10.273	11,9%	100,0%	1.965	7,8%	100,0%
Total	86.079	100,0%		25.202	100,0%	



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Movimentação mensal das Operações por Esfera

Apresenta a movimentação mensal das operações por esfera, em volume financeiro e quantidade de contratos, ao longo dos 27 meses sob análise.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Distribuição das Operações por Ente

Apresenta a distribuição das operações por ente, em volume financeiro e quantidade de contratos.

Orgão	Somatório do Valor das parcelas R\$(000)	% Acum	Quantidade de contratos	% Acum
INSS	51.553	59,9%	18.955	75,2%
MINISTÉRIO DA MARINHA	13.058	15,2%	1.860	7,4%
ESTADO DE GOIAS	10.273	11,9%	1.965	7,8%
PREFEITURA DE MACAÉ	4.295	5,0%	726	2,9%
PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO	3.106	3,6%	769	3,1%
PREFEITURA DE PIRACANJUBA	1.522	1,8%	469	1,9%
PREFEITURA DE MAGÉ	713	0,8%	169	0,7%
PREFEITURA DE GUARUJA	526	0,6%	64	0,3%
PREFEITURA DE PARAÚNA	437	0,5%	104	0,4%
PREFEITURA DE TRAIPI	195	0,2%	53	0,2%
CAMARA MUNICIPAL DE PARAUNA	169	0,2%	18	0,1%
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	101	0,1%	32	0,1%
CAMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA	80	0,1%	4	0,0%
FUNDAÇÃO MACAÉ DE CULTURA	26	0,0%	2	0,0%
PREFEITURA DE IPAMERI	11	0,0%	5	0,0%
PREF. MUN DE IPAMERI	9	0,0%	5	0,0%
PREF. BELO HORIZONTE	3	0,0%	2	0,0%
Total	86.079	100,0%	25.202	100,0%

Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Eventos de diluição das operações e outras considerações

Apresenta, para cada esfera sob análise, a mensuração do montante de cada um dos eventos de diluição da carteira que não são considerados para efeitos de análise de pontualidade de pagamentos (*aging-list*).

Disponibiliza também outras considerações que são excluídas da base de dados para cálculos de *aging-list*.

Eventos	INSS		Federal		Municipal		Estadual		Total	
	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%
Total da base de dados	51.553	100,0%	13.058	100,0%	11.194	100,0%	10.273	100,0%	86.079	100,0%
(-) Descontos	34	0,1%	6	0,0%	119	1,1%	107	1,0%	266	0,3%
(+) Multas	0	0,0%	0	0,0%	4	0,0%	1	0,0%	5	0,0%
(-) Renegociações	43	0,1%	0	0,0%	12	0,1%	81	0,8%	137	0,2%
(-) Refinanciamentos	103	0,2%	1	0,0%	24	0,2%	229	2,2%	357	0,4%
(-) Parcelas a Vencer	38.214	74,1%	11.686	89,5%	7.580	67,7%	5.871	57,2%	63.351	73,6%
(=) Total sob análise	13.160	25,5%	1.364	10,4%	3.463	30,9%	3.985	38,8%	21.972	25,5%

* **Refinanciamentos:** parcelas referentes a contratos liquidados antecipadamente, com a abertura de um novo contrato de mesmo CPF. O motivo da baixa do contrato é a renovação do montante captado junto ao Banco Máxima através da geração de um novo contrato com novo saldo devedor.

* **Renegociações:** parcelas referentes a contratos liquidados antecipadamente com a abertura de um novo contrato de mesmo CPF. No caso da renegociação, o motivo da geração de um novo contrato é o reenquadramento do valor da parcela à margem consignável do mutuário.

* **Antecipações de contratos:** parcelas referentes a contratos liquidados e antecipadamente, sem a abertura de um novo contrato de mesmo CPF.

* **Multas:** diferença positiva entre o valor recebido e o valor da parcela.

* **Descontos:** diferença negativa entre o valor recebido e o valor da parcela.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Aging List

Demonstra os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado dos 27 meses sob análise, em relação a cada esfera e ao consolidado.

Faixas	INSS		Federal		Municipal	
	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%
Total sob análise	<u>13.160</u>		<u>1.364</u>		<u>3.463</u>	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	26	0,2%	1	0,1%	6	0,2%
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	7	0,1%	1	0,1%	2	0,1%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	7	0,1%	1	0,1%	4	0,1%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	9	0,1%	2	0,1%	5	0,1%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	21	0,2%	2	0,2%	6	0,2%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	65	0,5%	4	0,3%	8	0,2%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	16	0,1%	5	0,4%	8	0,2%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	3	0,0%	4	0,3%	261	7,5%
Parcelas liquidadas no vencimento	12.743	96,8%	850	62,3%	1.757	50,7%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	3	0,0%	385	28,2%	975	28,2%
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	0	0,0%	1	0,1%	28	0,8%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	0	0,0%	3	0,2%	56	1,6%
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	0	0,0%	1	0,1%	6	0,2%
Parcelas Liquidadas de 90 a 120 dias	-	0,0%	1	0,1%	4	0,1%
Parcelas Liquidadas de 120 a 150 dias	-	0,0%	3	0,2%	2	0,1%
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	1	0,0%	16	1,2%	1	0,0%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	1	0,0%	5	0,4%	6	0,2%
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	-	0,0%		0,0%	6	0,2%
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	37	0,3%	37	2,7%	82	2,4%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	33	0,2%	14	1,0%	64	1,8%
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	28	0,2%	5	0,4%	69	2,0%
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	25	0,2%	4	0,3%	47	1,4%
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	23	0,2%	8	0,6%	16	0,5%
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	20	0,2%	6	0,4%	11	0,3%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	92	0,7%	3	0,2%	33	1,0%

A alta concentração de pagamentos nas faixas de antecipações até 15 dias e até com 15 dias de atraso é explicada pela data de repasse dos órgãos ao Máxima. O repasse ocorre uma vez ao mês, que não coincide necessariamente com a data de vencimentos das parcelas contratuais.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.) Aging List

Demonstra os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado dos 27 meses sob análise, em relação a cada esfera e ao consolidado.

Faixas	Estadual		Total	
	R\$(000)	%	R\$(000)	%
Total sob análise	3.985		21.972	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	87	2,2%	119	0,5%
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	25	0,6%	35	0,2%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	32	0,8%	44	0,2%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	40	1,0%	56	0,3%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	52	1,3%	81	0,4%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	89	2,2%	167	0,8%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	40	1,0%	69	0,3%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	288	7,2%	557	2,5%
Parcelas liquidadas no vencimento	2.452	61,5%	17.802	81,0%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	513	12,9%	1.876	8,5%
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	16	0,4%	46	0,2%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	6	0,1%	65	0,3%
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	2	0,0%	9	0,0%
Parcelas Liquidadas de 90 a 120 dias	1	0,0%	7	0,0%
Parcelas Liquidadas de 120 a 150 dias	0	0,0%	5	0,0%
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	0	0,0%	18	0,1%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	0	0,0%	12	0,1%
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	-	0,0%	6	0,0%
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	202	5,1%	358	1,6%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	60	1,5%	171	0,8%
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	13	0,3%	115	0,5%
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	11	0,3%	87	0,4%
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	11	0,3%	58	0,3%
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	10	0,2%	48	0,2%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	34	0,9%	163	0,7%

A alta concentração de pagamentos nas faixas de antecipações até 15 dias e até com 15 dias de atraso é explicada pela data de repasse dos órgãos ao Máxima. O repasse ocorre uma vez ao mês, que não coincide necessariamente com a data de vencimentos das parcelas contratuais.

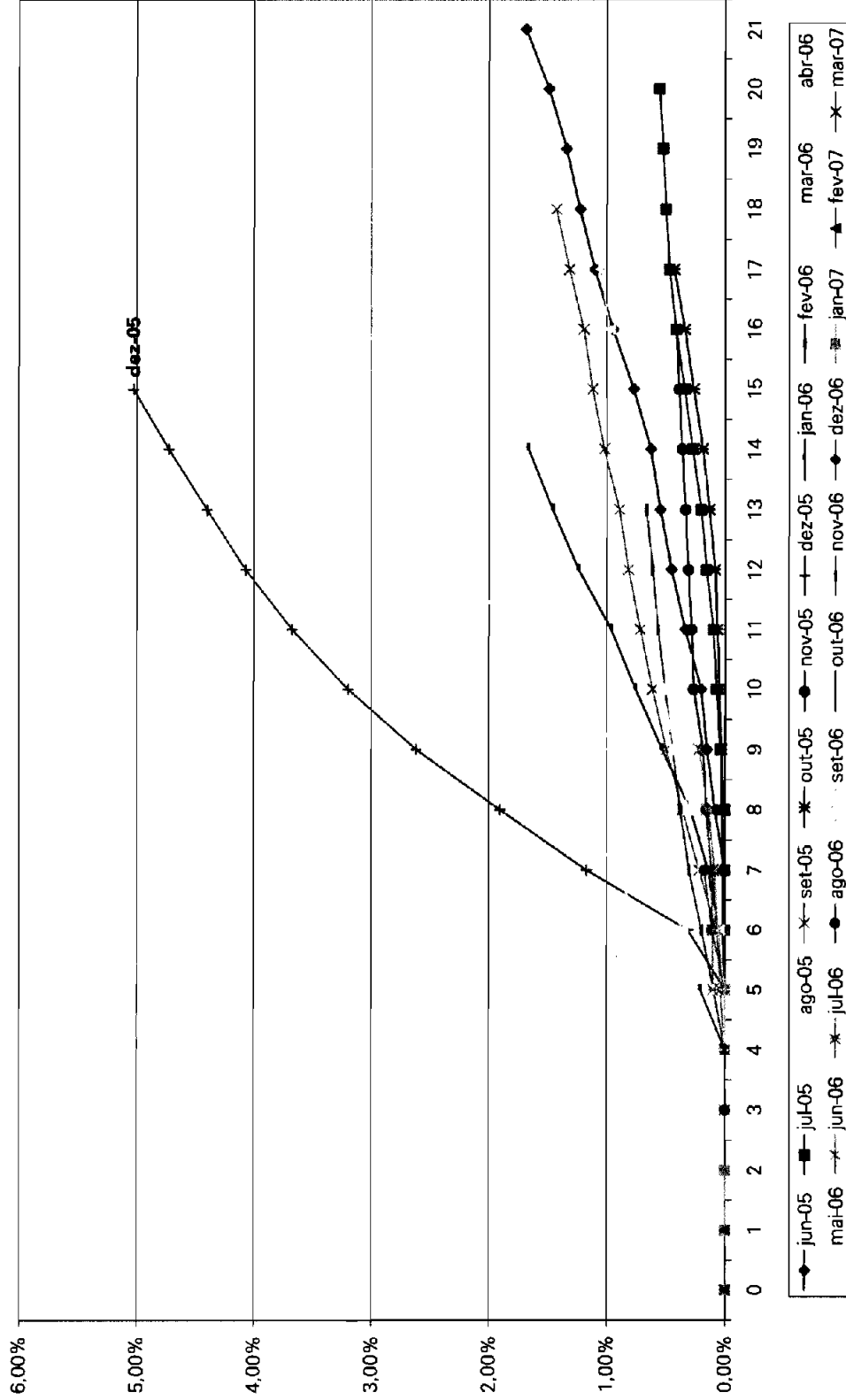
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático

Apresenta *pools* estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses *pools* estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do *Pool* Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 Dias - INSS



Pool Estático

São demonstradas representações gráficas desses *pools* estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

3,50%



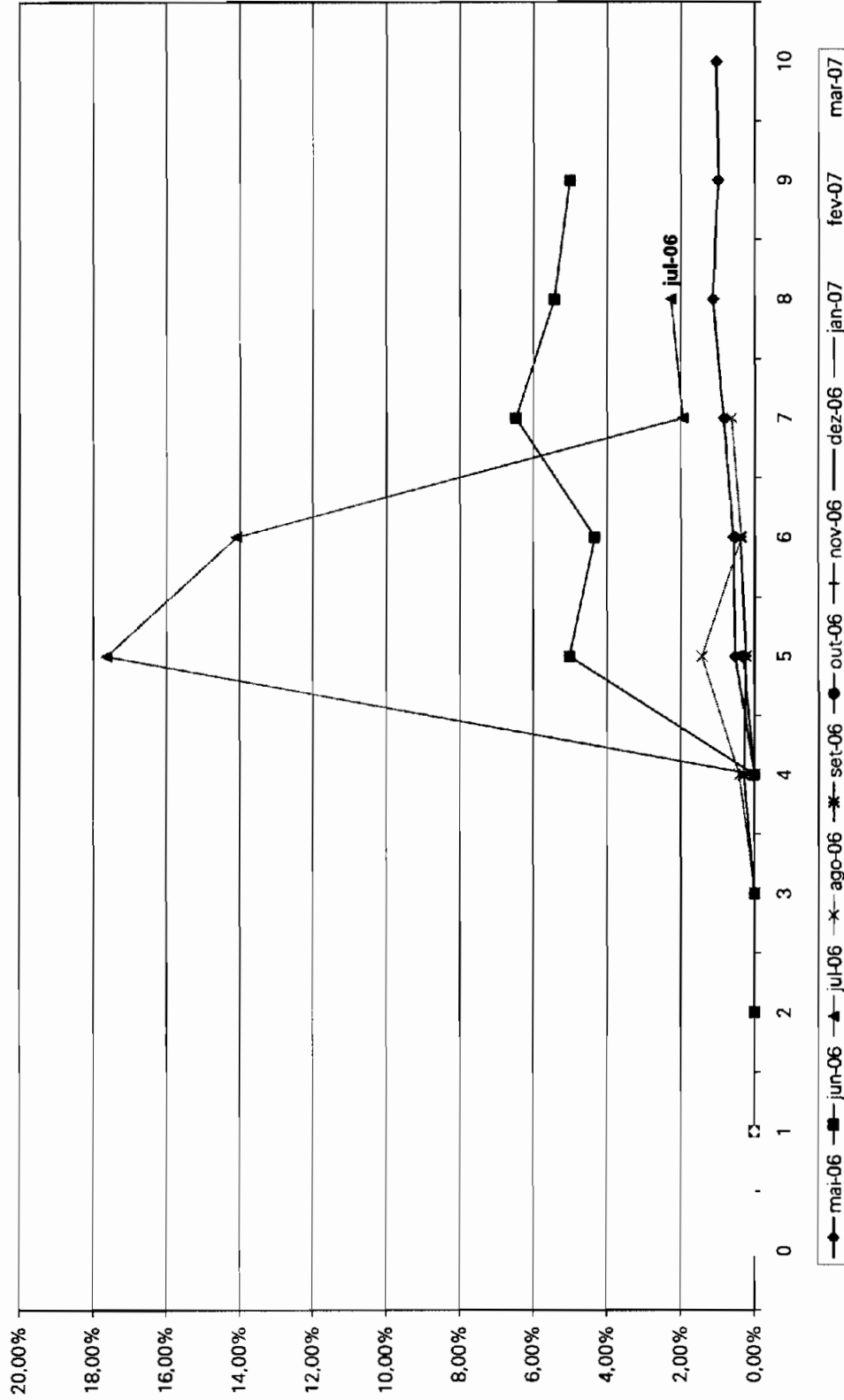
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por saída de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Saída de Parcelas Vencidas Acima de 90 Dias - Esfera Federal



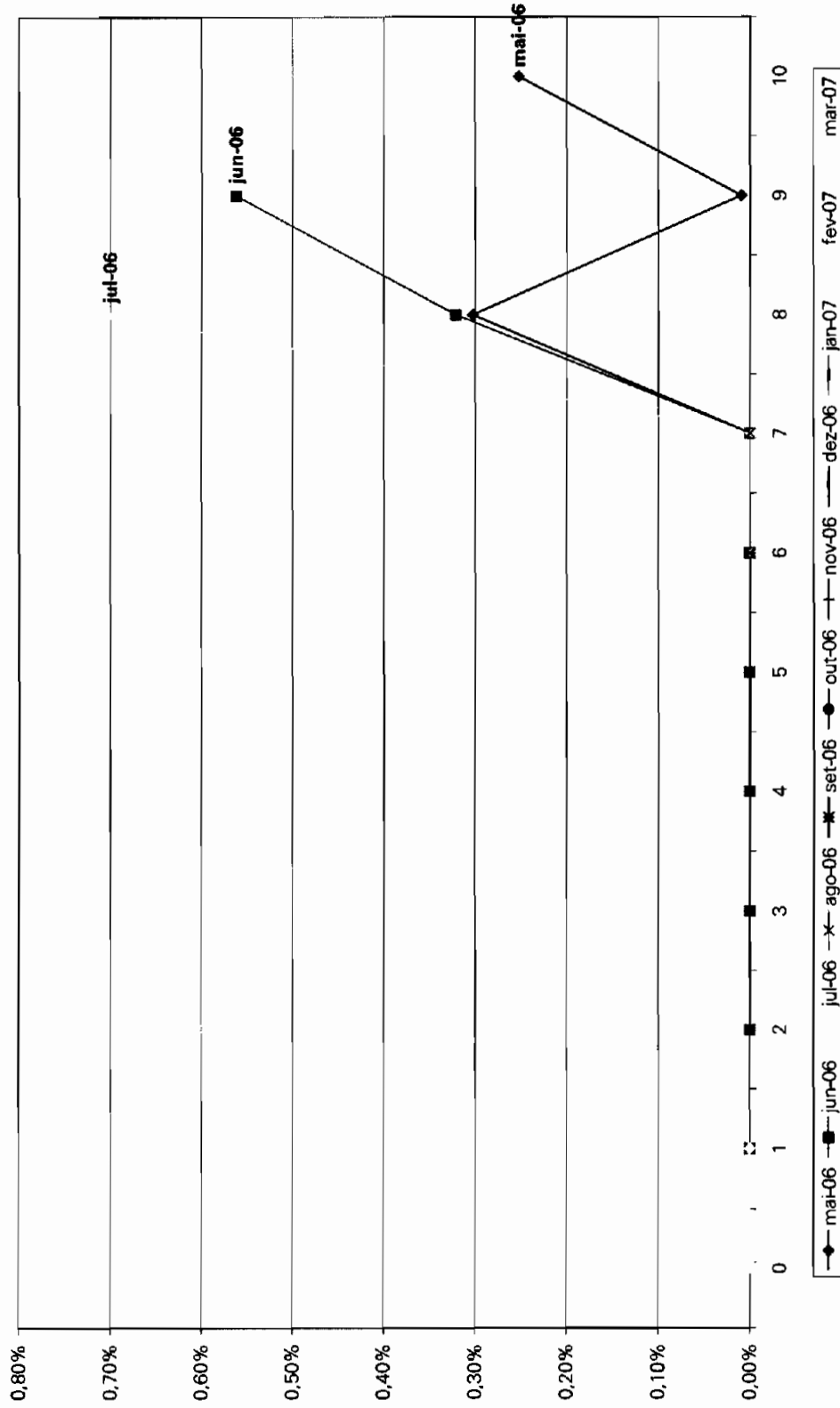
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 Dias - Esfera Federal



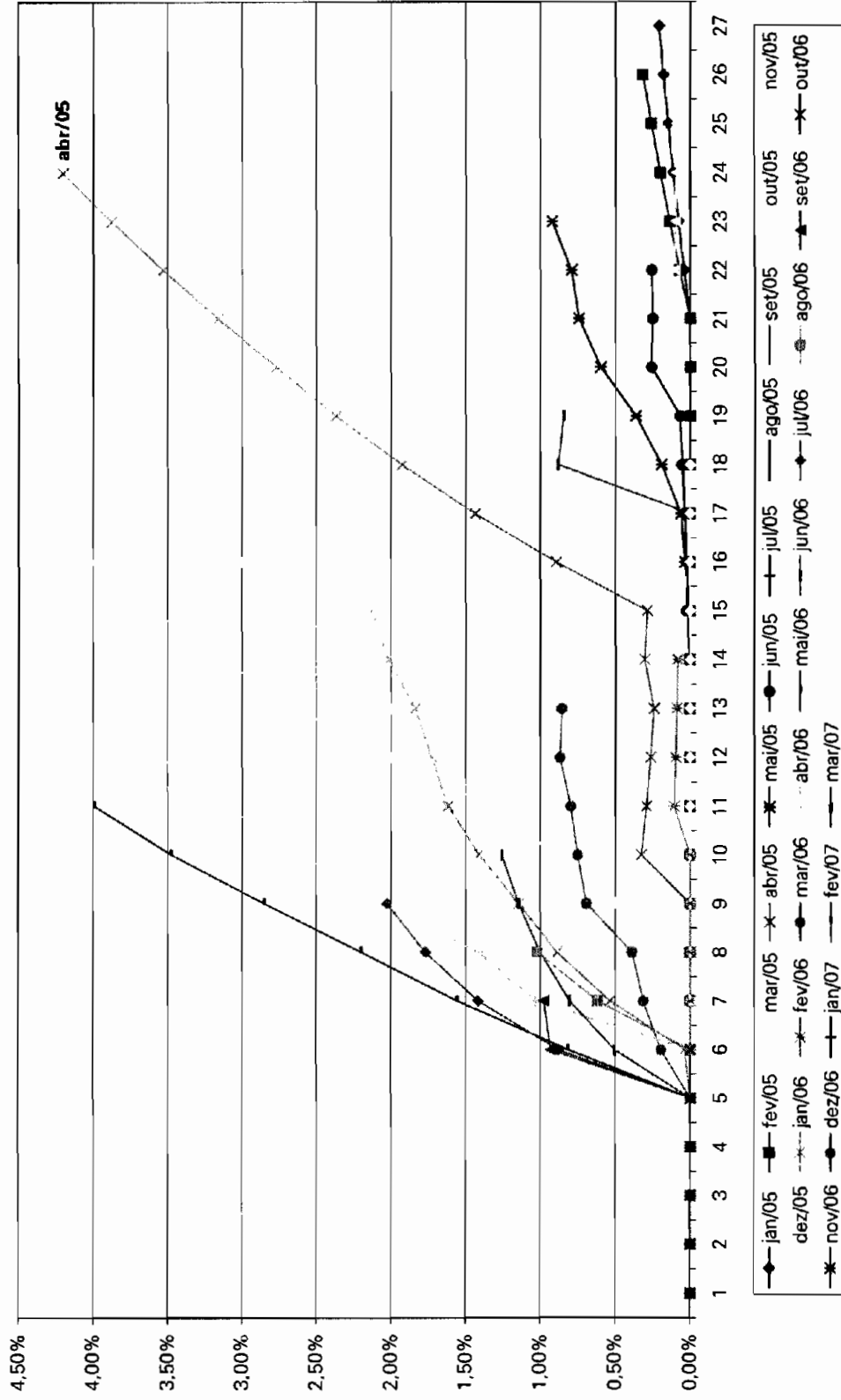
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 60, 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 Dias - Esfera Estadual



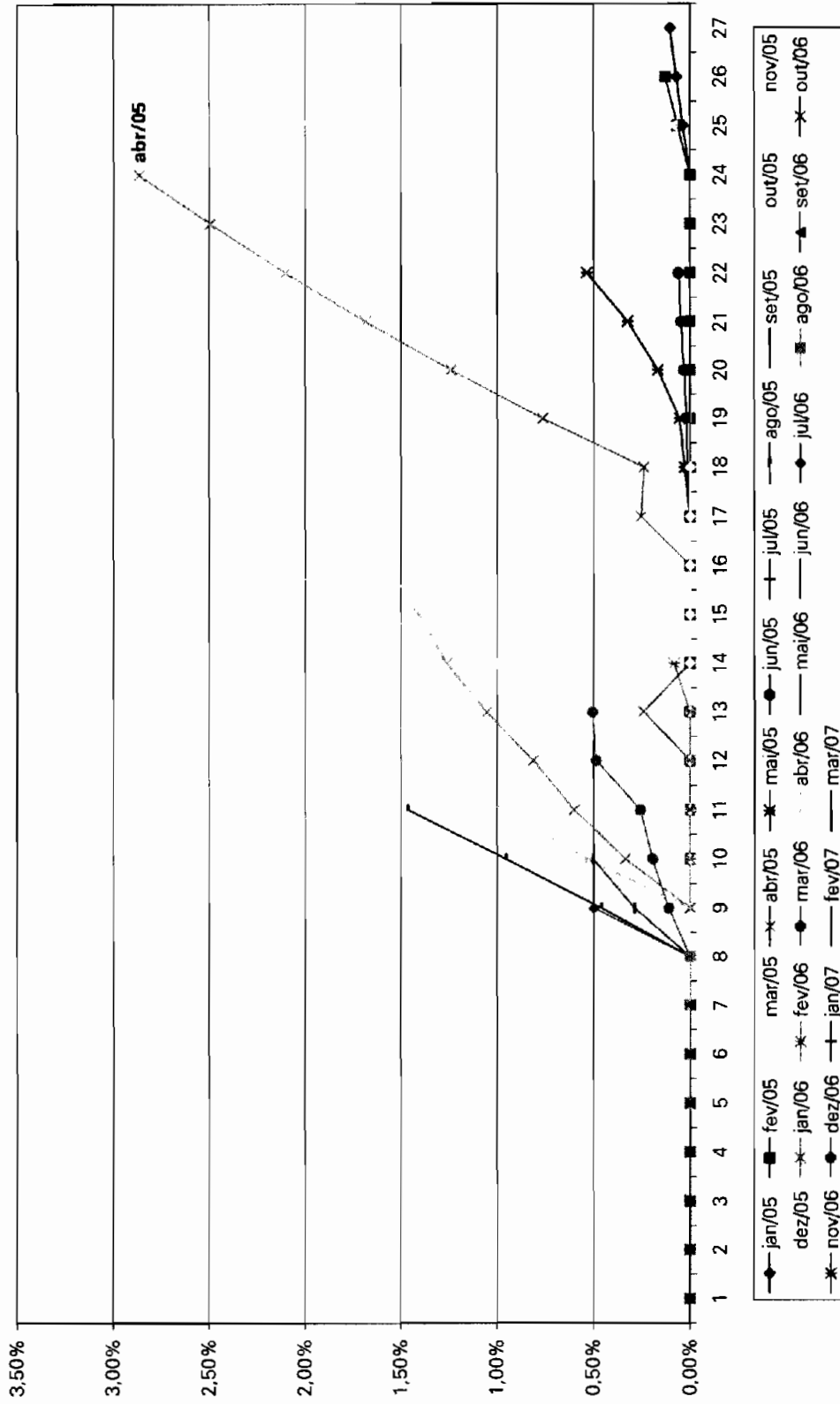
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 60, 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 Dias - Esfera Estadual



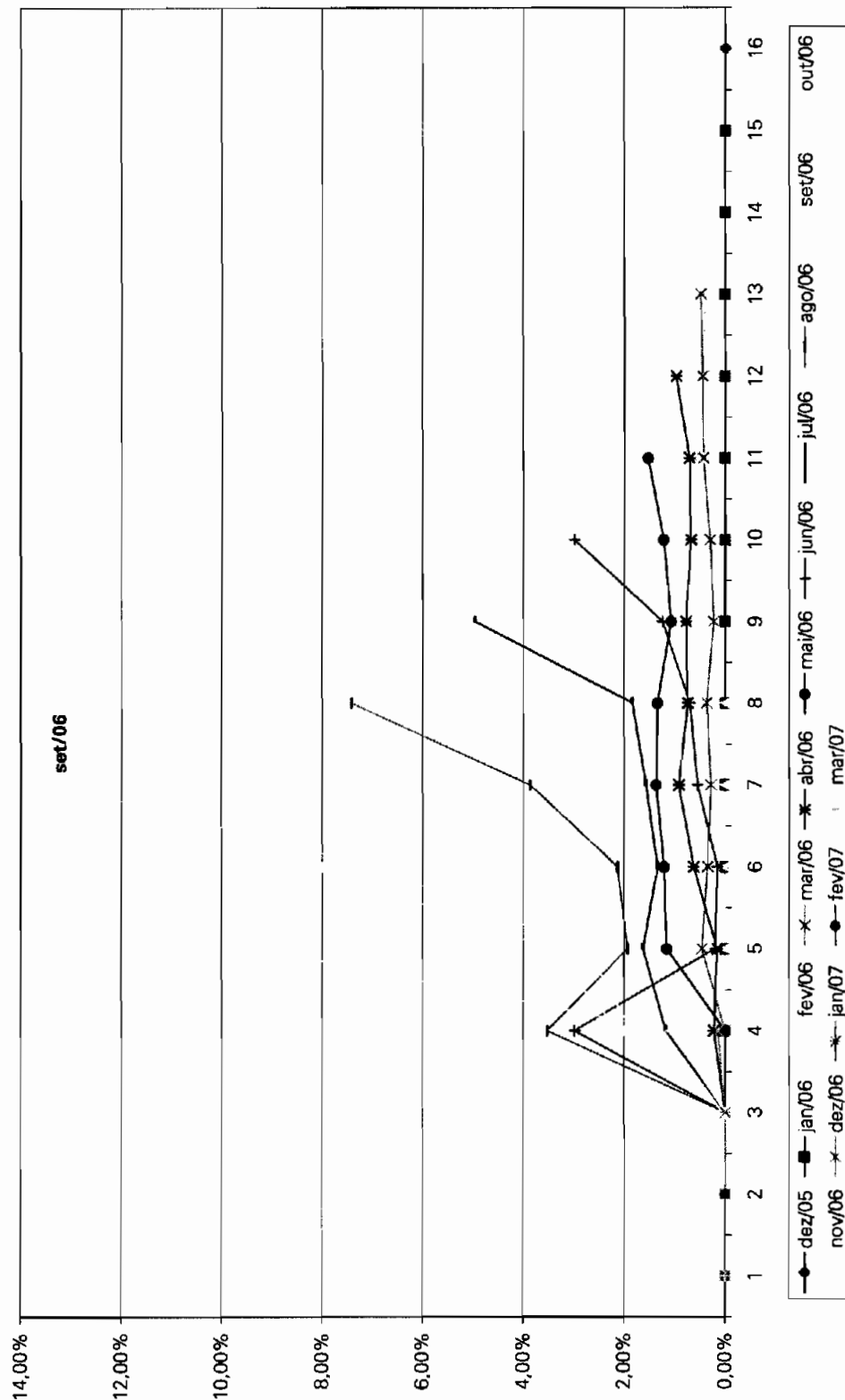
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 60, 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 Dias - Esfera Municipal



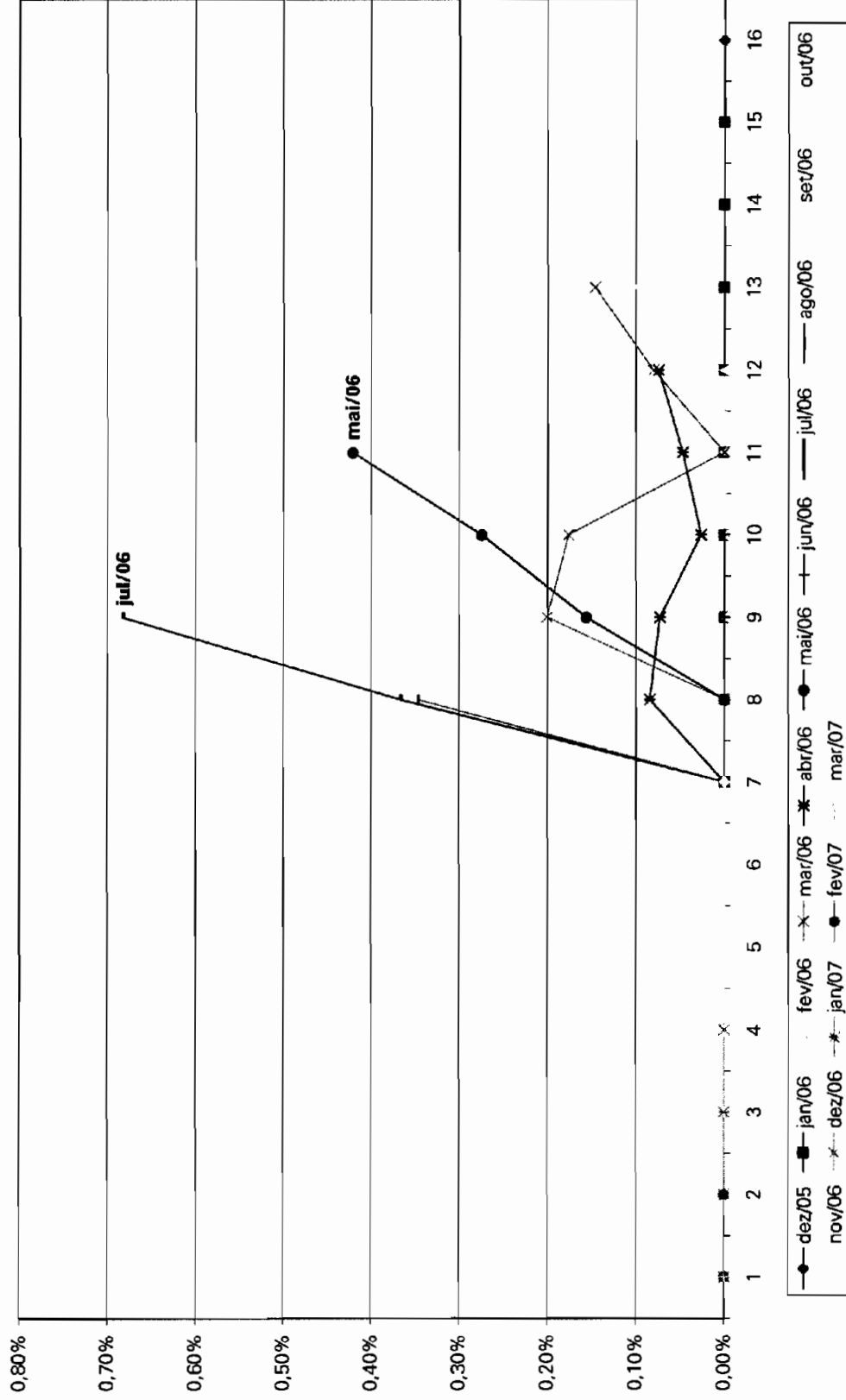
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta *pools* estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses *pools* estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 60, 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas INSS, Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 Dias - Esfera Municipal



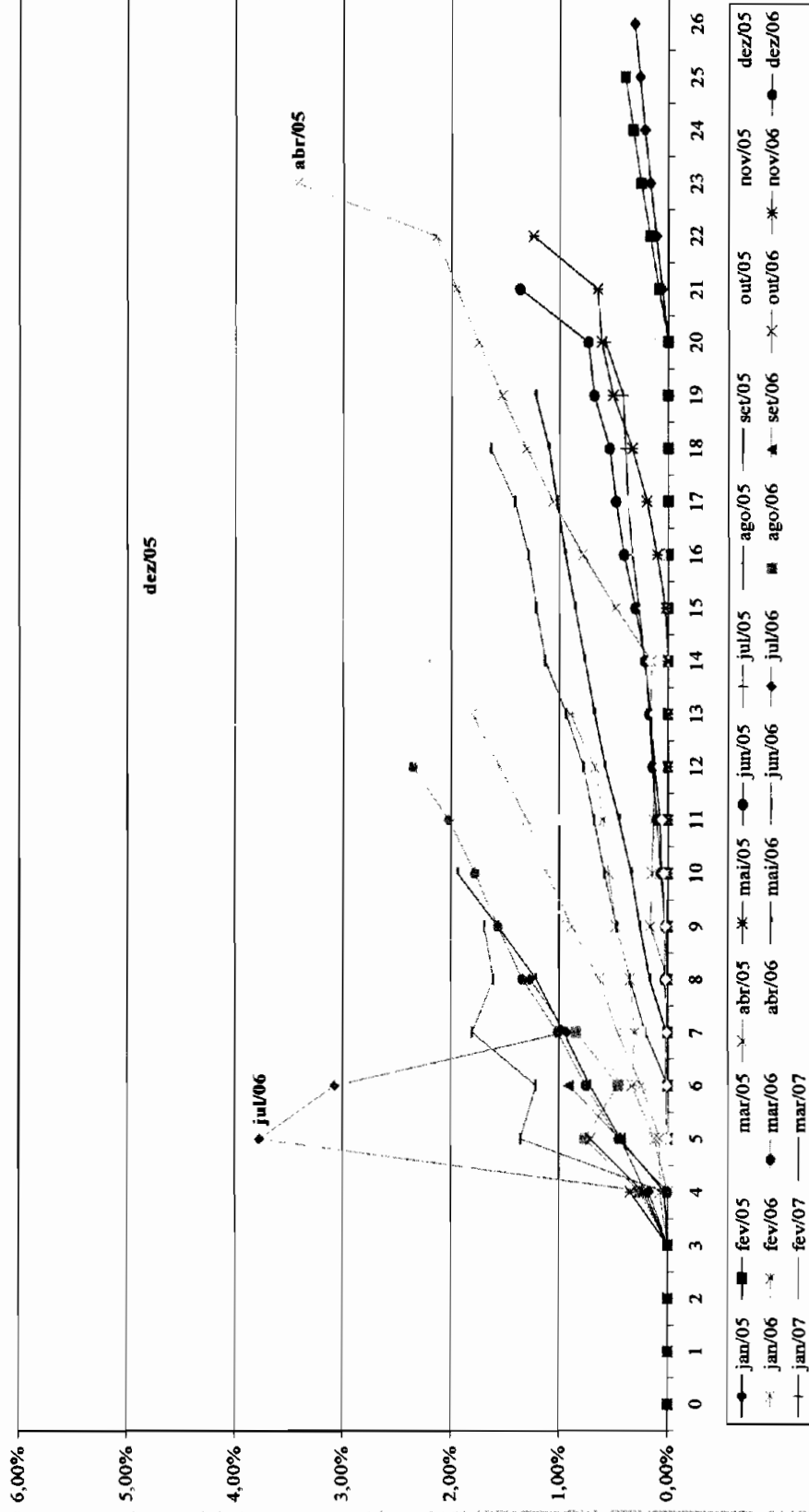
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 60, 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 Dias - Consolidado



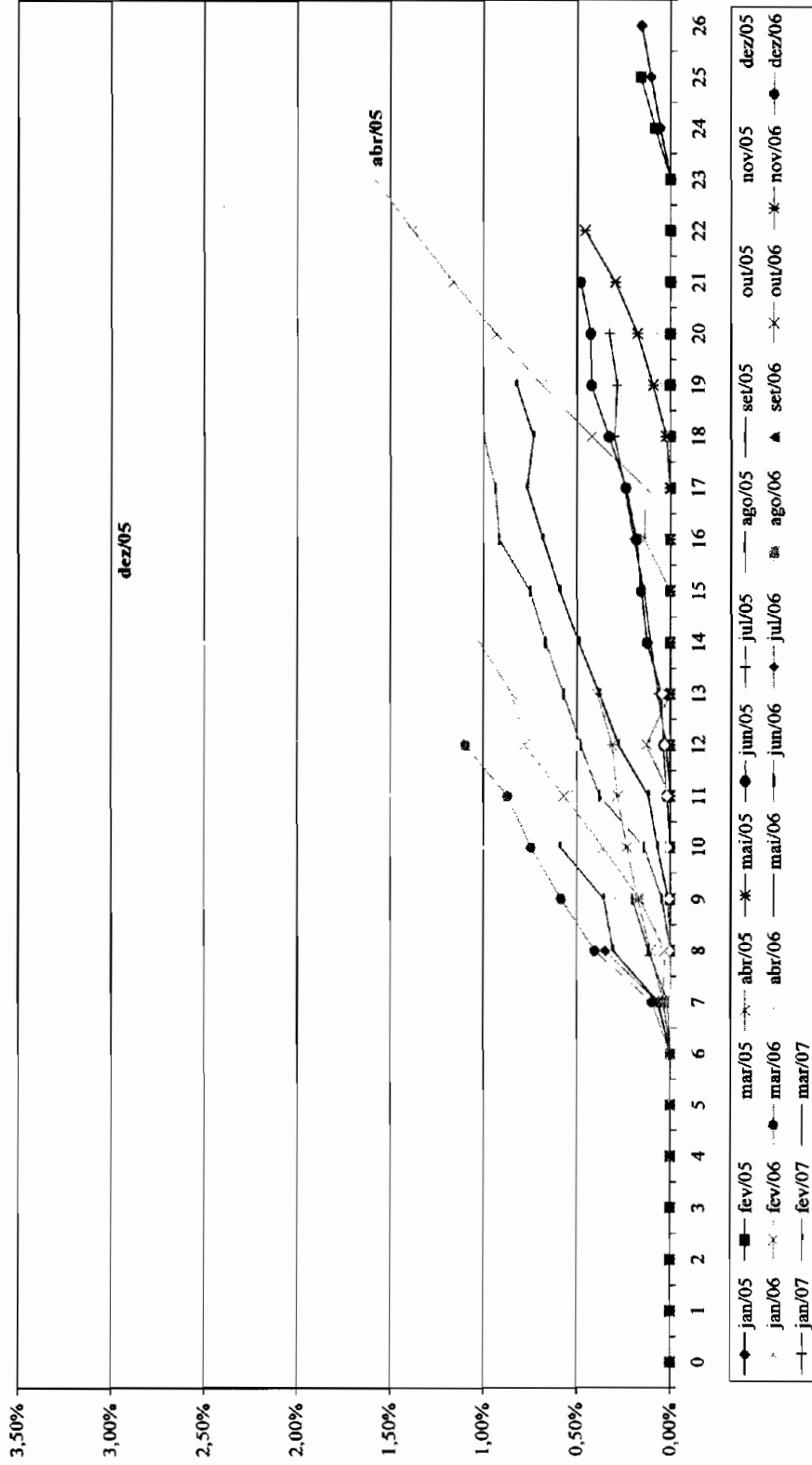
Apresentação da Carteira de Recebíveis (Cont.)

Pool Estático (Cont.)

Apresenta pools estáticos de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - vintage analysis

São demonstradas representações gráficas desses pools estáticos para parcelas vencidas e não liquidadas acima de 60, 90 e 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 27 meses sob análise, para as esferas Federal, Estadual, Municipal e Consolidado.

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 Dias - Consolidado



Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel: +55 11 2183-3141
Fax: +55 11 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel: +55 11 2183-3290
Fax: +55 11 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel: +55 11 2183-3381
Fax: +55 11 2183-3001
fomori@kpmg.com.br

Página

35

Descrição do Processo de Revisão



Descrição do Processo de Revisão Conciliação da Base de Dados

Com intuito de estabelecer uma base de confiança nas informações analisadas neste relatório, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Área de Tecnologia do Cedente, com os respectivos saldos contábeis deste.

Para este exercício, confrontamos o somatório das parcelas em aberto constantes da base de dados analisada, em 31 de março de 2007 (data-base), com os saldos contábeis registrados nos livros do Máxima. O resultado desse procedimento está apresentado na tabela a seguir :

	R\$
Total Base de Dados :	R\$ 86.078.596,13
(-) Liquidacoes :	R\$ 25.117.678,33
(=) Saldo em aberto :	R\$ 60.960.917,80
(-) Parcelas Cedidas :	R\$ 34.431.661,80
(=) Parcelas nao cedidas em aberto:	R\$ 26.529.256,60
Total Contabil	R\$ 26.529.238,63
Diferença	R\$ 17,97
Diferença %	0,00%

Descrição do Processo de Revisão Conciliação da Base de Dados - Verificação dos Contratos

Selecionamos uma amostra de 100 contratos identificados a partir da base de dados fornecida pelo Máxima. Dessa amostra, foram apresentados os processos e respectivos documentos arquivados referentes a esses contratos, sobre os quais foram realizadas as verificações relacionadas a seguir.

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado	Comentários
Localização dos contratos	99	-	1	-
Verificação de "Ficha cadastral"	99	-	-	-
Identificação de "Valor financiado"	99	-	-	-
Identificação de "Valor da parcela"	99	-	-	-
Identificação de "Quantidade de parcelas"	99	-	-	-
Identificação de "UF do cliente"	99	-	-	-
Verificação do "Comprovante de residência"	89	-	10	i
Verificação do "Comprovante de renda"	99	-	-	-
Verificação da "Cópia do RG"	99	-	-	-
Verificação da "Cópia do CPF"	97	-	2	ii
Identificação da "Data do 1º vencimento"	97	2	-	iii

- Segundo informações da gerência do Máxima os comprovantes de residência que não foram disponibilizados são referentes aos processos realizados na correspondente BPN. Para esse correspondente, os comprovantes passaram a ser exigidos a partir de março de 2007.
- Conforme informações da gerência do Máxima para os casos em que não é disponibilizada a cópia do CPF pelo correspondente utiliza-se a verificação da situação cadastral através do site da Receita Federal. Para os dois casos que não constavam as cópias do CPF, foi verificada a situação do cadastral no site da Receita Federal.
- Segundo informações da gerência do Máxima, as divergências apontadas na data do primeiro vencimento se dão em razão de erro no preenchimento do contrato, que é feito manualmente. Após a consulta ao sistema, verificou-se que a data estava condizente com o encontrado na base de dados.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel: +55 11 2183-3141
Fax: +55 11 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel: +55 11 2183-3290
Fax: +55 11 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel: +55 11 2183-3381
Fax: +55 11 2183-3001
fomori@kpmg.com.br

Página

38

Sumário Executivo



Sumário Executivo

Fluxo de Crédito e Cobrança

Assunto	Comentários	Referência
Fluxo de Crédito	<ol style="list-style-type: none"> 1. Processo de contratação da proposta 2. Confirmação de margem consignável 3. Simulação da proposta e <i>input</i> de dados no sistema 4. Solicitação de documentação 5. <i>Input</i> de dados de sistema e consultas 6. Envio de informações à matriz 7. Liberação do recurso e averbação 8. Formalização das operações 9. Arquivamento dos contratos 	Páginas 40 a 32
Procedimentos de Cobrança	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação dos motivos da inadimplência 2. Cobrança ao órgão responsável 3. Cobrança ao cliente 4. Renegociação de parcelas contratuais 5. Relatório de controle 	Página 43

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel: +55 11 2183-3141
Fax: +55 11 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel: +55 11 2183-3290
Fax: +55 11 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente Sênior
Tel: +55 11 2183-3381
Fax: +55 11 2183-3001
fomori@kpmg.com.br

Página

40

Descrição do Processo de Crédito e Cobrança



Descrição do Processo de Crédito e Cobrança

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Máxima no processo de crédito e cobrança.

Levantamento dos Procedimentos de Crédito e Cobrança

O Banco Máxima iniciou suas operações com crédito consignado no final de 2004. Para atingir a quase totalidade dos estados brasileiros, o Banco utiliza-se de correspondentes bancários como força de vendas.

Para operacionalização desse negócio, o banco utiliza-se do sistema Tools, responsável pelo controle das operações e de um sistema de relacionamento com correspondentes (cadastro de propostas) desenvolvido internamente com o auxílio de empresa de *software house*.

O Banco também possui manuais de crédito específicos para cada órgão com os quais possui operações.

Prospecção de clientes e cadastro das propostas

Todo o processo de prospecção de clientes ocorre por meio dos correspondentes e respectivos promotores. Os promotores têm acesso ao site na Internet denominado Portal MaxConsig, pelo qual é possível fazer simulações de valores de propostas, taxas e prazos.

No processo de envio da proposta são exigidas algumas documentações juntamente com o preenchimento da ficha cadastral. Tais informações necessárias variam de acordo com o Órgão com o qual está sendo realizada a transação e o respectivo processo disponibilizado pelo convênio. As documentações originais mínimas requisitadas e conferidas pelas Promotoras são:

- Ficha cadastral preenchida
- Último contracheque
- RG e CPF
- Comprovante de residência
- Comprovante bancário
- Contrato de empréstimo com desconto em folha
- Nota promissória (se aplicável)

- Autorização para Desconto em Folha de Pagamento - ADF (se aplicável)
- Extrato de pagamento de benefícios (para aposentados e pensionistas do INSS)

As cópias desses documentos são anexadas à proposta preenchida, a qual fará parte do dossiê do servidor.

Verificação da Margem Consignável

O processo de verificação da margem consignável é específico para cada Órgão com o qual a transação está sendo realizada. A parcela mensal a ser paga pelo servidor não pode exceder o valor da margem consignável previsto na legislação aplicável. Esse processo pode acontecer das seguintes maneiras:

• Processos On-line com Reserva

São processos de averbação e consulta pela Internet realizados em tempo real nos Órgãos que disponibilizam o acesso. A garantia de efetivação da operação nesses processos é maior, uma vez que é feita uma consulta on-line da margem consignável do servidor. Efetuada a operação, uma reserva em nome do Banco Máxima é efetuada, impedindo que o servidor realize empréstimos simultâneos em diferentes instituições.

• Margem Consignável Informada

Nesses processos, é enviada uma carta ao Órgão solicitando a margem consignável do servidor. Para esses casos, a documentação mínima necessária inclui três últimos contracheques originais.

• Margem Consignável Calculada

Para esses processos, são informados pelos Órgãos os parâmetros para o cálculo da margem consignável (normativos). A documentação mínima necessária inclui os três últimos contracheques.

• Simulação de Proposta

Após a verificação da margem consignável, é iniciada a etapa de simulação de proposta, na qual se estabelecem os parâmetros de financiamento (taxas, prazos, valor das parcelas etc.).

• Averbação

A averbação pode ocorrer a partir dos seguintes meios, de acordo com o Órgão com o qual a transação é realizada:

- Averbação On-line

A averbação on-line pode ser com ou sem reserva de margem consignável, em razão da disponibilidade desse processo pelo Órgão. Por meio desta, o Órgão disponibiliza pela Internet, ao correspondente, os servidores que foram efetivamente averbados.

Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (Cont.)

Relaciona os

procedimentos aplicados pelo Máxima no processo de crédito e cobrança

- Averbação por Meio Eletrônico

De acordo com o layout exigido pelo Órgão, é gerado um arquivo (por e-mail, CD ou disquete) contendo os servidores a serem averbados. O correspondente deve aguardar o arquivo de retorno que apontará os servidores averbados.

- Averbação Manual

A averbação manual ocorre pelo envio de um relatório ao Órgão, informando os servidores a serem averbados em determinado período. O encaminhamento ao Órgão é realizado por meio de ofício, com o relatório de averbação anexo. Após um período, o Órgão retorna uma listagem ao correspondente, destacando os servidores efetivamente averbados.

• Cadastro da Proposta

Após ter simulado a proposta e acordado os valores, prazos e taxas com o servidor, o promotor envia essa proposta automaticamente pelo sistema e as cópias dos documentos do servidor por fax, para a matriz do Máxima.

Na matriz do Máxima é efetuada a análise de crédito dessa proposta. A análise de crédito consiste em três pilares:

- Atendimento

Consiste basicamente no suporte ao promotor, no qual são tiradas dúvidas em relação a prazos, taxas e valores, além de ser responsável por controlar com os promotores as propostas pendentes de documentação ou alguma informação solicitada pela checagem na análise do crédito.

- Checagem

Procedimento em que é realizada a verificação da autenticidade dos dados preenchidos na ficha cadastral e verificados os seguintes itens:

- Telefone e endereço
- Pesquisa no site "all check"
- CPF
- Pesquisa no site da receita federal
- Valor do empréstimo e prazo
- Contato telefônico diretamente com o servidor

- Margem consignável e averbação

Para os órgãos que possuem averbação on-line é verificado se já houve a reserva da margem em nome do Banco, para os casos em que a averbação é manual é verificado se a Autorização para o Desconto em Folha está assinada pelo responsável do órgão, e para o INSS é enviado o arquivo de retorno à Dataprev no qual se aguarda o retorno para confirmar a operação.

• Liquidação

É o pagamento da operação, após ter sido aprovada a operação pela checagem ela entra em uma fila de espera para ser encaminhada à Tesouraria para ser paga.

A gerente responsável pela área de crédito do consignado do Máxima recebe um borderô com todas as operações que estão sendo pagas no dia, verifica o movimento do dia, verifica se há alguma operação que possa ser suspeita. Caso não identifique nenhuma irregularidade, aprova todas as operações no sistema. Posteriormente, o borderô automaticamente entra na fila de aprovação do sistema CFI, que é o sistema de controle do financeiro, no qual é aprovado novamente pela gerente de crédito consignado e segue para o pagamento da Tesouraria.

• Liberação do Crédito

A liberação do crédito é realizada por TED ou DOC, se o cliente possui conta-corrente. As liberações por Ordem de Pagamento são limitadas a R\$ 3.000, sendo tal ordem realizada até às 17 horas.

• Alçadas de Crédito

As alçadas estão parametrizadas por produto, e os analistas que são responsáveis pelos órgãos têm autoridade para aprovar o crédito se este dentro dos parâmetros predefinidos pela Gerência.

• As alçadas dos produtos são:

Órgão	Valor Mínimo R\$	Valor Máximo R\$
INSS	200,00	15.000,00
Estado GO	300,00	40.000,00
Marinha	300,00	60.000,00
Estado MS	300,00	40.000,00
Demais	300,00	15.000,00

Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (Cont.) Crédito (Cont.)

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Máxima no processo de crédito e cobrança.

Somente a gerente responsável pela área de crédito consignado tem

autonomia para aprovar operações fora das alçadas de crédito. Para aprovação de operações fora da alçada de crédito é necessário que a gerente solicite ao responsável da informática que mude a parametrização do sistema somente para aquela operação. Depois de aprovada, a parametrização volta a seguir as políticas vigentes.

Semanalmente um comitê composto por gerentes de crédito consignado e de produto e diretores responsáveis reúne-se para discutir mudanças nas políticas atuais existentes, buscando um aprimoramento nos controles e na qualidade da concessão de crédito.

● **Formalização**

Os documentos físicos solicitados para a formalização, efetuada na agência, são os seguintes:

- Ficha cadastral assinada
- Contrato de Empréstimos a Servidor Público assinado
- Contracheque(s)
- Cópia do RG
- Cópia do CPF
- Comprovante de endereço
- Comprovante bancário
- Autorização para Desconto em Folha de Pagamento

● **Arquivamento/custódia**

O arquivamento e a custódia da documentação referente aos contratos são mantidos na matriz do Banco Máxima por um período de até um ano. Após esse prazo, os contratos e as suas respectivas documentações são enviados à Metrofile, empresa contratada pelo Banco para efetuar a guarda da documentação.

A Metrofile está localizada no Rio de Janeiro, na região da Pavuna. O local reservado para a salvaguarda da documentação detém as seguintes características de segurança:

● **Acesso físico**

Funcionários com crachá ou visitantes são solicitados a se identificar para acesso à empresa de arquivos.

● **Segurança**

Foram identificados os seguintes itens de segurança:

- Cercas elétricas ao redor de toda a dependência dos galpões de arquivo
- Vigilância 24 horas
- Portões do tipo gaiola na entrada principal do galpão
- Hidrantes com mangueiras de 30 metros (padrão)
- Extintores de incêndio espalhados por todo o galpão
- Alarmes antiincêndio
- Câmeras de vigilância
- Sistemas detectores de fogo de calor e fumaça

Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (Cont.)

Cobrança

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Máxima no processo de crédito e cobrança.

● Procedimentos de Cobrança de Créditos em Atraso

O sistema de cobrança do Banco Máxima tem o objetivo de acompanhar e atuar de forma efetiva na inadimplência dos contratos.

A inadimplência ocorre basicamente por dois motivos:

Falta de repasse do órgão ou repasse parcial: Nesse caso, dado que os mutuários são efetivamente descontados em folha, o Banco Máxima não pode efetuar a cobrança do mutuário, restringindo suas ações de recuperação aos departamentos financeiros dos órgãos em questão.

Queda de Margem: Nesse caso são iniciadas ações de cobrança diretamente com o mutuário, assim que os repasses dos órgãos são concluídos, mensalmente.

Dessa forma, a cobrança é realizada em dois âmbitos:

- Cobrança no Órgão (quando o Órgão não efetua o repasse do dinheiro)
- Cobrança ao cliente (quando o cliente é inadimplente)

● Órgãos Inadimplentes

Quando o Órgão torna-se inadimplente, é realizado contato telefônico para questionamento sobre o não repasse dos recursos. Pode-se efetuar um acordo, no qual é determinada uma nova data para quitação do saldo devedor (D + prazo).

● Clientes Inadimplentes

A partir da "Projeção a Receber", disponível no sistema Tools, a área de Cobrança tem acesso aos clientes para os quais não foram efetuadas as devidas arrecadações e aos respectivos prazos de atraso no desconto das parcelas. A partir dessa identificação são realizados os procedimentos apresentados nos itens a seguir.

● Cobrança Telefônica

O Banco Máxima possui uma estrutura de cobrança constante por telefone, na qual se busca o recebimento das parcelas inadimplidas.

● Crítica de Inadimplentes

Neste item, é verificado o motivo pelo qual o cliente está inadimplente. Essa identificação pode ocorrer por contato telefônico ou pela Internet, para os Órgãos que disponibilizam essa informação on-line. Segundo a Gerência do Banco Máxima, os motivos identificados para a arrecadação de determinado cliente não ter sido realizada são os seguintes:

- Margem insuficiente
- Falecimento
- Férias
- Licença
- Erros operacionais de cadastramento
- Fraude
- Problemas na averbação

● Boleto de Cobrança

A principal alternativa para quitação da dívida de clientes inadimplentes é o envio de boleto de cobrança emitido pelo Banco Máxima à residência dos servidores. São emitidos boletos bancários no valor integral da parcela ou, caso tenha havido repasse parcial da parcela, no valor correspondente à diferença entre a parcela original e o valor parcialmente repassado.

Uma vez que o boleto é pago, a baixa da parcela é realizada através do processamento dos arquivos enviados pelos bancos cobradores nos sistemas do Banco Máxima.

● Refinanciamento de Parcelas Contratuais

Caso o inadimplimento se dê por razões de insuficiência de margem, é proposto aos clientes a renegociação das parcelas contratuais remanescentes para de adequar o valor da parcela à nova margem estabelecida.

ANEXO IV

ESTATUTO SOCIAL DO BANCO MÁXIMA

ANEXO II
À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 28.12.2006

BANCO MÁXIMA S.A.
CNPJ/MF 33.923.798/0001-00

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Sede, Duração e Objeto Social

Artigo 1º - O Banco Máxima S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro RJ, podendo, por resolução da diretoria, abrir e fechar dependências em qualquer localidade do País, observadas as prescrições legais.

Artigo 3º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Artigo 4º - A sociedade terá como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a um banco comercial, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Ações

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 33.561.350,00 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta reais), dividido em 15.590.786 (quinze milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - As ações ou títulos múltiplos e os certificados de ações serão sempre assinados por dois Diretores da sociedade.

Parágrafo Segundo - A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III

Das Assembléias Gerais

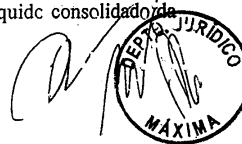
Artigo 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano e extraordinariamente nas hipóteses previstas em lei, observados os preceitos legais nas respectivas convocações.

Artigo 7º - A Assembléia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente, o qual, por sua vez, escolherá um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos.

Artigo 8º - As deliberações das Assembléias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas quando aprovadas por acionistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das ações ordinárias, com exceção do disposto no parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo Único - As deliberações a seguir somente serão tomadas quando aprovadas por acionistas que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) das ações ordinárias:

- a) a aquisição, alienação, oneração e realização de qualquer participação societária e de ativo fixo cujo valor seja igual ou superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido consolidado da sociedade;

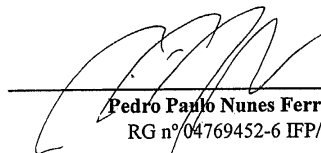


- e) Fica a Diretoria autorizada a tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações tomadas na assembléia, inclusive deliberar sobre a data dos créditos dos Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas.
- f) Lida e aprovada a presente Ata.



Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2006. João Nunes Ferreira Neto, Presidente da Assembléia e Pedro Paulo Nunes Ferreira, Secretário. Acionistas: Saul Dutra Sabbá, João Nunes Ferreira Neto e Pedro Paulo Nunes Ferreira.

Certifico que a presente é cópia fiel extraída do livro próprio. Eu, **Pedro Paulo Nunes Ferreira**, Secretário da Assembléia, assino.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2006.



Pedro Paulo Nunes Ferreira
RG nº 04769452-6 IFP/RJ

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : BANCO MAXIMA S/A	
Nire : 33.3.0015721-2	
Protocolo : 00-2007/030573-0 - 08/03/2007	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM E DATA ABAIXO.	14/03/2007. E C F E S I S T R O S O B O L N O M E R O
00001681423 DATA : 14/03/2007	 Valéria S. A. S. S. S. SECRETARIA GERAL



ANEXO II
À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 28.12.2006

BANCO MÁXIMA S.A.
CNPJ/MF 33.923.798/0001-00

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Sede, Duração e Objeto Social

Artigo 1º - O Banco Máxima S.A é uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro RJ, podendo, por resolução da diretoria, abrir e fechar dependências em qualquer localidade do País, observadas as prescrições legais.

Artigo 3º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Artigo 4º - A sociedade terá como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a um banco comercial, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Ações

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 33.561.350,00 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta reais), dividido em 15.590.786 (quinze milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - As ações ou títulos múltiplos e os certificados de ações serão sempre assinados por dois Diretores da sociedade.

Parágrafo Segundo - A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III

Das Assembléias Gerais

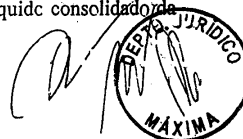
Artigo 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano e extraordinariamente nas hipóteses previstas em lei, observados os preceitos legais nas respectivas convocações.

Artigo 7º - A Assembléia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente, o qual, por sua vez, escolherá um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos.

Artigo 8º - As deliberações das Assembléias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas quando aprovadas por acionistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das ações ordinárias, com exceção do disposto no parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo Único - As deliberações a seguir somente serão tomadas quando aprovadas por acionistas que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) das ações ordinárias:

- a) a aquisição, alienação, oneração e realização de qualquer participação societária e de ativo fixo cujo valor seja igual ou superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido consolidado da sociedade;



- b) as operações de crédito, de forma geral, tais quais mas sem se limitar a, empréstimo, financiamento, e prestação de garantia, quando isoladamente ou agregadas ao risco global de um mesmo tomador representarem 3% (três por cento) ou mais do patrimônio líquido da sociedade. Para efeito do disposto nesta alínea, entende-se por mesmo tomador as pessoas jurídicas e físicas ligadas por participações societárias paralelas ou cruzadas, formando um mesmo grupo econômico, caso em que o risco global será apurado somando-se as parcelas de risco das pessoas integrantes do grupo em relação à sociedade e suas controladas;
- c) criação de ações preferenciais ou aumento das classes existentes, sem guardar proporção com as demais espécies e classes;
- d) alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;
- e) redução do dividendo obrigatório;
- f) fusão, cisão, incorporação ou dissolução da companhia;
- g) participação em grupo de sociedades;
- h) mudança do objeto da companhia;
- i) instalação ou cessação do estado de liquidação da companhia; e
- j) criação de partes beneficiárias

CAPÍTULO IV

Da Administração

Artigo 9º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 2 a 8 membros, acionistas ou não, com mandato de 3 (três) anos, com direito a reeleição, sendo um Diretor Presidente e um a sete Diretores sem designação especial.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores têm as atribuições e os poderes necessários para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo representá-la ativa e passivamente, em juízo e perante terceiros, obedecendo sempre a orientação do Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo – Os atos que criarem responsabilidade para a sociedade e exonerarem terceiros de obrigações para com ela, somente serão válidos quando assinados em conjunto por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) procurador em conjunto com um Diretor, ou por dois procuradores, constituídos na forma do artigo 18.

Artigo 10 – Os Diretores só serão empossados nos seus cargos após a aprovação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil sendo dispensada a prestação de caução para o exercício do cargo.

Parágrafo Único – Satisfeitas as formalidades a que se refere este artigo, os Diretores serão empossados mediante termos lavrados no livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Artigo 11 – Os honorários da Diretoria serão fixados pela Assembléia que a eleger.

Artigo 12 – Nos casos de impedimento temporário ou ocasional para o exercício de suas funções, o Diretor Presidente será substituído por um Diretor por ele indicado conquanto o mesmo seja, também, acionista da sociedade. Os demais Diretores serão substituídos pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor que for designado por aquele. Se o impedimento for definitivo, caberá à Assembléia Geral eleger Diretor para o cargo.

Artigo 13 – A Diretoria reunir-se-á quando convocada pelo Diretor Presidente.

Artigo 14 – As Reuniões da Diretoria só poderão ser instaladas com a presença de, pelo menos, metade de seus membros e, em qualquer caso, não menos do que dois Diretores, cabendo um voto a cada Diretor.



Parágrafo Único: Quando a metade dos seus membros for fracionária, deverá ser arredondada para o inteiro superior.

Artigo 15 – As decisões da Diretoria, que serão transcritas no livro próprio, só serão válidas quando aprovadas pela maioria dos membros presentes.

Artigo 16 – Compete especialmente ao Diretor Presidente:

- a) executar e fazer executar este Estatuto e as deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria;
- b) convocar as Assembléias Gerais e presidí-las;
- c) convocar e presidir as Reuniões da Diretoria;
- d) assinar com os demais Diretores os relatórios, balanços e contas relativas aos exercícios sociais;
- e) representar a sociedade judicial ou extrajudicialmente, perante instituições financeiras públicas ou privadas, repartições públicas e privadas, autarquias, órgãos paraestatais, sociedades de economia mista, empresas públicas, estabelecimentos bancários e terceiros em geral.

Artigo 17 – Compete aos Diretores sem designação especial exercer as funções aprovadas em reunião da Diretoria.

Artigo 18 – A sociedade, representada por 2 (dois) Diretores, poderá constituir procurador para todo e qualquer fim, especificando no mandato os poderes e o prazo de validade da procuração, que não poderá exceder a um ano, exceto no caso do parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo Único – As procurações outorgadas com a cláusula “*ad judicium*” deverão mencionar expressamente o(s) processo(s) permanecendo válidas até a extinção do(s) mesmo(s).

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 19 – O Conselho Fiscal será composto de 3 a 5 membros efetivos e suplentes em igual número, mas sempre funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionistas, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger e não poderá ser inferior para cada membro em exercício, a um décimo da que em média for atribuída a cada Diretor, não computada a participação nos lucros.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Balanços, Lucros e sua Aplicação

Artigo 20 – O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 21 – A 30 de junho e a 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á ao levantamento do inventário e do balanço geral, com observância das obrigações previstas em lei. Do resultado apurado, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Parágrafo Primeiro – Do lucro do exercício será deduzido até 15% (quinze por cento) como participação nos lucros dos empregados, por deliberação da Diretoria.



Parágrafo Segundo – Do Lucro Líquido verificado, (i) será deduzida a percentagem de 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) pagamento às ações representativas do capital social do dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento); (iii) o pagamento de dividendo suplementar que seja votado pela Assembléia Geral Ordinária, nos termos do artigo 132, inciso II, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Terceiro – O saldo ficará à disposição da Assembléia Geral que dará o destino conveniente, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal se em funcionamento.

Parágrafo Quarto – A Assembléia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista, sobre a distribuição de dividendo inferior àquele fixado no item (ii) do Parágrafo Segundo supra ou a retenção de todo o lucro.

Parágrafo Quinto – A Assembléia Geral, observadas as prescrições legais, poderá distribuir dividendos intermediários à conta de “Lucros Acumulados” ou de “Reservas de lucros”, existentes no último balanço.

Parágrafo Sexto – A companhia poderá, a critério da Diretoria, levantar balanços gerais ao final de cada mês.

CAPÍTULO VII

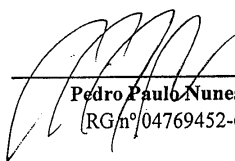
Das Disposições Gerais

Artigo 22 – As ações não poderão ser transferidas a terceiros não acionistas sem a expressa concordância dos demais acionistas, que terão direito de preferência para sua compra na proporção das que já possuíam.


Artigo 23 – A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cumprindo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.


Certifico que o presente Estatuto Social está conforme a Assembléia Geral Extraordinária instalada às 11:00 horas do dia 28 de dezembro de 2006.

Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.
Eu, **Pedro Paulo Nunes Ferreira**, Secretário da Assembléia, assino.



Pedro Paulo Nunes Ferreira
RG nº 04769452-6 IFP/RJ

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: BANCO MAXIMA S/A Nire: 33.3.0015/21-2 Protocolo: 00-2007/030573-0 - 08/03/2007 CERTIFICAMOS QUE ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRAL E NÃO PODE SER UTILIZADO SEPARADAMENTE 00001681423 DE 14/03/2007
---	--



ANEXO I
À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 28.12.2006

BANCO MÁXIMA S.A.
CNPJ/MF 33.923.798/0001-00

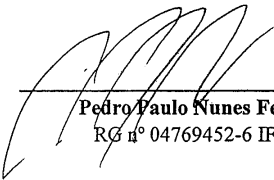
LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS DA
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 28/12/2006

Saul Dutra Sabbá, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, à Avenida Atlântica, 1130, 9º andar (parte), Copacabana, portador da cédula de identidade nº 02533276-9 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 238.779.527-04;
ações ordinárias: 7.795.393

João Nunes Ferreira Neto, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, à Avenida Atlântica, 1130, 9º andar (parte), Copacabana, portador da cédula de identidade nº 11.341 expedida pelo CORECON/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 387.945.787-53;
ações ordinárias: 5.846.545

Pedro Paulo Nunes Ferreira, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, à Avenida Atlântica, 1130, 9º andar (parte), Copacabana, portador da cédula de identidade nº 04769452-6 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 606.531.247-91;
ações ordinárias: 1.948.848

Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.
Eu, **Pedro Paulo Nunes Ferreira**, Secretário da Assembléia, assino.



Pedro Paulo Nunes Ferreira
RG nº 04769452-6 IFP/RJ



ANEXO V

DECLARAÇÕES DO DISTRIBUIDOR E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA



DECLARAÇÃO

MÁXIMA S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a distribuir títulos e valores mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica, nº 1.130, 9º andar, inscrita no CNPJ sob nº 33.700.394/0001-40, na qualidade de instituição intermediária líder ("Instituição Líder") da distribuição de cotas ("Oferta") do "Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado I" (o "Fundo" ou "Ofertante"), vem, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) todas as informações prestadas pelo Ofertante no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes e, (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. A Instituição Líder declara também que o prospecto da Oferta (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e que (b) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, dos riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2007.

MÁXIMA S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Francisco Damasceno Martins
Presidente
CPF-MF 063.336.887-74

Luis Figueiredo
Procurador
CPF 023.057.567-82

RJ Av. Atlântica 1130 - 9º andar - Copacabana - Rio de Janeiro - Cep. 22071-000 Tel. 55 21 3620-1700 Fax. 55 21 3620-1705
SP Av. Paulista, 1042 - Torre Norte - 22110 - Cerqueira César - São Paulo - Cep. 01210-000 Tel. 55 11 3144-0100 Fax. 55 11 3253-6644

www.bancobrasil.com.br
www.maxima.com.br



DECLARAÇÃO

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 36.113.876/0001-91, representada na forma de seu estatuto social, instituição administradora do **Máxima Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado I** (“Fundo”), nos termos do art. 56, §5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, vem, em seu próprio nome e em nome do Fundo, declarar que: (i) o prospecto da distribuição pública de cotas seniores do Fundo (“Cotas Seniores”): (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) contém as informações relevantes da oferta das Cotas Seniores, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como dos riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (ii) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores no âmbito da oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007.


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Instituição Administradora do “Máxima Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios – Crédito Consignado I”

MAURO SERGIO DE OLIVEIRA
DIRETOR

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

OLIVEIRA TRUST

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
CEP 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br
www.oliveiratrust.com.br

ANEXO VI

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES

**DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS
SENIORES DO MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I**

4º RTD-CAPITAL-RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 12/06/2007
REGISTRADO EM CD-F Nº 732016

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (a "Instituição Administradora") do **MÁXIMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO I**, constituído em 06 de junho de 2007, sob o nº 731698 e alterado pela Deliberação de Primeira alteração ao Regulamento, registrada sob o nº 731933, em 11 de junho de 2007, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("Fundo").

CONSIDERANDO que em 06 de junho de 2007, a Instituição Administradora constituiu o Suplemento nº 01, referente à 1ª Série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado na mesma data, sob o nº 731698, perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. ("Suplemento da 1ª Série");

CONSIDERANDO que até a presente data não ocorreu qualquer distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do item 4 e do subitem 4.2 do Suplemento da 1ª Série que, na forma anexa, passa a vigorar a partir da data do registro deste instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

4º RTD-RJ - 732016

Emol 80.43/Distrib.10.30/Lex111/06.4.53
Mutua/ACOTERJ.7.82/FETJ.18.15
Lei 4.864/05.4.53/Tot.Emol.(R\$) 125,76
PARÂM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs:3
Proc Estr. N / Averb S / Dilig

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2007



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
Presessor

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **RG: 088.887.377-82**
CPF: **CPF: 12.857.126-3**

ANEXO VII

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO MÁXIMA S.A. RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, 2005 E 2006

Banco Máxima S.A.

Demonstrações Financeiras, Controlador e Consolidadas, para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores do
Banco Máxima S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controlador e consolidados, do Banco Máxima S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2005, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Máxima S.A. em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, controlador e consolidadas, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2006


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ


Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 036206/O

BANCO MÁXIMA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	Controlador		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
ATIVO				
CIRCULANTE	144.055	84.085	144.436	92.259
Disponibilidades	340	414	369	469
Aplicações interfinanceiras de liquidez	61.041	32.011	61.041	32.011
Aplicações em operações compromissadas	61.041	32.011	61.041	32.011
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	44.218	27.361	44.957	30.252
Livres	16.291	17.216	17.030	18.342
Vinculados a compromissos de recompra	25.632	8.819	25.632	8.819
Instrumentos financeiros e derivativos	2.136	136	2.136	1.361
Vinculados a prestação de garantia	159	1.190	159	1.730
Relações interfinanceiras	192	177	192	177
Créditos vinculados	192	177	192	177
Operações de crédito - Setor privado (Nota 5)	25.425	19.348	25.425	19.348
Setor público	431	-	431	-
Setor privado	24.994	19.348	24.994	19.348
Outros créditos	12.839	3.901	12.452	9.129
Rendas a receber	4.107	928	365	2.306
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	-	20	1.011	2.328
Créditos tributários (Nota 7)	2.231	427	2.517	894
Devedores por compra de valores e bens	495	-	495	-
Impostos e contribuições a compensar	2.914	950	4.169	1.708
Diversos	3.092	1.576	3.895	1.893
Outros valores e bens - Bens não de uso	-	873	-	873
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.111	4.380	13.428	9.460
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	1.221	-	1.221
Operações de crédito - Setor privado (Nota 5)	768	6	768	6
Outros créditos:	7.343	3.153	12.660	8.233
Créditos tributários (Nota 7)	1.480	670	2.963	2.390
Devedores por depósitos em garantia	5.863	2.483	9.697	5.843
PERMANENTE	24.932	22.958	10.509	8.846
Investimentos	24.081	22.450	8.794	7.321
Participação em controladas no país (Nota 8)	23.640	22.073	-	-
Outros investimentos	441	377	8.794	7.321
Imobilizado de uso	454	241	1.158	1.044
Diferido	397	267	557	481
Total do ativo	177.098	111.423	168.373	110.565

(continua)

BANCO MÁXIMA S.A.BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	Controlador		Consolidado	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
PASSIVO				
CIRCULANTE	118.258	64.355	115.430	58.610
Depósitos	23.051	21.106	15.989	6.550
Depósitos à vista	1.347	788	721	552
Depósitos interfinanceiros	12.611	13.103	6.175	-
Depósitos a prazo	9.093	7.215	9.093	5.998
Captações no mercado aberto (Nota 9)	86.649	40.821	86.649	40.821
Carteira própria	25.608	8.811	25.608	8.811
Carteira de terceiros	61.041	32.010	61.041	32.010
Outras obrigações	8.558	2.428	12.792	11.239
Sociais e estatutárias	203	577	203	637
Fiscais e previdenciárias	3.319	621	4.769	1.770
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	1	291	2.454	5.360
Instrumentos financeiros e derivativos	3.714	236	3.714	2.360
Diversas	1.321	703	1.652	1.112
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	17.759	8.711	11.862	12.165
Depósitos	12.387	6.098	2.501	5.931
Depósitos interfinanceiros	7.671	-	-	-
Depósitos a prazo	4.716	6.098	2.501	5.931
Outras obrigações	5.372	2.613	9.361	6.234
Provisão para riscos fiscais	5.242	2.483	9.081	5.835
Provisão para passivos contingentes	130	130	220	220
Diversas	-	-	60	179
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	-	-	1.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	41.081	38.357	41.081	38.357
Capital social - de domiciliados no país	31.641	30.000	31.641	30.000
Reserva de capital	72	53	72	53
Reservas de lucros	4.268	3.791	4.268	3.791
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(468)	(498)	(468)	(498)
Lucros acumulados	5.568	5.011	5.568	5.011
Total do passivo e patrimônio líquido	177.098	111.423	168.373	110.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MÁXIMA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Controlador			Consolidado		
	2005		2004	2005		2004
	Semestre R\$ Mil	Exercício R\$ Mil	Exercício R\$ Mil	Semestre R\$ Mil	Exercício R\$ Mil	Exercício R\$ Mil
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.214	61.151	32.758	36.178	61.192	32.953
Operações de crédito	31.463	51.443	16.965	31.463	51.443	16.965
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.751	9.708	15.793	4.715	9.749	15.988
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.868)	(32.244)	(19.676)	(18.424)	(29.463)	(18.015)
Operações de captação no mercado	(7.442)	(14.507)	(14.304)	(5.998)	(11.725)	(12.643)
Cessões, empréstimos e repasses	(1)	(16)	(19)	(1)	(16)	(19)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.425)	(17.721)	(5.353)	(12.425)	(17.722)	(5.353)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.346	28.907	13.082	17.754	31.729	14.938
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(13.152)	(22.608)	(9.620)	(13.456)	(22.627)	(10.020)
Rendas de prestação de serviços	1.031	1.793	1.004	7.575	14.573	12.825
Resultado de participações em controladas	2.989	5.373	3.613	604	1.104	1.177
Despesas administrativas	(15.606)	(25.817)	(11.462)	(20.922)	(36.080)	(20.556)
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	(85)	(158)	(122)	(188)	(394)	(405)
Outras receitas operacionais	2.165	3.306	1.637	3.623	6.857	2.632
Outras despesas operacionais	(3.646)	(7.105)	(4.290)	(4.148)	(8.687)	(5.693)
RESULTADO OPERACIONAL	3.194	6.299	3.462	4.298	9.102	4.918
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(13)	410	-	(13)	410	33
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL	3.181	6.709	3.462	4.285	9.512	4.951
Imposto de renda e contribuição social	(59)	(496)	44	(938)	(2.499)	(1.167)
Participação nos lucros	(18)	(168)	(174)	(243)	(968)	(452)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	3.104	6.045	3.332	3.104	6.045	3.332
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 11)	1.430	3.481	2.676	1.430	3.481	2.676
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.534	9.526	6.008	4.534	9.526	6.008
Nº de Ações 15.590.786						
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$	0,29	0,61	0,39	0,29	0,61	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Exercícios:	Capital social R\$ Mil	Reserva de capital R\$ Mil	Reservas de lucro R\$ Mil	Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos		Lucros acumulados R\$ Mil	Total R\$ Mil
				Própria R\$ Mil	Controlada R\$ Mil		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	27.726	29	459	(294)	(415)	7.267	34.772
Ajuste a valor de mercado - Circular 3.068 BACEN				65	146		211
Atualização de títulos patrimoniais		24					24
Aumento de capital	2.274						2.274
Lucro líquido do exercício						6.008	6.008
Dividendos de lucros acumulados						(2.256)	(2.256)
Destinações:							
Constituição de reservas de lucro (Nota 11c)			3.332			(3.332)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.676)	(2.676)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	30.000	53	3.791	(229)	(269)	5.011	38.357
Ajuste a valor de mercado - Circular 3.068 BACEN				30			30
Atualização de títulos patrimoniais		19					19
Aumento de capital	1.641						1.641
Lucro líquido do exercício						9.526	9.526
Dividendos de lucros acumulados						(5.011)	(5.011)
Destinações:							
Constituição de reservas de lucro (Nota 11c)			477			(477)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(3.481)	(3.481)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	31.641	72	4.268	(199)	(269)	5.568	41.081
Semestre:							
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005	31.641	53	4.042	(199)	(269)	4.801	40.069
Atualização de títulos patrimoniais		19					19
Lucro líquido do exercício						4.534	4.534
Dividendos de lucros acumulados						(2.111)	(2.111)
Destinações:							
Constituição de reservas de lucro (Nota 11c)			226			(226)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.430)	(1.430)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	31.641	72	4.268	(199)	(269)	5.568	41.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Controlador			Consolidado		
	2005		2004	2005		2004
	R\$ Mil Semestre	R\$ Mil Exercício	R\$ Mil Exercício	R\$ Mil Semestre	R\$ Mil Exercício	R\$ Mil Exercício
ORIGEM DOS RECURSOS	74.411	71.252	78.339	72.865	63.328	132.488
Lucro líquido do período ajustado	3.454	5.788	3.424	2.011	5.170	6.966
Lucro líquido do período	4.534	9.526	6.008	4.534	9.526	6.008
Depreciações e amortizações	86	158	122	187	393	405
Resultado de participações em controladas	(2.989)	(5.373)	(3.613)	(604)	(1.104)	(1.177)
Dividendos recebidos	4.106	4.106	930	-	-	-
Lucro na venda de bens	-	-	-	-	-	(15)
Créditos tributários	(2.283)	(2.629)	(23)	(2.106)	(2.212)	460
Variação nos resultados de exercícios futuros	-	-	-	-	(1.433)	1.285
Aumento de capital	-	1.641	2.274	-	1.641	2.274
Recursos de terceiros originários de:	<u>70.957</u>	<u>63.823</u>	<u>72.641</u>	<u>70.854</u>	<u>56.517</u>	<u>123.248</u>
Aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	<u>52.794</u>	<u>62.950</u>	<u>14.877</u>	<u>52.559</u>	<u>56.517</u>	<u>9.071</u>
Depósitos	5.662	8.234	13.615	4.678	6.008	9.071
Captações no mercado aberto	41.896	45.827	255	41.896	45.827	-
Relações interfinanceiras	-	-	98	-	-	-
Instrumentos financeiros e derivativos	-	3.478	-	-	1.355	-
Outras obrigações	5.236	5.411	909	5.985	3.327	-
Diminuição dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	<u>18.163</u>	<u>873</u>	<u>57.764</u>	<u>18.295</u>	<u>-</u>	<u>114.177</u>
Títulos e valores mobiliários	15.171	-	-	15.303	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	57.124	-	-	58.023
Relações interfinanceiras	-	-	640	-	-	636
Operações de crédito	2.992	-	-	2.992	-	-
Outros créditos	-	-	-	-	-	55.488
Outros valores e bens	-	873	-	-	-	-
Alienação de bens e investimentos	-	-	-	-	-	30
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	74.321	71.326	78.101	72.801	63.428	132.757
Inversões em:	<u>306</u>	<u>627</u>	<u>437</u>	<u>348</u>	<u>680</u>	<u>540</u>
Investimentos	45	345	300	69	350	258
Imobilizado de uso	261	282	137	279	330	282
Aplicações no diferido	161	219	47	172	255	76
Dividendos	2.111	5.011	2.256	2.111	5.011	2.256
Juros sobre capital próprio pagos	1.430	3.481	2.676	1.430	3.481	2.676
Redução dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	<u>1.444</u>	<u>-</u>	<u>56.339</u>	<u>1.444</u>	<u>-</u>	<u>112.676</u>
Captações no mercado aberto	-	-	51.085	-	-	50.831
Relações interfinanceiras	217	-	102	217	-	-
Instrumentos financeiros e derivativos	1.227	-	4.102	1.227	-	3.577
Outras obrigações	-	-	1.050	-	-	58.268
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	<u>68.869</u>	<u>61.988</u>	<u>16.346</u>	<u>67.296</u>	<u>54.001</u>	<u>14.533</u>
Títulos e valores mobiliários	-	15.606	1.136	-	13.454	1.694
Aplicações interfinanceiras de liquidez	59.871	29.031	-	59.872	29.031	-
Relações interfinanceiras	8	15	-	8	15	-
Operações de crédito	-	6.839	12.839	-	6.839	12.839
Outros créditos	8.990	10.497	2.371	7.416	4.662	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	<u>90</u>	<u>(74)</u>	<u>238</u>	<u>64</u>	<u>(100)</u>	<u>(269)</u>
DISPONIBILIDADES:						
Início do semestre/exercício	250	414	176	305	469	738
Fim do semestre/exercício	<u>340</u>	<u>340</u>	<u>414</u>	<u>369</u>	<u>369</u>	<u>469</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	<u>90</u>	<u>(74)</u>	<u>238</u>	<u>64</u>	<u>(100)</u>	<u>(269)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MÁXIMA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Máxima S.A. e suas controladas tem por objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco comercial, estando autorizado a operar com a carteira comercial, e em outras operações pertinentes a corretora de títulos e valores mobiliários.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Banco Central do Brasil.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Máxima S.A. compreendem as demonstrações financeiras do Banco Máxima S.A. e de suas controladas, Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Máxima Asset Management S.A. e Máximainvest Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.. Os investimentos do Banco nessas controladas, bem como os ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados de transações entre as instituições, foram eliminados para efeito de consolidação.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as operações de natureza financeira.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A Administração do Banco classificou seus títulos e valores mobiliários como “títulos para negociação e títulos disponíveis para venda”. Desta forma e de acordo com a Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, estes títulos estão contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, ajustado ao valor de mercado, tendo esse ajuste como contrapartida o resultado do período para os classificados como para negociação e no patrimônio líquido os disponíveis para venda.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e os garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Negociação e intermediação de valores

Representadas por operações nas Bolsas de Valores e na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F. As corretagens sobre estas operações, classificadas como receitas de prestação de serviços, são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data. Os títulos patrimoniais da Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&F) encontram-se ajustados pelo último valor patrimonial informado por esta entidade, tendo este ajuste como contrapartida conta de reserva de capital. Os demais investimentos são avaliados pelo custo.

Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais:

Móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados	20%

Depósitos interfinanceiros e a prazo, e captações no mercado aberto

São registrados pelo valor de captação, acrescidos dos encargos devidos até a data do balanço, deduzido das despesas a apropriar, relativas aos encargos futuros.

Impostos e contribuições sociais sobre o resultado

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor.

Operações com *swaps*, futuros e opções

Os compromissos assumidos são registrados em contas de compensação pelo valor base dos contratos. Os ganhos ou perdas nas operações no mercado futuro são reconhecidos diariamente, através de ajustes credores ou devedores. Os ganhos ou perdas nas operações de *swaps* também são reconhecidos de acordo com o período de competência, através dos registros dos diferenciais de *swaps* a pagar ou a receber, ajustados a valor de mercado, e contabilizados em contas patrimoniais (operações com derivativos). As perdas prováveis em operações de opções são provisionadas e os ganhos somente são reconhecidos por ocasião do exercício da opção e efetiva realização.

Contingências

Os assuntos contingentes são avaliados tempestivamente pela alta Administração do Banco juntamente com seus consultores jurídicos internos e externos e, quando a expectativa é de perda provável, a administração constitui provisão para contingências.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira:

	Controlador		Consolidado	
	2005 R\$ Mil	2004 R\$ Mil	2005 R\$ Mil	2004 R\$ Mil
Livres				
Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro	13.463	11.868	13.463	11.868
Certificado de cédulas de créditos bancários	2.222	-	2.222	-
Debêntures	-	1.266	265	1.531
Outros	302	302	302	446
Ajuste a valor de mercado	(294)	(343)	(703)	(752)
	<u>15.693</u>	<u>13.093</u>	<u>15.693</u>	<u>13.093</u>
Cotas de fundos de investimento	-	2.008	18	2.013
Títulos de renda variável				
Ações de companhias abertas	751	1.491	1.136	2.593
Cota de fundos de renda variável	-	-	359	-
Ajuste a valor de mercado	(153)	1.845	(176)	1.864
	<u>598</u>	<u>3.336</u>	<u>1.319</u>	<u>4.457</u>
	<u>16.291</u>	<u>18.437</u>	<u>17.030</u>	<u>19.563</u>
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro	25.617	8.816	25.617	8.816
Ajuste a valor de mercado	15	3	15	3
	<u>25.632</u>	<u>8.819</u>	<u>25.632</u>	<u>8.819</u>
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro	159	918	159	1.458
Títulos de renda variável				
Ações de companhias abertas	-	304	-	304
Ajuste a valor de mercado	-	(32)	-	(32)
	<u>159</u>	<u>1.190</u>	<u>159</u>	<u>1.730</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>42.082</u>	<u>28.446</u>	<u>42.821</u>	<u>30.112</u>
Instrumentos financeiros derivativos				
Prêmios de opções a exercer	1.982	132	1.982	1.363
Ajuste a valor de mercado	154	4	154	(2)
Total de instrumentos financeiros derivativos	<u>2.136</u>	<u>136</u>	<u>2.136</u>	<u>1.361</u>
Total geral	<u>44.218</u>	<u>28.582</u>	<u>44.957</u>	<u>31.473</u>
Curto prazo	44.218	27.361	44.957	30.252
Longo prazo	-	1.221	-	1.221

b) Divisão por categorias:Controlador

Descrição	Data de vencimento	2005		Valor de mercado R\$ Mil
		Valor custo R\$ Mil	Ajuste a mercado R\$ Mil	
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>				
Outros títulos 100% provisionados		302	(302)	-
		302	(302)	-
Efeitos tributários			103	
Saldo da conta de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido em 31/12/2005			(199)	
<u>Títulos para negociação:</u>				
Letras Financeiras do Tesouro	17/05/2006	12.861	5	12.866
Letras Financeiras do Tesouro	13/09/2006	663	1	664
Letras Financeiras do Tesouro	15/11/2006	25.715	17	25.732
Certificados de Cédulas de Crédito Bancário	23/12/2005	2.646	(424)	2.222
Ações de companhias abertas		751	(153)	598
Total de títulos e valores mobiliários				<u>42.082</u>

Instrumentos financeiros derivativos:

	Data de vencimento	2005		Preço de exercício R\$ Mil
		Valor custo R\$ Mil	Ajuste a mercado R\$ Mil	
<u>Ativo</u>				
Prêmio de opções a exercer				
Ações	23/02/2006	115	-	115
Ativos financeiros	02/01/2006	1.864	157	<u>2.021</u>
				<u>2.136</u>
<u>Passivo</u>				
Ações	23/02/2006	1.043	-	1.044
Ativos financeiros	02/01/2006	2.454	216	<u>2.670</u>
				<u>3.714</u>

Descrição	Data de vencimento	2004		Valor de mercado R\$ Mil
		Valor custo R\$ Mil	Ajuste a mercado R\$ Mil	
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>				
Debêntures	27/07/2006	1.266	(45)	1.221
Outros títulos 100% provisionados		302	(302)	-
		<u>1.568</u>	(347)	<u>1.221</u>
Efeitos tributários			118	
Saldo da conta de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido em 31/12/2004			(229)	
<u>Títulos para negociação:</u>				
Letras Financeiras do Tesouro	15/06/2005	21.602	7	21.609
Cotas de Fundos de Investimento		2.008	-	2.008
Ações de companhias abertas		1.795	1.813	3.608
Total de títulos e valores mobiliários				<u>27.225</u>
				<u>28.446</u>

Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>Data de vencimento</u>	2004		
		<u>Valor custo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Preço de exercício</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Ativo</u>				
Prêmio de opções a exercer – ações	03/01/2005	132	136	28.500
<u>Passivo</u>				
Prêmio de opções lançadas – ações	03/01/2005	227	236	28.400

Consolidado

<u>Descrição</u>	<u>Data de vencimento</u>	2005		
		<u>Valor custo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Valor de mercado</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>				
Outros títulos 100% provisionados		<u>711</u>	<u>(711)</u>	
Efeitos tributários		<u>711</u>	<u>(711)</u>	
Saldo da conta de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido em 31/12/2005			<u>243</u>	
			<u>(468)</u>	
<u>Títulos para negociação:</u>				
Letras Financeiras do Tesouro	17/05/2006	12.861	5	12.866
Letras Financeiras do Tesouro	13/09/2006	663	1	664
Letras Financeiras do Tesouro	15/11/2006	25.715	17	25.732
Certificados de Cédulas de Crédito Bancário	23/12/2005	2.646	(424)	2.222
Ações de companhias abertas		1.136	(176)	960
Cotas de fundo de renda fixa		18	-	18
Cotas de fundo de renda variável		359	-	359
Total de títulos e valores mobiliários				<u>42.821</u>

Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>Data de vencimento</u>	2005		
		<u>Valor custo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Preço de exercício</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Ativo</u>				
Prêmio de opções a exercer				
Ações	23/02/2006	115	-	115
Ativos financeiros	02/01/2006	1.864	157	<u>2.021</u>
				<u>2.136</u>
<u>Passivo</u>				
Ações	23/02/2006	1.043	-	1.044
Ativos financeiros	02/01/2006	2.454	216	<u>2.670</u>
				<u>3.714</u>

Consolidado

<u>Consolidado</u>	2004			
Descrição	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor custo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Valor de mercado</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>				
Debêntures	27/07/2006	1.266	(45)	1.221
Outros títulos 100% provisionados		<u>711</u>	<u>(711)</u>	<u>-</u>
		<u>1.977</u>	<u>(756)</u>	<u>1.221</u>
Efeitos tributários			<u>258</u>	
Saldo da conta de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido em 31/12/2004			<u>(498)</u>	
<u>Títulos para negociação:</u>				
Letras Financeiras do Tesouro	15/06/2005	21.602	7	21.609
Letras Financeiras do Tesouro	15/07/2005	540	-	540
Cotas de Fundos de Investimento		2.013	-	2.013
Ações de companhias abertas		2.897	1.832	<u>4.729</u>
				<u>28.891</u>
Total de títulos e valores mobiliários				<u>30.112</u>

Instrumentos financeiros derivativos:

<u>Instrumentos financeiros derivativos:</u>		2004		
	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor custo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Ajuste a mercado</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Preço de exercício</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Ativo</u>				
Prêmio de opções a exercer – ações	03/01/2005	1.363	1.361	285.000
<u>Passivo</u>				
Prêmio de opções lançadas – ações	03/01/2005	2.337	2.360	284.000

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Controlador e consolidado

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
CURTO PRAZO		
A vencer:		
Até 30 dias	4.568	3.718
De 31 a 60 dias	3.835	4.584
De 61 a 90 dias	2.728	2.514
De 91 a 180 dias	7.134	6.276
De 181 a 360 dias	<u>2.916</u>	<u>1.160</u>
	<u>21.181</u>	<u>18.252</u>
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	2.233	708
De 31 a 60 dias	2.614	808
De 61 a 90 dias	2.287	712
De 91 a 180 dias	4.595	1.498
mais de 180 dias	<u>1.531</u>	<u>509</u>
	<u>13.260</u>	<u>4.235</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.016)</u>	<u>(3.139)</u>
Total curto prazo	<u>25.425</u>	<u>19.348</u>
 Longo prazo		
Mais de 360 dias	<u>768</u>	<u>6</u>
 Total	<u>26.193</u>	<u>19.354</u>

As operações de crédito por setor e os respectivos níveis de risco e provisionamento estão sumariados como abaixo demonstrado (em R\$mil):

	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>D</u>	<u>E</u>	<u>F</u>	<u>G</u>	<u>H</u>	<u>2005</u> <u>Total</u>	<u>2004</u> <u>Total</u>
<u>Setor Público:</u>										
Atividades empresariais –										
Indústria	431								431	-
<u>Setor Privado</u>										
Rural	369								369	-
Indústria				22				548	570	474
Comércio										312
Intermediários financeiros	2.053								2.053	-
Outros serviços	249						391		640	404
Pessoas físicas	<u>12.833</u>	<u>1.120</u>	<u>2.147</u>	<u>2.836</u>	<u>3.417</u>	<u>2.760</u>	<u>2.280</u>	<u>3.753</u>	<u>31.146</u>	<u>21.303</u>
Total	15.935	1.120	2.147	2.858	3.417	2.760	2.671	4.301	35.209	22.493
Provisão para crédito										
de liquidação duvidosa:										
Mínimo requerido - %	0,50	1,00	3,00	10,00	30,00	50,00	70,00	100,00		
Valor	<u>(79)</u>	<u>(11)</u>	<u>(64)</u>	<u>(286)</u>	<u>(1.025)</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(1.870)</u>	<u>(4.301)</u>	<u>(9.016)</u>	<u>(3.139)</u>
Saldo líquido	<u>15.856</u>	<u>1.109</u>	<u>2.083</u>	<u>2.572</u>	<u>2.392</u>	<u>1.380</u>	<u>801</u>	<u>-</u>	<u>26.193</u>	<u>19.354</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Saldo inicial	(3.139)	(236)
Constituição no exercício, líquida de reversão de R\$29 mil	(17.692)	(5.353)
Baixa para perda	403	280
Cessão de créditos	<u>11.412</u>	<u>2.170</u>
Saldo final	<u>(9.016)</u>	<u>(3.139)</u>

Durante o ano de 2005 o Banco efetuou as seguintes operações de cessões de créditos:

	<u>Valor da</u> <u>cessão</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Valor</u> <u>contábil</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Resultado</u> <u>R\$ Mil</u>
<u>Cedidos sem coobrigação</u>			
Pessoas jurídicas integrantes do sistema financeiro	32.885	29.490	3.395
Pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro	<u>106.862</u>	<u>99.541</u>	<u>7.321</u>
	<u>139.747</u>	<u>129.031</u>	<u>10.716</u>
<u>Cedidos com coobrigação:</u>			
Pessoas jurídicas integrantes do sistema financeiro	46.234	30.327	15.907
Pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro	<u>47.098</u>	<u>31.181</u>	<u>15.917</u>
	<u>93.332</u>	<u>61.508</u>	<u>31.824</u>

6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>Controlador</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>ATIVO</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Devedores conta liquidação pendente	-	-	925	2.097
Compensação financeira BM&F	-	20	80	201
Swap - diferencial a receber	-	-	6	30
Total	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>1.011</u>	<u>2.328</u>
<u>PASSIVO</u>				
Credores conta liquidação pendente	-	-	1.965	4.583
Compensação financeira - BM&F	1	-	489	486
Credores por empréstimo de ações	-	<u>291</u>	-	<u>291</u>
Total	<u>1</u>	<u>291</u>	<u>2.454</u>	<u>5.360</u>

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Controlador

- a) Os créditos tributários, oriundos de bases negativas de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças temporárias, no montante de R\$3.711 mil (R\$1.097 mil em 2004), foram constituídos de acordo com estudo técnico elaborado e aprovado pela administração do Banco e estão a seguir demonstrados:

Natureza dos créditos tributários:

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Prejuízos fiscais	-	88
Base negativa de contribuição social	-	72
Diferenças temporárias	<u>3.711</u>	<u>937</u>
Total	<u>3.711</u>	<u>1.097</u>

Prazo de realização:

	<u>2005</u>			<u>2004</u>
	<u>Diferenças temporárias</u>			<u>Total</u>
	<u>IRPJ</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>CSLL</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Total</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Total</u> <u>R\$ Mil</u>
1º ano	1.630	601	2.231	427
5º ano	<u>1.232</u>	<u>248</u>	<u>1.480</u>	<u>670</u>
Total	<u>2.862</u>	<u>849</u>	3.711	1.097
Curto prazo			(2.231)	(427)
Longo prazo			<u>1.480</u>	<u>670</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$2.717 mil.

- b) As realizações ocorridas no exercício de 2005 apresentadas de forma comparativa com os saldos constituídos no encerramento do exercício de 2004 estão a seguir demonstradas:

<u>Natureza dos créditos tributários</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>		
	<u>Saldo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Realização</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Constituição</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Saldo</u> <u>R\$ Mil</u>
Prejuízo fiscal	88	(88)	-	-
Base negativa da CSLL	72	(72)	-	-
Diferenças temporárias				
Processos judiciais	377	-	876	1.253
Títulos e valores mobiliários - Ajuste a mercado	(500)	500	146	146
Instrumentos financeiros derivativos - Ajuste a mercado	3	(3)	21	21
Provisão para devedores duvidosos	793	(793)	2.049	2.049
Outras	<u>264</u>	<u>(264)</u>	<u>242</u>	<u>242</u>
	<u>1.097</u>	<u>(720)</u>	<u>3.334</u>	<u>3.711</u>

Consolidado

- a) Os créditos tributários, oriundos de bases negativas de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças temporárias, no montante de R\$5.480 mil (R\$3.284 mil em 2004), foram constituídos de acordo com estudo técnico elaborado e aprovado pela administração do Banco e controladas e estão a seguir demonstrados:

Natureza dos créditos tributários:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Prejuízos fiscais	627	1.064
Base negativa de contribuição social	260	459
Diferenças temporárias	<u>4.593</u>	<u>1.761</u>
Total	<u>5.480</u>	<u>3.284</u>

Prazo de realização:

	<u>2005</u>				<u>2004</u>
	<u>Prejuízo</u>	<u>Base</u>	<u>Diferenças</u>		
	<u>fiscal</u>	<u>negativa</u>	<u>temporárias</u>		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
1º ano	67	24	1.775	651	2.517
2º ano	108	39	-	-	147
3º ano	126	45	-	-	171
4º ano	186	57	-	-	243
5º ano	<u>140</u>	<u>95</u>	<u>1.890</u>	<u>277</u>	<u>2.402</u>
Total	<u>627</u>	<u>260</u>	<u>3.665</u>	<u>928</u>	<u>5.480</u>
Curto prazo					<u>(2.517)</u>
Longo prazo					<u>2.963</u>
					<u>(894)</u>
					<u>2.390</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$3.829 mil.

- b) As realizações ocorridas no exercício de 2005 apresentadas de forma comparativa com os saldos constituídos no encerramento do exercício de 2004, estão a seguir demonstradas:

Natureza dos créditos tributários	2004	2005		
	Saldo	Realização	Constituição	Saldo
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Prejuízo fiscal	1.064	(437)	-	627
Base negativa da CSLL	459	(199)	-	260
Diferenças temporárias				
Processos judiciais	992	-	938	1.930
Títulos e valores mobiliários - Ajuste a mercado	(368)	500	161	293
Instrumentos financeiros derivativos – Ajuste a mercado	10	(10)	21	21
Provisão para devedores duvidosos	793	(793)	2.049	2.049
Outras	334	(276)	242	300
	<u>3.284</u>	<u>(1.215)</u>	<u>3.411</u>	<u>5.480</u>

8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS – CONTROLADOR

	Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Máxima Asset Management S.A.	Máximainvest Cia. Sec. de Créditos Financeiros S.A.	2005 Total	2004 Total
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Na controlada					
Patrimônio líquido	21.066	1.960	614	23.640	22.073
Lucro do exercício	2.962	1.013	294	4.269	2.436
Na controladora					
% de Participação	100%	100%	100%		
Valor contábil do investimento	21.066	1.960	614	23.640	22.073
Ajuste de equivalência patrimonial	4.066	1.013	294	5.373	3.613

A diferença entre o resultado da controlada Máxima DTVM e o resultado de equivalência patrimonial é decorrente da atualização de títulos patrimoniais, registrados diretamente no patrimônio da controlada. Essa diferença foi classificada como resultado de participações em controladas na demonstração consolidada do resultado.

9. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Controlador e Consolidado

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro	25.625	8.820
Despesas a apropriar	<u>(17)</u>	<u>(9)</u>
	<u>25.608</u>	<u>8.811</u>
Carteira de terceiros		
Letras Financeiras do Tesouro	20.027	1.001
Letras do Tesouro Nacional	41.054	31.040
Despesas a apropriar	<u>(40)</u>	<u>(31)</u>
Total	<u>61.041</u>	<u>32.010</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Apresentamos a seguir a conciliação entre esses impostos computados no resultado e a aplicação das alíquotas efetivas sobre o lucro antes desses impostos:

	<u>Controlador</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros	6.709	3.462	9.512	4.951
Resultado de equivalência patrimonial	(5.373)	(3.613)	(1.104)	(1.177)
Participação nos lucros	<u>(168)</u>	<u>-</u>	<u>(968)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	1.168	(151)	7.440	3.774
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(397)	51	(2.529)	(1.283)
Outros	<u>(99)</u>	<u>(7)</u>	<u>30</u>	<u>116</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(496)</u>	<u>44</u>	<u>(2.499)</u>	<u>(1.167)</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social e lucros acumulados

O capital social em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 está representado por 15.590.786 de ações ordinárias sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas.

Em 30 de junho de 2005 foi deliberado através de Assembléia Geral Extraordinária aumento de capital no montante de R\$1.641 mil, passando para R\$31.641 mil, sem emissão de novas ações, com a utilização de créditos a acionistas provenientes da distribuição de juros sobre o capital próprio.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado, a menos que os mesmos, por unanimidade, decidam por um critério diferente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, dividendos foram calculados conforme a seguir:

	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Lucro líquido do exercício	9.526	6.008
Reserva legal	<u>(477)</u>	<u>(300)</u>
Base de cálculo dos dividendos – (a)	<u>9.049</u>	<u>5.708</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% de (a)	<u>2.262</u>	<u>1.427</u>
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos, líquidos de imposto de renda na fonte	<u>2.959</u>	<u>2.274</u>

c) Reservas de lucro

Composição das reservas de lucro:	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2004</u> <u>R\$ Mil</u>
Reserva legal	1.237	760
Reserva de retenção de lucros	<u>3.031</u>	<u>3.031</u>
	<u>4.268</u>	<u>3.791</u>

A reserva legal foi constituída pelo montante de R\$477 mil (R\$300 mil em 2004), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

d) Juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, no montante de R\$3.481 mil, foram calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. O valor líquido do IRRF de R\$522, foi creditado aos acionistas, sendo R\$1.641 mil, utilizado para aumento de capital e o restante no valor de R\$1.318 mil pagos em espécie.

Na escrituração contábil os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira, sendo reclassificados e apresentados, pelo seu valor bruto, como apropriação do lucro líquido na demonstração das mutações do patrimônio líquido, de forma similar aos dividendos pagos ou provisionados. As distribuições ou créditos aos acionistas estão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte de 15%.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos referentes a transações com partes relacionadas, pactuadas em condições usuais de mercado, são os seguintes:

	2005		2004	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				
Depósito à vista	(241)	-	(121)	-
Depósitos interfinanceiros	(14.107)	-	(13.103)	-
Despesas de captação	-	(2.393)	-	(815)
Máxima Asset Management S.A.				
Depósitos à vista	(327)	-	(33)	-
Depósitos a prazo	(2.215)	-	(1.384)	-
Despesas de depósito a prazo	-	(348)	-	(147)
Máximainvest Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.				
Depósito à vista	(58)	-	(83)	-
Resultado na cessão de créditos		517		
Fundos de Investimentos administrados				
Rendas a receber	35	-	61	-
Renda da prestação de serviços	-	654	-	308

13. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do Bacen. Em 31 de dezembro, a situação do Consolidado Financeiro Máxima estava assim apresentada:

	2005	2004
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Patrimônio de referência na forma da legislação em vigor	41.081	38.357
Patrimônio líquido exigido	10.646	7.026

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) As garantias prestadas a terceiros em 31 de dezembro de 2005, incluindo fianças, eram de aproximadamente R\$2.775 mil (R\$1.775 mil em 2004).
 - b) Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez estão custodiados na Cetip, Selic ou BM&F.
 - c) A Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é responsável pela administração de fundos e clubes de investimentos, cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2005, montavam em R\$598.662 mil (R\$640.965 mil em 2004).
-

Banco Máxima S.A.

Demonstrações Financeiras, Controlador e Consolidadas, para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores do
Banco Máxima S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controlador e consolidados, do Banco Máxima S.A., levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, controlador e consolidadas, referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Máxima S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2007


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

BANCO MÁXIMA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**

ATIVO	Controlador		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
CIRCULANTE	78.171	144.055	93.373	144.436
Disponibilidades	2.687	340	2.718	369
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.001	61.041	2.001	61.041
Aplicações em operações compromissadas	2.001	61.041	2.001	61.041
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 4)	50.153	44.218	58.135	44.957
Carteira própria	42.807	16.291	50.789	17.030
Vinculados a compromissos de recompra	3.012	25.632	3.012	25.632
Instrumentos financeiros e derivativos	780	2.136	780	2.136
Vinculados a prestação de garantia	3.554	159	3.554	159
Relações interfinanceiras	399	192	399	192
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	1	-	1	-
Créditos vinculados	398	192	398	192
Operações de crédito (Nota 5)	15.309	25.425	15.309	25.425
Setor público	1.997	431	1.997	431
Setor privado	13.312	24.994	13.312	24.994
Outros créditos	7.622	12.839	14.811	12.452
Rendas a receber	6	4.107	426	365
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	-	-	4.882	1.011
Créditos tributários (Nota 7)	2.634	2.231	2.933	2.517
Devedores por compra de valores e bens	-	495	-	495
Impostos e contribuições a compensar	3.657	2.914	3.962	4.169
Diversos	1.325	3.092	2.608	3.895
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	22.021	8.111	27.652	13.428
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 4)	1.203	-	1.203	-
Instrumentos financeiros e derivativos	1.203	-	1.203	-
Operações de crédito (Nota 5)	7.605	768	7.605	768
Setor público	3.448	-	3.448	-
Setor privado	4.157	768	4.157	768
Outros créditos:	13.213	7.343	18.844	12.660
Créditos tributários (Nota 7)	3.014	1.480	4.470	2.963
Devedores por depósitos em garantia (Nota 12)	10.199	5.863	14.374	9.697
PERMANENTE	28.727	24.932	13.049	10.509
Investimentos	26.838	24.081	10.408	8.794
Participação em controladas no país (Nota 8)	26.344	23.640	-	-
Outros investimentos	494	441	10.408	8.794
Imobilizado de uso	965	454	1.623	1.158
Diferido	924	397	1.018	557
Total do ativo	128.919	177.098	134.074	168.373

(continua)

BANCO MÁXIMA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

	Controlador		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	43.010	118.258	46.156	115.430
Depósitos	23.140	23.051	18.711	15.989
Depósitos à vista	1.430	1.347	758	721
Depósitos interfinanceiros	9.845	12.611	6.393	6.175
Depósitos a prazo	11.865	9.093	11.560	9.093
Captações no mercado aberto (Nota 9)	4.755	86.649	4.755	86.649
Carteira própria	3.002	25.608	3.002	25.608
Carteira de terceiros	1.753	61.041	1.753	61.041
Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 10)	48	-	48	-
Instrumentos financeiros e derivativos (Nota 4)	2.210	3.714	2.210	3.714
Outras obrigações	12.857	4.844	20.432	9.078
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	19	-	19	-
Sociais e estatutárias	-	203	-	203
Fiscais e previdenciárias	7.510	3.319	7.910	4.769
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	2.268	1	9.112	2.454
Diversas	3.060	1.321	3.391	1.652
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	35.772	17.759	37.781	11.862
Depósitos	13.660	12.387	11.437	2.501
Depósitos interfinanceiros	1.509	7.671	-	-
Depósitos a prazo	12.151	4.716	11.437	2.501
Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 10)	10.690	-	10.690	-
Instrumentos financeiros e derivativos (Nota 4)	1.430	-	1.430	-
Outras obrigações	9.992	5.372	14.224	9.361
Provisão para contingências (Nota 12)	9.992	5.372	14.224	9.301
Diversas	-	-	-	60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	50.137	41.081	50.137	41.081
Capital social - de domiciliados no país	33.561	31.641	33.561	31.641
Reserva de capital	108	72	108	72
Reservas de lucros	16.937	4.268	16.937	4.268
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(469)	(468)	(469)	(468)
Lucros acumulados	-	5.568	-	5.568
Total do passivo e patrimônio líquido	128.919	177.098	134.074	168.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MÁXIMA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	Controlador			Consolidado		
	2006		2005	2006		2005
	Semestre R\$ Mil	Exercício R\$ Mil	Exercício R\$ Mil	Semestre R\$ Mil	Exercício R\$ Mil	Exercício R\$ Mil
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	58.777	96.543	61.151	59.487	97.751	61.192
Operações de crédito	55.759	87.003	51.443	55.759	87.003	51.443
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.018	9.540	9.708	3.728	10.748	9.749
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.317)	(41.300)	(32.215)	(12.911)	(39.867)	(29.434)
Operações de captação no mercado	(2.857)	(11.005)	(14.507)	(2.433)	(9.554)	(11.725)
Cessões, empréstimos e repasses	(1.445)	(1.901)	(16)	(1.463)	(1.919)	(16)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.015)	(28.394)	(17.692)	(9.015)	(28.394)	(17.693)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	45.460	55.243	28.936	46.576	57.884	31.758
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(25.089)	(36.194)	(19.156)	(26.075)	(38.322)	(19.175)
Rendas de prestação de serviços	481	1.066	1.793	6.018	11.812	14.573
Resultado de participações em controladas	825	2.234	5.373	482	1.290	1.104
Despesas administrativas	(23.200)	(35.004)	(25.817)	(29.646)	(46.751)	(36.080)
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	(209)	(357)	(158)	(301)	(540)	(394)
Outras receitas operacionais	1.173	2.449	3.277	2.307	4.220	6.828
Outras despesas operacionais	(4.159)	(6.582)	(3.624)	(4.935)	(8.353)	(5.206)
RESULTADO OPERACIONAL	20.371	19.049	9.780	20.501	19.562	12.583
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(42)	(157)	410	(42)	(157)	410
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.329	18.892	10.190	20.459	19.405	12.993
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(5.722)	(4.902)	(496)	(5.700)	(5.040)	(2.499)
Participação nos lucros	(270)	(280)	(168)	(422)	(655)	(968)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	14.337	13.710	9.526	14.337	13.710	9.526
Nº de Ações 15.590.786						
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$	0,92	0,88	0,61	0,92	0,88	0,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MÁXIMA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Exercícios:	Capital social R\$ Mil	Reserva de capital R\$ Mil	Reservas de Lucros		Ajuste ao valor de TVM e derivativos		Lucros acumulados R\$ Mil	Total R\$ Mil
			Reserva legal R\$ Mil	Reserva para expansão R\$ Mil	Própria R\$ Mil	Controlada R\$ Mil		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	30.000	53	759	3.032	(229)	(269)	5.011	38.357
Ajuste a valor de mercado - Circular 3.068 BACEN					30			30
Atualização de títulos patrimoniais		19						19
Aumento de capital	1.641							1.641
Lucro líquido do exercício							9.526	9.526
Dividendos de lucros acumulados							(5.011)	(5.011)
Destinações:								
Constituição de reservas de lucro (Nota 13c)			477				(477)	-
Juros sobre o capital próprio							(3.481)	(3.481)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	31.641	72	1.236	3.032	(199)	(269)	5.568	41.081
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 5)							(283)	(283)
Dividendos de lucros acumulados							(3.196)	(3.196)
Ajuste a valor de mercado - Circular 3.068 BACEN						(1)		(1)
Atualização de títulos patrimoniais		36						36
Aumento de capital	1.920							1.920
Lucro líquido do exercício							13.710	13.710
Destinações:								
Constituição de reservas de lucro (Nota 13c)			685	15.016			(15.701)	-
Reversão de reserva de lucro (Nota 13c)				(3.032)			3.032	-
Juros sobre o capital próprio							(3.130)	(3.130)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	33.561	108	1.921	15.016	(199)	(270)	-	50.137
Semestre:								
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006	31.641	108	1.236	3.032	(199)	(269)	3.638	39.187
Dividendos de lucros acumulados							(2.176)	(2.176)
Ajuste a valor de mercado - Circular 3.068 BACEN						(1)		(1)
Atualização de títulos patrimoniais								-
Aumento de capital	1.920							1.920
Lucro líquido do semestre							14.337	14.337
Destinações:								
Constituição de reservas de lucro (Nota 13c)			685	15.016			(15.701)	-
Reversão de reserva de lucro (Nota 13c)				(3.032)			3.032	-
Juros sobre o capital próprio							(3.130)	(3.130)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	33.561	108	1.921	15.016	(199)	(270)	-	50.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MÁXIMA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	Controlador			Consolidado		
	2006		2005	2006		2005
	R\$ Mil Semestre	R\$ Mil Exercício	R\$ Mil Exercício	R\$ Mil Semestre	R\$ Mil Exercício	R\$ Mil Exercício
ORIGEM DOS RECURSOS	46.596	99.876	71.252	46.824	113.751	63.328
Lucro líquido do período ajustado	13.168	10.043	5.788	13.544	11.183	5.170
Lucro líquido do período	14.337	13.710	9.526	14.337	13.710	9.526
Depreciações e amortizações	209	357	158	301	540	393
Resultado de participações em controladas	(825)	(2.233)	(5.373)	(482)	(1.290)	(1.104)
Dividendos recebidos	-	-	4.106	-	-	-
Créditos tributários	(553)	(1.791)	(2.629)	(612)	(1.777)	(2.212)
Variação nos resultados de exercícios futuros	-	-	-	-	-	(1.433)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(283)	-	-	(283)	-
Aumento de capital	1.920	1.920	1.641	1.920	1.920	1.641
Recursos de terceiros originários de:	31.508	88.196	63.823	31.360	100.931	56.517
Aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	22.706	24.733	62.950	22.564	38.612	56.517
Depósitos	-	1.362	8.234	847	11.658	6.008
Captações no mercado aberto	-	-	45.827	-	-	45.827
Instrumentos financeiros e derivativos	1.142	-	3.478	1.142	-	1.355
Outras obrigações	21.564	23.371	5.411	20.575	26.954	3.327
Diminuição dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	8.802	63.463	873	8.796	62.319	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.796	59.040	-	8.796	59.040	-
Operações de crédito	-	3.279	-	-	3.279	-
Outros créditos	-	1.138	-	-	-	-
Outros valores e bens	-	-	873	-	-	-
Alienação de bens e investimentos	6	6	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	44.182	97.529	71.326	44.396	111.402	63.428
Inversões em:	255	1.151	627	320	1.002	680
Investimentos	15	495	345	26	288	350
Imobilizado de uso	240	656	282	294	714	330
Aplicações no diferido	222	739	219	229	752	255
Dividendos	2.176	3.196	5.011	2.176	3.196	5.011
Juros sobre capital próprio pagos	3.130	3.130	3.481	3.130	3.130	3.481
Redução dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	15.351	81.968	-	15.163	81.968	-
Depósitos	188	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	15.094	81.894	-	15.094	81.894	-
Relações interfinanceiras	69	-	-	69	-	-
Instrumentos financeiros e derivativos	-	74	-	-	74	-
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	23.048	7.345	61.988	23.378	21.354	54.001
Títulos e valores mobiliários	18.384	7.138	15.606	20.113	14.381	13.454
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	29.031	-	-	29.031
Relações interfinanceiras	186	207	15	186	207	15
Operações de crédito	276	-	6.839	276	-	6.839
Outros créditos	4.202	-	10.497	2.803	6.766	4.662
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	2.414	2.347	(74)	2.428	2.349	(100)
DISPONIBILIDADES:						
Início do semestre/exercício	273	340	414	290	369	469
Fim do semestre/exercício	2.687	2.687	340	2.718	2.718	369
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	2.414	2.347	(74)	2.428	2.349	(100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MÁXIMA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Máxima S.A. e suas controladas tem por objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco comercial, estando autorizado a operar com a carteira comercial, e em outras operações pertinentes a corretora de títulos e valores mobiliários.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Banco Central do Brasil.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Máxima S.A. compreendem as demonstrações financeiras do Banco Máxima S.A. e de suas controladas, Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Máxima Asset Management S.A. e Máximainvest Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Os investimentos do Banco nessas controladas, bem como os ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados de transações entre as instituições, foram eliminados para efeito de consolidação.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as operações de natureza financeira.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A Administração do Banco classificou seus títulos e valores mobiliários como “títulos para negociação e títulos disponíveis para venda”. Desta forma e de acordo com a Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, estes títulos estão contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, ajustado ao valor de mercado, tendo esse ajuste como contrapartida o resultado do período para os classificados como para negociação e no patrimônio líquido os disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

Provisão para operações de créditos

A provisão para operações de crédito é efetuada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

Negociação e intermediação de valores

Representadas por operações nas Bolsas de Valores e na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F. As corretagens sobre estas operações, classificadas como receitas de prestação de serviços, são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data. Os títulos patrimoniais da Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&F) encontram-se ajustados pelo último valor patrimonial informado por esta entidade, tendo este ajuste como contrapartida conta de reserva de capital. Os demais investimentos são avaliados pelo custo.

Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais:

Móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados	20%

Depósitos interfinanceiros e a prazo, captações no mercado aberto e obrigação por empréstimo no exterior

São registrados pelo valor de captação, acrescidos dos encargos devidos até a data do balanço, deduzido das despesas a apropriar, relativas aos encargos futuros.

Impostos e contribuições sociais sobre o resultado

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor.

Operações com *swaps*, futuros e opções

Os compromissos assumidos são registrados em contas de compensação pelo valor base dos contratos. Os ganhos ou perdas nas operações no mercado futuro são reconhecidos diariamente, através de ajustes credores ou devedores. Os ganhos ou perdas nas operações de *swaps* também são reconhecidos de acordo com o período de competência, através dos registros dos diferenciais de *swaps* a pagar ou a receber, ajustados a valor de mercado, e contabilizados em contas patrimoniais (operações com derivativos). As perdas prováveis em operações de opções são provisionadas e os ganhos somente são reconhecidos por ocasião do exercício da opção e efetiva realização.

Contingências

Os assuntos contingentes são avaliados tempestivamente pela alta Administração do Banco juntamente com seus consultores jurídicos internos e externos e, quando a expectativa é de perda provável, a administração constitui provisão para contingências.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controlador				Consolidado			
	2006		2005		2006		2005	
	Custo R\$ Mil	Mercado R\$ Mil	Custo R\$ Mil	Mercado R\$ Mil	Custo R\$ Mil	Mercado R\$ Mil	Custo R\$ Mil	Mercado R\$ Mil
I) Títulos para negociação	49.600	49.373	42.635	42.082	57.460	57.355	43.397	42.821
Carteira própria	43.032	42.807	16.860	16.291	50.892	50.789	17.622	17.030
Títulos de Renda Fixa	42.281	42.273	16.109	15.693	48.669	48.661	16.127	15.711
Letras Financeiras do Tesouro	23.058	23.050	13.463	13.471	23.058	23.050	13.463	13.471
Certificado de Cédulas de								
Créditos bancários	9.065	9.065	2.646	2.222	9.065	9.065	2.646	2.222
Cota de Fundos de Renda Fixa	10.158	10.158	-	-	16.546	16.546	18	18
Títulos de Renda Variável	751	534	751	598	2.223	2.128	1.495	1.319
Ações de Companhias Abertas	751	534	751	598	1.544	1.449	1.136	960
Cotas de Fundos de Renda Variável	-	-	-	-	679	679	359	359
Vinculados a compromissos de								
Recompra	3.013	3.012	25.616	25.632	3.013	3.012	25.616	25.632
Letras Financeiras do Tesouro	3.013	3.012	25.616	25.632	3.013	3.012	25.616	25.632
Vinculados a prestação de garantias	3.555	3.554	159	159	3.555	3.554	159	159
Letras Financeiras do Tesouro	3.555	3.554	159	159	3.555	3.554	159	159
II) Títulos disponíveis para venda								
Outros títulos 100% provisionados	302	-	302	-	710	-	711	-
III) Instrumentos financeiros derivativos	3.593	1.983	1.979	2.136	3.593	1.983	1.979	2.136
Operações de Swap	9	56	-	-	9	56	-	-
Prêmio de Opções de Ações	274	274	115	115	274	274	115	115
Prêmio de Opções BM&F	3.310	1.653	1.864	2.021	3.310	1.653	1.864	2.021
Total de títulos e valores mobiliários e								
Instrumentos financeiros derivativos	53.495	51.356	44.916	44.218	61.763	59.338	46.087	44.957
Segregação da carteira em faixas								
de vencimento								
Sem vencimento	11.211	10.692	1.053	598	19.479	18.674	2.224	1.337
Até 3 meses	4.402	3.821	1.979	2.136	4.402	3.821	1.979	2.136
De 3 a 12 meses	9	17	41.884	41.484	9	17	41.884	41.484
Acima de 12 meses (*)	37.873	36.826	-	-	37.873	36.826	-	-
Total	53.495	51.356	44.916	44.218	61.763	59.338	46.087	44.957

(*) Os títulos com vencimento superior a 12 meses foram classificados no ativo circulante conforme determinado na Circular Bacen 3.068/01.

Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda foram integralmente provisionados e o valor do ajuste ao valor de mercado foi contabilizado diretamente no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos

Posição Passiva

Prêmio de Opções de Ações
Prêmio de Opções BM&F

1.187	1.187	1.043	1.044	1.187	1.187	1.043	1.044
4.189	2.453	2.454	2.670	4.189	2.453	2.454	2.670
5.376	3.640	3.497	3.714	5.376	3.640	3.497	3.714

Segregação:

Curto Prazo
Longo Prazo

2.777	2.210	3.497	3.714	2.777	2.210	3.497	3.714
2.599	1.430	-	-	2.599	1.430	-	-
5.376	3.640	3.497	3.714	5.376	3.640	3.497	3.714

Instrumentos financeiros e derivativos

Os contratos derivativos tiveram seus valores nocionais registrados em contas de compensação e os ganhos e perdas, quando realizados financeiramente, registrados em contas de resultado.

A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos (hedge), podem ser contratadas de forma global, correlacionada a posição líquida assumida pelo Banco Máxima em determinados mercados ou vinculada a determinados ativos e passivos financeiros e para obtenção de proteção específica.

Os instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como hedge de ativos e passivos específicos possuem características altamente correlacionadas com o item protegido, permitindo a efetividade da estratégia de risco protegido por todo tempo planejado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como hedge podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro sobre determinado ativo ou passivo objeto ("hedge" de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do ativo ou passivo objeto ("hedge" de mercado).

Os compromissos assumidos com os instrumentos financeiros, registrados em contas de compensação em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	Controlador		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Mercado de futuros				
Posição comprada				
Taxa de juros	52.120	-	52.120	-
Taxa de câmbio – US\$ (*)	<u>10.201</u>	-	<u>10.201</u>	-
	62.321		62.321	
Posição vendida				
Taxa de juros	10.520	16.545	10.520	16.545
Taxa de câmbio – US\$	<u>855</u>	-	<u>855</u>	-
	11.375	16.545	11.375	16.545
Mercado de opções				
Posição comprada				
Compra de opções de compra de ativos financeiros	1.655	185.400	1.655	185.400
Compra de opções de compra de ações	<u>7.812</u>	<u>7.170</u>	<u>7.812</u>	<u>7.170</u>
	9.467	192.576	9.467	192.576
Posição vendida				
Venda de opções de compra de ativos financeiros	2.471	184.750	2.471	184.750
Venda de opções de compra de ações	<u>7.812</u>	<u>7.170</u>	<u>7.812</u>	<u>7.170</u>
	10.283	191.920	10.283	191.920
“Swap”				
Posição ativa				
Taxa de juros	1.575	-	1.575	-
Posição passiva				
Taxa de juros	1.519	-	1.519	-

(*) Inclui 115 contratos comprados no montante de R\$12.414 mil utilizados como instrumento de *hedge* para a captação no exterior, com o objetivo de reduzir a exposição à variações de mercado (Nota 10).

Os contratos de futuros, “swaps” e opções possuem os seguintes vencimentos:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total em 2006
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Posição comprada				
Futuros	59.153	-	3.168	62.321
Opções	8.302	-	1.165	9.467
Swap	137	724	714	1.575
Posição vendida				
Futuros	855	2.828	7.692	11.375
Opções	8.835	-	1.448	10.283
Swap	136	708	675	1.519

Os valores de receitas e despesas líquidas com Instrumentos Financeiros Derivativos estão demonstrados a seguir:

	Controlador			Consolidado		
	2006	2005		2006	2005	
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Contratos de Futuros	(431)	(66)	(28)	(592)	(287)	(257)
Contratos de Opções	141	628	(254)	201	446	(254)
Contratos de “Swap”	46	57	-	46	57	-

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Controlador e consolidado

As operações direcionadas a pessoas físicas em montantes inferiores a R\$50 mil, são classificadas unicamente em função do nível de atraso. As demais operações de crédito são classificadas de acordo com julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e os garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As operações de crédito por setor e os respectivos níveis de risco e provisionamento estão demonstradas conforme abaixo (em R\$ mil):

	Faixas								2006	2005
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
<u>Setor Público:</u>										
Atividades empresariais –										
Indústria	5.472								5.472	431
<u>Setor Privado</u>										
Rural	192								192	369
Indústria								13	13	570
Intermediários financeiros	831								831	2.053
Outros serviços	2.056								2.056	640
Pessoas físicas –										
Crédito pessoal	4.873	119	313	416	468	616	712	5.547	13.064	29.496
Pessoas físicas –										
Crédito consignado	6.420	765	575	107	83	44	108	363	8.465	1.650
Total	19.844	884	888	523	551	660	820	5.923	30.093	35.209
Provisão para crédito										
de liquidação duvidosa:										
Mínimo requerido - %	0,50	1,00	3,00	10,00	30,00	50,00	70,00	100,00		
Valor	(99)	(9)	(27)	(52)	(165)	(330)	(574)	(5.923)	(7.179)	(9.016)
Saldo líquido	19.745	875	861	471	386	330	246	-	22.914	26.193

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

<u>Faixas de vencimento</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
A vencer em até 30 dias	3.243	4.568
A vencer entre 31 e 60 dias	2.532	3.835
A vencer entre 61 e 90 dias	2.001	2.728
A vencer entre 91 e 180 dias	2.769	7.134
A vencer de 181 a 360 dias	3.035	2.916
A vencer acima de 360 dias	7.644	768
Vencidas de 1 até 30 dias	871	2.233
Vencidas entre 31 e 60 dias	1.105	2.614
Vencidas entre 61 e 90 dias	962	2.287
Vencidas entre 91 dias e 180 dias	2.866	4.595
Vencidas há mais de 180 dias	3.065	1.531
Total	30.093	35.209

A provisão para operações de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Carteira normal		
Saldo inicial	(9.016)	(3.139)
Constituição no exercício, líquida de reversão	(27.638)	(17.692)
Baixa para perda	4.622	403
Cessão de créditos	<u>24.853</u>	<u>11.412</u>
Saldo final	<u>(7.179)</u>	<u>(9.016)</u>

O Banco, em função de ter cedido parte de sua carteira com coobrigação, efetuou uma provisão adicional com base na expectativa de perdas futuras.

Esta provisão, que fora divulgada no balanço de 30/06/2006, no montante de R\$ 1.977 mil, foi registrada no passivo circulante na rubrica "Diversas" tendo como contrapartida no resultado à rubrica "Provisão para créditos de Liquidação duvidosa", o valor de R\$ 1.549 mil, e no patrimônio líquido na rubrica "Lucros acumulados" no valor de R\$ 429 mil.

Os efeitos tributários, no montante de R\$ 672 mil foram registrados no ativo circulante na rubrica "Créditos tributários" tendo como contrapartida, no resultado na rubrica "Imposto de Renda" no valor de R\$ 526 mil, e no patrimônio líquido na rubrica "Lucros acumulados" no valor de R\$ 146 mil.

Durante o 2º semestre, em função dos vencimentos ocorridos, esta provisão apresentou uma reversão no valor de R\$ 793mil.

Com isto o reflexo na despesa de operações de crédito passou a ser de R\$ 756 mil em 31/12/2006.

Durante o ano de 2006 o Banco efetuou as seguintes operações de cessões de créditos:

	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Resultado</u>
	<u>da cessão</u>	<u>contábil</u>	<u>Resultado</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
<u>Cedidos sem coobrigação</u>			
Pessoas jurídicas integrantes do sistema financeiro	38.786	37.682	1.104
Pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro (1)	<u>226.976</u>	<u>225.281</u>	<u>1.695</u>
	<u>265.762</u>	<u>262.963</u>	<u>2.799</u>
<u>Cedidos com coobrigação:</u>			
Pessoas jurídicas integrantes do sistema financeiro	63.215	44.699	18.516
Pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro	<u>980</u>	<u>974</u>	<u>6</u>
	<u>64.195</u>	<u>45.673</u>	<u>18.522</u>

- (1) Inclui o lucro no valor de R\$718 mil obtidos na cessão de contratos no valor de R\$24.854 mil que se encontravam provisionados em 100%, efetuada com a empresa controlada Maximainvest Cia. Securitizadora de Créditos financeiros S.A.

6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	Controlador		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<u>ATIVO</u>				
Devedores conta liquidação pendente	-	-	1.131	925
Compensação financeira BM&F	-	-	3.742	80
Intermediação de <i>Swap</i>	-	-	9	6
Total	-	-	<u>4.882</u>	<u>1.011</u>
<u>PASSIVO</u>				
Credores conta liquidação pendente	-	-	6.298	1.965
Compensação financeira - BM&F	52	1	598	489
Obrigações por empréstimo de ouro	<u>2.216</u>	-	<u>2.216</u>	-
Total	<u>2.268</u>	<u>1</u>	<u>9.112</u>	<u>2.454</u>

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Controlador

- a) Os créditos tributários, oriundos de bases negativas de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças temporárias, no montante de R\$5.648 mil (R\$3.711 mil em 2005), foram constituídos de acordo com estudo técnico elaborado e aprovado pela administração do Banco e estão a seguir demonstrados:

Prazo de realização:

	2006			2005
	Diferenças temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Total	Total
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
1º ano	1.937	697	2.634	2.231
5º ano	50	18	68	1.480
10º ano	<u>2.299</u>	<u>647</u>	<u>2.946</u>	-
Total	<u>4.286</u>	<u>1.362</u>	5.648	3.711
Curto prazo			(2.634)	(2.231)
Longo prazo			<u>3.014</u>	<u>1.480</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$4.258 mil.

- b) As realizações ocorridas no exercício de 2006 apresentadas de forma comparativa com os saldos constituídos no encerramento do exercício de 2005 estão a seguir demonstradas:

	2005	2006		
	<u>Saldo</u>	<u>Realização</u>	<u>Constituição</u>	<u>Saldo</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Natureza dos créditos tributários				
Diferenças temporárias				
Processos judiciais	1.253	(1.253)	2.773	2.773
Títulos e valores mobiliários - Ajuste a mercado	146	(146)	179	179
Instrumentos financeiros derivativos – Ajuste a mercado	21	(21)	(43)	(43)
Provisão para devedores duvidosos	2.049	(2.049)	2.497	2.497
Outras	<u>242</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>242</u>
	<u>3.711</u>	<u>(3.469)</u>	<u>5.406</u>	<u>5.648</u>

Consolidado

- a) Os créditos tributários, oriundos de bases negativas de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças temporárias, no montante de R\$7.403 mil (R\$5.480 mil em 2005), foram constituídos de acordo com estudo técnico elaborado e aprovado pela administração do Banco e controladas e estão a seguir demonstrados:

Prazo de realização:

	2006					2005
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Diferenças temporárias		Total	Total
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
1º ano	140	62	2.008	723	2.933	2.517
2º ano	168	73	-	-	241	147
3º ano	211	95	-	-	306	171
4º ano	79	20	-	-	99	243
5º ano	33	12	87	18	150	2.402
10ºano	-	-	2.979	695	3.674	-
Total	<u>631</u>	<u>262</u>	<u>5.074</u>	<u>1.436</u>	7.403	5.480
Curto prazo					(2.933)	(2.517)
Longo prazo					<u>4.470</u>	<u>2.963</u>

O valor presente dos créditos tributários demonstrados acima é de R\$5.510 mil.

- b) As realizações ocorridas no exercício de 2006 apresentadas de forma comparativa com os saldos constituídos no encerramento do exercício de 2005, estão a seguir demonstradas:

<u>Natureza dos créditos tributários</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>		
	<u>Saldo</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Realização</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Constituição</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>Saldo</u> <u>R\$ Mil</u>
Prejuízo fiscal	627	(627)	631	631
Base negativa da CSLL	260	(260)	262	262
Diferenças temporárias				
Processos judiciais	1.930	(1.930)	3.488	3.488
Títulos e valores mobiliários - Ajuste a mercado	293	(293)	276	276
Instrumentos financeiros derivativos – Ajuste a mercado	21	(21)	(43)	(43)
Provisão para devedores duvidosos	2.049	(2.049)	2.497	2.497
Outras	300	(300)	292	292
	<u>5.480</u>	<u>(5.480)</u>	<u>7.403</u>	<u>7.403</u>

8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS – CONTROLADOR

	Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Máxima Asset Management S.A.	Máximainvest Cia. Sec. de Créditos Financeiros S.A.	<u>2006</u> <u>Total</u>	<u>2005</u> <u>Total</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Na controlada					
Patrimônio líquido	22.248	1.939	2.157	26.344	23.640
Lucro (prejuízo) do exercício	(107)	(20)	1.070	943	4.269
Na controladora					
% de Participação	100%	100%	100%		
Valor contábil do investimento	22.248	1.939	2.157	26.344	23.640
Ajuste de equivalência patrimonial	1.184	(20)	1.070	2.234	5.373

A diferença entre o resultado da controlada Máxima DTVM e o resultado de equivalência patrimonial é decorrente da atualização de títulos patrimoniais, registrados diretamente no patrimônio da controlada. Essa diferença foi classificada como resultado de participações em controladas na demonstração consolidada do resultado.

9. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Controlador e Consolidado

	<u>2006</u> <u>R\$ Mil</u>	<u>2005</u> <u>R\$ Mil</u>
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro	3.003	25.625
Despesas a apropriar	<u>(1)</u>	<u>(17)</u>
	<u>3.002</u>	<u>25.608</u>
Carteira de terceiros		
Letras Financeiras do Tesouro		20.027
Letras do Tesouro Nacional	1.754	41.054
Despesas a apropriar	<u>(1)</u>	<u>(40)</u>
Total	<u>1.753</u>	<u>61.041</u>

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

O Banco efetuou captação externa no montante de US\$ 5.000.000,00, correspondente a R\$10.738 mil, contratada à taxa de 8.25% a.a., com pagamento de juros semestrais e vencimento em junho de 2008.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Apresentamos a seguir a conciliação entre esses impostos computados no resultado e a aplicação das alíquotas efetivas sobre o lucro antes desses impostos:

	<u>Controlador</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>		<u>2006</u>	<u>2005</u>	
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.329	18.892	10.190	20.459	19.405	12.993
Alíquotas combinadas de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesas de imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.912)	(6.423)	(3.464)	(6.956)	(6.598)	(4.418)
Participações nos lucros	92	95	57	143	222	329
Resultado de participações em coligadas e controladas	280	760	1.827	163	438	375
Juros sobre capital próprio pago	1.064	1.064	1.183	1.064	1.064	1.183
Outros	<u>(246)</u>	<u>(398)</u>	<u>(99)</u>	<u>(114)</u>	<u>(166)</u>	<u>32</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(5.722)</u>	<u>(4.902)</u>	<u>(496)</u>	<u>(5.700)</u>	<u>(5.040)</u>	<u>(2.499)</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Banco e suas controladas encontram-se envolvidos em processos de naturezas trabalhista, previdenciárias, fiscais e cíveis. Com base em pareceres de seus advogados externos constitui provisões para perdas nas ações consideradas de perdas prováveis. O valor das causas consideradas de perdas possíveis em 31/12/2006 é de R\$6.983 mil.

As provisões estão assim demonstradas:

	Controlador		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Trabalhistas	490	130	536	220
Fiscais e previdenciárias	<u>9.502</u>	<u>5.242</u>	<u>13.688</u>	<u>9.081</u>
	<u>9.992</u>	<u>5.372</u>	<u>14.224</u>	<u>9.301</u>
Depósitos judiciais	(10.199)	(5.863)	(14.374)	(9.697)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 está representado por 15.590.786 de ações ordinárias sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas.

Em 28 de dezembro de 2006 foi deliberado através de Assembléia Geral Extraordinária aumento de capital no montante de R\$1.920 mil, passando para R\$33.561 mil, sem emissão de novas ações, com a utilização de créditos a acionistas.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado, a menos que os mesmos, por unanimidade, decidam por um critério diferente.

Durante o exercício de 2006 foram distribuídos dividendos no montante de R\$3.196 mil (2005 – R\$5.011 mil) provenientes do saldo de lucros acumulados do exercício de 2005.

c) Reservas de lucro

A reserva legal foi constituída pelo montante de R\$685 mil (R\$477 mil em 2005), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

A reserva para expansão foi constituída levando em conta a aprovação, por parte dos acionistas, do orçamento de capital apresentado pela diretoria que consiste na utilização dos recursos retidos na continuidade das aplicações em operações de crédito consignado e em operações estruturadas, bem como viabilizar a abertura de novos mercados conforme estudos em andamento.

d) Juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, no montante de R\$3.130 mil (2005 – R\$3.481 mil), foram calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. O valor do IRRF retido na fonte foi de R\$469 mil (2005-R\$522 mil) calculado a alíquota de 15%.

Na escrituração contábil os juros sobre o capital próprio são registrados como “Outras Despesa Operacionais”, sendo reclassificados para fins de publicação e apresentados, pelo seu valor bruto, como destinação do lucro líquido na demonstração das mutações do patrimônio líquido, de forma similar aos dividendos pagos ou provisionados.

Os administradores estão propondo que esses juros sejam atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2006.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos relevantes referentes a transações com partes relacionadas, são os seguintes:

	2006		2005	
	Ativo (passivo) R\$ Mil	Receitas (despesas) R\$ Mil	Ativo (passivo) R\$ Mil	Receitas (despesas) R\$ Mil
Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				
Depósito à vista	(434)	-	(241)	-
Depósitos interfinanceiros	(4.960)	-	(14.107)	-
Despesas de captação	-	(1.216)	-	(2.393)
Máxima Asset Management S.A.				
Depósitos à vista	(97)	-	(327)	-
Depósitos a prazo	(305)	-	(2.215)	-
Despesas de depósito a prazo	-	(221)	-	(348)
Máximainvest Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.				
Depósito à vista	(140)	-	(58)	-
Resultado na cessão de créditos		718		517
Fundos de Investimentos administrados				
Rendas a receber	21	-	35	-
Renda da prestação de serviços	-	323	-	654

15. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do Bacen. Em 31 de dezembro, a situação do Consolidado Financeiro Máxima estava assim apresentada:

	2006			2005		
	<u>Exigência</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>	<u>Exigência</u>	<u>Situação</u>	<u>Margem</u>
	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>	<u>R\$ Mil</u>
Basiléia total	15.006	50.137	35.131	10.646	41.082	30.436
Imobilização (a)	20.005	6.916	13.089	16.277	4.381	11.896
Capital realizado mínimo	17.500	33.561	16.061	17.500	31.641	14.141

(a) A exigência refere-se ao limite máximo permitido.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- As garantias prestadas a terceiros em 31 de dezembro de 2006, incluindo fianças, eram de aproximadamente R\$2.875 mil (R\$2.775 mil em 2005).
- Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez estão custodiados na Cetip, Selic ou BM&F.
- A Máxima S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é responsável pela administração de fundos e clubes de investimentos, cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2006, montavam em R\$28.274 mil (R\$598.662 mil em 2005).